

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 03/12/2023, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para **Promotor de Justiça do estado do Rio Grande do Sul**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial, que, agora, será apresentado juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 2 questões passíveis de recursos, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 35 e 65.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING do MP-RS**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1º fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/248767ee-5d1c-4c62-bc99-809bb95e587a>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/251e3e94-8c80-497c-a3b0-4f7d8a4b6f83>

Por fim, acompanhe todas as novidades sobre essa e outras provas da carreira no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA – MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

Instrução: As questões 1 a 14 referem-se ao texto abaixo.

A Inquisição medieval ainda suscita polêmicas e discussões. Não são incomuns os debates em salões religiosos, acadêmicos, judiciários e até políticos acerca de sua efetiva historiografia e das consequências dos procedimentos adotados pelos tribunais da Inquisição para fins de formação de segmentos dogmáticos do direito processual penal, civil e trabalhista. É indispensável, todavia, que se promova o adequado desapego ideia pejorativa e _____ de repulsa deliberada à cultura medieval, assim como de suas consequências sobre a refutação aos hereges no que toca diretamente à Inquisição.

Coube a Tomás de Aquino, no entardecer da Idade Média, oferecer uma teoria crítica que inspirou os esforços para tornar útil e menos penoso o instituto da Inquisição. Entre encômios e refutações, Aquino soube delinear adequadamente o alcance e os limites dos processos da Inquisição, oferecendo uma doutrina que prima pela moderação e pela correta aplicação do instituto.

Os procedimentos processuais do alto medievo pautaram-se, em seu _____, por representações e costumes _____ de comunidades bárbaras, bem como se adotava um ideal de justiça desalinhado do direito romano em _____. Um desses procedimentos enfatizava a submissão do acusado a um desafio para que provasse sua inocência, tendo em vista que se acreditava na intervenção divina durante a provação proposta, ou seja, para constatação da inocência do acusado e sua consequente absolvição. Afinal, Deus haveria de interceder como em um milagre e a pessoa não sofreria as consequências do desafio imposto pelo ordálio. Nesse panorama, o direito medieval buscou seus fundamentos na essência do povo da época, baseando-se não raro em crenças religiosas e no temor de castigos divinos. Além disso, a conjugação entre o direito e a moral no ordenamento jurídico medieval é cerebrina, visto que em tudo se vislumbrava o valor moral, ou seja, a lição extraída, o significado moral essencial.

Contudo, a prática dos ordálios, ao contrário do que se possa imaginar, passou a ser amplamente refutada pela Igreja. Os costumes e procedimentos ordálios tiveram sua eficácia contestada e sucessivamente enfraquecida, abrindo-se ensanchas ao surgimento de um sistema normativo mais apurado e convergente com a realidade empírica. Dessa forma, com a derrocada progressiva dos processos ordálios, iniciou-se na Idade Média um período de transição para os processos inquisitoriais. Um dos principais emolumentos da transição consistiu na contribuição dos processos inquisitoriais para o desenvolvimento de um sistema penal mais racional e desprovido de misticismo. Inaugurou-se assim, uma ordem jurídica baseada na concepção fundamental de que, se a natureza e a ordem física das coisas encerram manifestação da vontade divina, contrariá-las redundaria em grave ofensa à onipotência de Deus, criador do mundo, devendo-se como consequência reprimir a perseguição e eventual punição aleatória dos indivíduos.

É preciso compreender a Inquisição a partir do descortino da relação entre a Igreja Romana e o Estado. Com efeito, enquanto para Santo Agostinho o Estado encerra uma instituição pecaminosa, cuja eventual utilidade é assegurar que se possa seguir a Igreja para

alcance do reino celeste, Tomás de Aquino entende o Estado como instituição puramente humana e necessária diante da inclinação dos homens à socialização. Disso decorre que, para Tomás, os tribunais da Inquisição estão mais afeitos ao regime secular próprio da convivência social entre os homens que missão da Igreja de evangelização e busca da salvação das almas. Portanto, é possível admitir que as oscilações das práticas inquisitoriais decorreram sobretudo do embate entre a missão sagrada da Igreja (redenção das almas, combate ofensas à doutrina cristã etc.) e a atividade punitiva do Estado enquanto organização secular. Se os vereditos dos tribunais da Inquisição eram emanados dos eclesiásticos em conjunto com os agentes do Estado, a execução correspondente cabia exclusivamente ao regime secular.

A Inquisição constituiu-se, pois, pela reunião do tribunal do Santo Ofício com o tribunal civil. Tinha dois “braços”: o primeiro era o braço eclesiástico, que inquiria, corrigia e finalmente julgava os delitos de heresia. Sua finalidade principal não era vingar e castigar, mas corrigir e emendar. O segundo braço era o secular, quem eram entregues os réus convictos e contumazes para serem castigados segundo as leis civis. Tal conjuntura parece explicar o porquê dos excessos da Inquisição: a sensível incompatibilidade entre o projeto divino entregue à Igreja e a regulação social destinada ao Estado.

Adaptado de: NUNES, Claudio Pedrosa. Teoria Crítica da Inquisição em Tomás de Aquino. In: AZEVEDO NETO, Joachin Melo (Org.). Guarujá-SP: Científica Digital, 2023.

QUESTÃO 1. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas tracejadas das linhas 5, 11, 12 e 13, nesta ordem.

- a) pré-concebida – nacíturno – remanescente – ascenção
- b) preconcebida – nascituro – remanecente – ascenção
- c) preconcebida – nascituro – remanescente – ascensão
- d) pré-concebida – nacíturno – remanecente – ascensão
- e) pré-concebida – nascituro – remanescente – ascenção

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**. A grafia correta das palavras é a seguinte:

- Preconcebida: A escrita hifenizada somente foi aceita até a entrada em vigor da nova ortografia, em 2009. Atualmente somente a forma junta, sem acento e sem hífen está correta e existe no dicionário de português. O vocábulo é o particípio do verbo preceber, o qual é formado por derivação prefixal, onde o prefixo “pre” é adicionado à palavra “ceber”, resultando em novo termo. E, segundo as regras de ortografia, as palavras formadas com o prefixo “pre” somente serão hifenizadas quando o prefixo for tônico, o que não é o caso da palavra “preceber”.

- Nascituro: esta é a grafia aceita pela gramática da língua portuguesa.

- Remanescente: esta é a grafia aceita pela gramática da língua portuguesa.

- Ascensão: esta é a grafia aceita pela gramática da língua portuguesa.

Portanto, a alternativa correta é a letra C. As demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 2. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas pontilhadas das linhas 5, 37, 39 e 46, nesta ordem.

a) a – a – as – a

b) a – a – as – à

c) à – a – as – a

d) à – à – às – à

e) à – à – às – a

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

Na linha 5, tem-se a frase: “É indispensável, todavia, que se promova o adequado desapego ideia pejorativa”. Observe que o termo “desapego” pede preposição. Logo, esta preposição, somada ao artigo “a”, referente à palavra “ideia”, contrai-se em crase, obtendo-se “à”.

Na linha 37, tem-se a frase: “(...) os tribunais da Inquisição estão mais afeitos ao regime secular próprio da convivência social entre os homens que missão da Igreja de evangelização e busca da salvação das almas”. Observe que, no espaço em branco, para que haja a correta concordância entre os períodos, tem-se implícito o termo “afeitos”. Assim, a frase ficaria, de modo resumido: “(...) os tribunais da Inquisição estão mais afeitos ao regime secular (...) que afeitos ... missão da Igreja de evangelização (...)”. Desta feita, note que o termo “afeitos” pede a preposição “a”. Esta preposição, somada ao artigo “a”, referente à palavra “missão”, contrai-se em crase, obtendo-se “à”.

Na linha 39, tem-se a frase: “(redenção das almas, combate ofensas à doutrina cristã etc.)”. Observe que o termo “combate” pede a preposição “a”. Esta preposição, somada ao artigo “as”, referente à palavra “ofensas”, contrai-se em crase, obtendo-se “às”.

Na linha 46, tem-se a frase: “O segundo braço era o secular, quem eram entregues os réus convictos e contumazes para serem castigados segundo as leis civis”. Veja que o termo faltante irá preceder o termo “quem”. Ocorre que “quem” é um pronome que não aceita artigo, daí não ocorrer acento indicativo de crase. Portanto, a lacuna deverá ser completada com “a”, sem crase.

Portanto, a alternativa correta é a letra E. As demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 3. Assinale a única afirmação que encontra suporte no texto.

a) O conflito entre a Igreja, que atuava em prol da vontade divina, e o Estado, que, como instituição secular, operava as atividades punitivas, motivou as oscilações das práticas inquisitoriais durante a Idade Média.

b) O conjunto de preceitos propostos por Tomás de Aquino, mesmo que inconciliáveis com uma visão laica de sociedade, serviu de fundamento para a elaboração de diferentes compêndios de leis hodiernos.

c) As normas jurídicas dos antigos romanos influenciaram sobretudo as práticas processuais adotadas no alto medievo, pois, para obter a confissão dos hereges, os inquisidores lançavam mão de violência física e moral.

d) O fato de os processos inquisitoriais terem sido revistos ao longo dos anos não deve atenuar a gravidade dos castigos impostos pelo clero aos que professavam doutrina contrária aos mandamentos da Igreja.

e) Ao defender o fim da prática do ordálio, ou seja, o término da provação extrema que era julgada por Deus, Tomás de Aquino mostra-se hostil ao controle da Igreja sobre a vida e os costumes dos indivíduos na Idade Média.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

A alternativa A está correta. É justamente essa a ideia do texto. Conforme o quarto período do quinto parágrafo: “Portanto, é possível admitir que as oscilações das práticas inquisitoriais decorreram sobretudo do embate entre a missão sagrada da Igreja (redenção das almas, combate ofensas à doutrina cristã etc.) e a atividade punitiva do Estado enquanto organização secular.”

A alternativa B está incorreta. Os preceitos propostos por Tomás de Aquino são conciliáveis com a visão laica. Conforme o segundo período do quinto parágrafo: “Com efeito, enquanto para Santo Agostinho o Estado encerra uma instituição pecaminosa, cuja eventual utilidade é assegurar que se possa seguir a Igreja para alcance do reino celeste, Tomás de Aquino entende o Estado como instituição puramente humana e necessária diante da inclinação dos homens à socialização.”

A alternativa C está incorreta. Conforme o primeiro período do terceiro parágrafo, durante o alto medievo, se adotava ideal de justiça desalinhado do direito romano. Logo, não há de se falar em influência das normas jurídicas romanas, mas, sim, das comunidades bárbaras. Veja: “Os procedimentos processuais do alto medievo pautaram-se, em seu _____, por representações e costumes _____ de comunidades bárbaras, bem como se adotava um ideal de justiça desalinhado do direito romano em _____.”

A alternativa D está incorreta. Pelo contrário, tal revisão ao longo dos anos gerou uma atenuação da gravidade dos castigos impostos. De acordo com o terceiro período do quarto parágrafo: “Dessa forma, com a derrocada progressiva dos processos ordálios, iniciou-se na Idade Média um período de transição para os processos inquisitoriais. Um dos principais emolumentos da transição consistiu na contribuição dos processos inquisitoriais para o desenvolvimento de um sistema penal mais racional e desprovido de misticismo.”

A alternativa E está incorreta. A prática do ordálio é a favor da provação extrema. De acordo com o segundo e o terceiro períodos do terceiro parágrafo: “Um desses procedimentos enfatizava a submissão do acusado a um desafio para que provasse sua inocência, tendo em vista que se acreditava na intervenção divina durante a provação proposta, ou seja, para constatação da inocência do acusado e sua conseqüente absolvição. Afinal, Deus haveria de interceder como em um milagre e a pessoa não sofreria as conseqüências do desafio imposto pelo ordálio.”

QUESTÃO 4. Entre as substituições propostas abaixo, assinale a que acarretaria mudança de significado na respectiva frase.

a) “ainda” (l. 1) por “até agora”

b) “assim como” (l. 5) por “não obstante”

c) “não raro” (l. 18) por “com frequência”

d) “Com efeito” (l. 33) por “De fato”

e) “sobretudo” (l. 39) por “especialmente”

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Não há mudança de significado no caso de substituição dos termos. Tanto o termo “ainda” quanto o termo “até agora” trazem ideia de algo que se prolonga no presente.

A alternativa B está correta. Esta é a única alternativa que traz mudança de significado no caso de substituição dos termos. Isso porque o termo “assim como”, no texto, tem sentido aditivo, enquanto o termo “não obstante” tem sentido concessivo.

A alternativa C está incorreta. Não há mudança de significado no caso de substituição dos termos. Tanto o termo “não raro” quanto o termo “com frequência” trazem ideia de algo que acontece repetidas vezes.

A alternativa D está incorreta. Não há mudança de significado no caso de substituição dos termos. Tanto o termo “com efeito” quanto o termo “de fato” reforçam uma afirmação, indicando veracidade, certeza.

A alternativa E está incorreta. Não há mudança de significado no caso de substituição dos termos. Tanto o termo “sobretudo” quanto o termo “especialmente” trazem ideia de restrição, especialidade.

QUESTÃO 5. A palavra “se” exerce a mesma função no segmento “Inaugurou-se” (l. 27) e na frase

- a) No interrogatório, perguntaram se o herege ainda tinha algo a declarar.
- b) O herege arrependeu-se das blasfêmias proferidas.
- c) Não se conheciam as verdadeiras intenções dos inquisidores.
- d) O inquisidor nunca se continha ao praticar excessos durante os interrogatórios.
- e) Quando confrontados, os hereges se disseram palavras ofensivas.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**. O termo “se” em “inaugurou-se” exerce função de partícula apassivadora. E a única opção que traz o termo “se” também como partícula apassivadora é a alternativa C. Logo, é a alternativa correta. Veja que, transformando para a voz passiva analítica, tem-se: “As verdadeiras intenções não eram conhecidas.”

A alternativa A está incorreta. O termo “se” exerce função de conjunção integrante.

A alternativa B está incorreta. O termo “se” é parte integrante do verbo, pois o verbo “arrepender-se” é pronominal.

A alternativa D está incorreta. O termo “se” é parte integrante do verbo, pois o verbo “conter-se” é pronominal.

A alternativa E está incorreta. O termo “se” é recíproco, no sentido de “uns aos outros”. Reescrevendo a frase, tem-se: “Quando confrontados, os hereges disseram palavras ofensivas uns aos outros.”

QUESTÃO 6. Considere as seguintes afirmações sobre palavras do texto.

1. As palavras “entardecer” (l. 7) e “descortino” (l. 32) são ambas formadas com o acréscimo simultâneo de prefixo e sufixo.

2. A palavra “cerebrina” (l. 19) contém sufixo que forma adjetivos a partir de substantivos.
3. As palavras “misticismo” (l. 27) e “evangelização” (l. 37) apresentam sufixos que formam substantivos a partir de adjetivos.

Quais afirmações estão corretas?

- a) Apenas 1.
- b) Apenas 2.
- c) Apenas 3.
- d) Apenas 1 e 3.
- e) 1, 2 e 3.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

A afirmação I está incorreta. A palavra “entardecer”, de fato, é formada com o acréscimo do prefixo “en” e do sufixo “cer” ao substantivo “tarde”. No entanto, a palavra “descortino” não é formada com o acréscimo do prefixo nem sufixo, pois se trata de uma palavra regressiva, ou seja, que perdeu elemento formador de palavra, tendo em vista que vem da palavra “descortinar”.

A afirmação II está correta. A palavra “cerebrina” é adjetivo formado a partir do acréscimo do sufixo “ina” ao substantivo “cérebro”.

A afirmação III está incorreta. De fato, a palavra “misticismo” é um substantivo formado a partir do acréscimo do sufixo “ismo” ao adjetivo “místico”. No entanto, a palavra “evangelização” é substantivo que deriva do verbo “evangelizar”, e não de adjetivo.

Portanto, correta apenas a afirmação 2. Logo, a alternativa correta é a letra B.

QUESTÃO 7. Considere as seguintes afirmações sobre o emprego da palavra “que” no texto.

1. Na linha 7, a palavra “que” exerce a mesma função que na frase “Foram identificados os clérigos que participaram do momento de transição”.
2. Na linha 38, a palavra “que” exerce a mesma função que na frase “O clérigo sabia que aquele homem seria torturado”.
3. Na linha 44, a palavra “que” exerce a mesma função que na frase “O clérigo ficou tão colérico com o insulto que mandou prender o pobre homem”.

Quais afirmações estão corretas?

- a) Apenas 1.
- b) Apenas 2.
- c) Apenas 3.
- d) Apenas 1 e 2.
- e) Apenas 2 e 3.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

A afirmação I está correta. A palavra “que”, na linha 7, é pronome relativo. Na frase “Foram identificados os clérigos que participaram do momento de transição”, o “que” também é pronome relativo, pois retoma o termo “clérigos”.

A afirmação II está correta. A palavra “que”, na linha 38, é conjunção integrante. Na frase “O clérigo sabia que aquele homem seria torturado”, o “que” também é conjunção integrante.

A afirmação III está incorreta. A palavra “que”, na linha 44, é pronome relativo. Mas na frase “O clérigo ficou tão colérico com o insulto que mandou prender o pobre homem”, o “que” é conjunção consecutiva, que traz ideia de consequência.

QUESTÃO 8. Considere o enunciado abaixo e as três propostas para completá-lo.

“Sem acarretar mudança de significado na frase respectiva, é possível substituir _____ por _____”.

- 1. inspirou (l. 7) – tem inspirado**
- 2. provasse (l. 14) – tivesse provado**
- 3. sofreria (l. 16) – haveria sofrido**

Quais propostas estão corretas?

- a) Apenas 1.**
- b) Apenas 2.**
- c) Apenas 3.**
- d) Apenas 2 e 3.**
- e) 1, 2 e 3.**

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

A proposta 1 está correta. Na linha 7 tem-se: “Coube a Tomás de Aquino, no entardecer da Idade Média, oferecer uma teoria crítica que inspirou os esforços para tornar útil e menos penoso o instituto da Inquisição”.

O verbo “inspirou” está no pretérito perfeito simples, enquanto “tem inspirado” está no pretérito perfeito composto, o qual indica algo que começou a ocorrer no passado e se prolonga até o presente. Veja que este é justamente o sentido do texto, pois trata de polêmicas que, até hoje, ainda são suscitadas. Isso está disposto logo na primeira oração do texto: “A Inquisição medieval ainda suscita polêmicas e discussões”.

A proposta 2 está incorreta. Na linha 14 tem-se: “Um desses procedimentos enfatizava a submissão do acusado a um desafio para que provasse sua inocência, (...)”. Caso “provasse” seja substituído por “tivesse provado”, haveria mudança de sentido, pois “tivesse provado” indica ação hipotética e finalizada, enquanto “provasse” tem o sentido de possibilidade.

A proposta 3 está incorreta. Na linha 16 tem-se: “Afinal, Deus haveria de interceder como em um milagre e a pessoa não sofreria as consequências do desafio imposto pelo ordálio”. O termo “haveria sofrido” está no futuro do pretérito composto, significando uma ação finalizada. Logo, a pretendida substituição alteraria o sentido da frase, pois “sofreria” é uma ação hipotética.

QUESTÃO 9. Assinale a alternativa que apresenta os sinônimos mais adequados para as palavras “encômios” (l. 8), “ensanchas” (l. 23) e “conjuntura” (l.47).

a) enaltecimentos – oportunidades – circunstância

b) enaltecimentos – dissensões – ensejo

c) dileções – dissensões – ensejo

d) dileções – oportunidades – ensejo

e) dileções – dissensões – circunstância

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

De acordo com o dicionário, “encômio” significa “exaltação de algo ou alguém; elogio, gabo, louvor”. Já “ensanchas” significa “escaladas, engrandecimento”. E “conjuntura” significa “combinação ou concorrência de acontecimentos ou eventos num dado momento; circunstância, situação.”

Logo, no contexto, “encômios” significa “enaltecimentos”; “ensanchas” significa “oportunidades”; e “conjuntura” significa “circunstância”.

Correta, pois, a letra A. As demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 10. Considere o enunciado abaixo e as três propostas para completá-lo.

“Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido contextual, é possível deslocar _____.”

1. “adequadamente” (l. 9) para depois de “Aquino” (l. 8)

2. “sucessivamente” (l. 23) para antes de “eficácia” (l. 22)

3. “finalmente” (l. 44) para depois de “delitos de heresia” (l. 44-45)

Quais propostas estão corretas?

a) Apenas 1.

b) Apenas 2.

c) Apenas 3.

d) Apenas 1 e 3.

e) Apenas 2 e 3.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

A proposta 1 está correta. Nas linhas 8 e 9 tem-se: “Entre encômios e refutações, Aquino soube delinear adequadamente o alcance e os limites dos processos da Inquisição, (...)”. A alteração pretendida não gera erro gramatical nem mudança no sentido contextual. Veja como ficaria: “Entre encômios e refutações, Aquino, adequadamente, soube delinear o alcance e os limites dos processos da Inquisição, (...)”. Note que o advérbio “adequadamente” continua se referindo ao termo “soube delinear”; em outras palavras, não houve mudança de referente.

A proposta 2 está incorreta. Nas linhas 22 e 23 tem-se: “Os costumes e procedimentos ordálios tiveram sua eficácia contestada e sucessivamente enfraquecida (...)”. A alteração pretendida gera mudança no sentido contextual. Veja como ficaria: “Os costumes e procedimentos ordálios tiveram

sua eficácia sucessivamente contestada e enfraquecida (...). Note que o advérbio “sucessivamente” deixa de se referir ao termo “enfraquecida”, e passa a se referir ao termo “contestada”; logo, houve mudança de referente e, portanto, de sentido.

A proposta 3 está correta. Nas linhas 44 e 45 tem-se: “O primeiro era o braço eclesiástico, que inquiria, corrigia e finalmente julgava os delitos de heresia”. A alteração pretendida não gera erro gramatical nem mudança no sentido contextual. Veja como ficaria: “O primeiro era o braço eclesiástico, que inquiria, corrigia e julgava os delitos de heresia, finalmente”. Note que o advérbio “finalmente” continua se referindo ao mesmo verbo, ou seja, “julgava”; em outras palavras, não houve mudança de referente.

QUESTÃO 11. Considere as três propostas de alteração no emprego de vírgulas elencadas na coluna da esquerda; e, na da direita, as respectivas justificativas em relação a essas propostas.

PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
1. Inserir uma vírgula antes do segmento “e a pessoa” (l. 16).	Trata-se de orações coordenadas unidas pela conjunção e com sujeitos e predicados diferentes, o que faculta o emprego da vírgula no contexto.
2. Substituir as vírgulas que isolam o segmento “ao contrário do que se possa imaginar” (l. 21) por travessões.	Trata-se de segmento intercalado com valor explicativo, de esclarecimento, de observação suplementar; neste caso, as vírgulas podem ser substituídas por travessões.
3. Suprimir as vírgulas que isolam “pois” (l. 43).	Trata-se de conjunção conclusiva que exerce no contexto função de marcador discursivo; neste caso, o uso das vírgulas é opcional.

Quais propostas e respectivas justificativas estão corretas?

- a) Apenas 1.
- b) Apenas 2.
- c) Apenas 3.
- d) Apenas 1 e 2.
- e) Apenas 2 e 3.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

A proposta 1 está correta. Veja o trecho da linha 16: “Deus haveria de interceder como em um milagre e a pessoa não sofreria as consequências do desafio imposto pelo ordálio”. Ao inserir a

vírgula proposta, ter-se-á duas orações coordenadas unidas pela conjunção “e”, com sujeitos e predicados diferentes.

A proposta 2 está incorreta. Veja o trecho da linha 21: “Contudo, a prática dos ordálios, ao contrário do que se possa imaginar, passou a ser amplamente refutada pela Igreja”. O segmento “ao contrário do que se possa imaginar” não tem valor explicativo, e sim sentido de comparação. Logo, a justificativa está incorreta.

A proposta 3 está incorreta. Veja o trecho da linha 21: “A Inquisição constituiu-se, pois, pela reunião do tribunal do Santo Ofício com o tribunal civil”. Não é possível suprimir as vírgulas, porque o termo “pois”, quando deslocado, possui vírgulas obrigatórias.

QUESTÃO 12. Com relação ao emprego de preposições no texto, considere as afirmações abaixo.

1. A substituição de “ofensa” (l. 29) por “afronta” tornaria desnecessário o emprego da crase antes de “onipotência de Deus” (l. 29).

2. A substituição de “próprio” (l. 37) por “inerente” manteria o emprego de “da” antes de “convivência social” (l. 37).

3. A substituição da combinação “pela” (l. 43) por “por meio da” manteria o sentido contextual

Implicado.

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas 1.

b) Apenas 2.

c) Apenas 3.

d) Apenas 2 e 3.

e) 1, 2 e 3.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**.

A afirmação 1 está incorreta. O termo “afronta” pede a preposição “a”. Esta preposição, somada ao artigo “a”, referente à palavra “onipotência”, contrai-se em crase, obtendo-se “à”.

A afirmação 2 está incorreta. O termo “próprio” pede a preposição “de”; já o termo “inerente” pede a preposição “a”. Logo, a preposição mudaria.

A afirmação 3 está correta. Os termos “pela” e “por meio da” são sinônimos; ambos trazem valor semântico de “meio”.

QUESTÃO 13. Considere a oração abaixo, adaptada do texto.

“Deus haveria de realizar milagres.”

Se a oração acima fosse transposta para a voz passiva analítica, a forma verbal resultante seria

a) haveriam de ser realizados.

- b) terão de ser realizados.
- c) haviam sido realizados.
- d) tenham sido realizados.
- e) haver-se-iam realizados.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

Para fazer a transposição para a voz passiva analítica, acrescenta-se o verbo “ser”, que ficará no mesmo tempo verbal do verbo principal “realizar”. Veja: “Milagres haveriam de ser realizados”. Note que “haveriam” continua sendo verbo auxiliar da locução verbal, concordando com “milagres”, termo este que passou a ser o sujeito da oração.

Portanto, correta a alternativa A. As demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 14. Considere, abaixo, três enunciados adaptados do texto.

1. Conforme a teoria crítica proposta por Tomás de Aquino, se o herege fosse julgado e castigado pela Igreja, não conseguiria nem mesmo evitar o martírio.
2. Conforme a teoria crítica proposta por Tomás de Aquino, assim que o herege foi julgado e castigado pela Igreja, não conseguiu nem mesmo evitar o martírio.
3. Conforme a teoria crítica proposta por Tomás de Aquino, tão logo o herege fora julgado e castigado pela Igreja, não terá conseguido nem mesmo evitar o martírio.

Quais enunciados estão inteiramente de acordo com a norma culta?

- a) Apenas 1.
- b) Apenas 2.
- c) Apenas 3.
- d) Apenas 2 e 3.
- e) 1, 2 e 3.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

O enunciado 1 está correto. Tem-se uma condicional, no pretérito imperfeito do subjuntivo (“fosse julgado”), ligada a verbo no futuro do pretérito (“conseguiria”). Mantido, pois, o paralelismo semântico.

O enunciado 2 está incorreto. O verbo “conseguiu” não poderia estar no pretérito mais-que-perfeito (“consequira”), pois esse tempo verbal só é utilizado quando uma ação é anterior à outra. A conjugação correta do verbo “conseguir”, na frase, seria “conseguiu”, no pretérito perfeito.

O enunciado 3 está incorreto. Observe que não há paralelismo semântico entre os tempos verbais. Na primeira oração, utilizou-se o pretérito (“fora julgado”), e na segunda oração utilizou-se o futuro do presente (“terá conseguido”). O correto seria: “Conforme a teoria crítica proposta por Tomás de Aquino, tão logo o herege fosse julgado e castigado pela Igreja, não conseguiria nem mesmo evitar o martírio.”

Instrução: As questões 15 a 20 referem-se a diferentes aspectos da norma culta da língua portuguesa.

QUESTÃO 15. De acordo com o sistema ortográfico vigente, assinale a alternativa que apresenta forma verbal acentuada **INCORRETAMENTE**.

- a) compôs (de ‘compor’)
- b) fizésseis (de ‘fazer’)
- c) fôreis (de ‘ser’ e ‘ir’)
- d) remói (de ‘remoer’)
- e) prevêem (de ‘prever’)

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, posto que a forma verbal está acentuada corretamente. Veja que se trata de uma oxítônica terminada em “-o”, seguido de “s” (“-os”).

A alternativa B está incorreta, posto que a forma verbal está acentuada corretamente. Veja que se trata de uma paroxítona terminada em ditongo, seguido de “s” (“-eis”).

A alternativa C está incorreta, posto que a forma verbal está acentuada corretamente. Veja que se trata de uma paroxítona terminada em ditongo, seguido de “s” (“-eis”).

A alternativa D está incorreta, posto que a forma verbal está acentuada corretamente. Veja que se trata de uma oxítônica terminada em ditongo aberto (“-ói”).

A alternativa E está correta, pois é a única alternativa em que a forma verbal está acentuada incorretamente. Os verbos *crer*, *dar*, *ler* e *ver*, e derivados, perderam o acento circunflexo no plural após o novo acordo ortográfico. Logo, o correto seria “preveem”.

QUESTÃO 16. Considere os seguintes enunciados.

1. O Promotor de Justiça aconselhou o servidor a evitar algazarra durante o expediente e que se dedicasse mais aos assuntos pendentes.
2. O Promotor de Justiça quis saber como que o servidor conseguiu prever de antemão o resultado do pleito.
3. O Promotor de Justiça pediu ao servidor que não só providenciasse a aquisição dos bilhetes para o transporte, como também reservasse o alojamento.

Quais enunciados estão inteiramente de acordo com a norma culta?

- a) Apenas 1.
- b) Apenas 2.
- c) Apenas 3.
- d) Apenas 1 e 3.
- e) 1, 2 e 3.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**.

O enunciado 1 está incorreto. Há falta de paralelismo em relação a “a evitar” e “que se dedicasse”. A primeira é uma oração reduzida, enquanto a segunda é uma oração desenvolvida. O correto seria unir oração reduzida com outra oração reduzida. Assim, a frase deveria ser escrita da seguinte maneira: “O Promotor de Justiça aconselhou o servidor a evitar algazarra durante o expediente e a se dedicar mais aos assuntos pendentes.”

O enunciado 2 está incorreto. O uso do termo “que”, logo após o termo “como”, é desnecessário, devendo ser retirado da frase.

O enunciado 3 está correto. O paralelismo utilizado está correto, pois os dois verbos (“providenciasse” e “reservasse”) estão no mesmo tempo e modo verbal (pretérito imperfeito do subjuntivo).

QUESTÃO 17. Assinale a alternativa INCORRETA com relação à regência verbal.

- a) O juiz aludiu a fatos fictícios.
- b) O juiz anuiu o pedido.
- c) O juiz disse que a solução do caso impendia aos advogados.
- d) O juiz impronunciou o acusado.
- e) O juiz claudicou na condução do depoimento.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, posto que a regência da forma verbal está correta. O verbo “aludir” é transitivo indireto, pedindo a preposição “a”.

A alternativa B está correta, pois é a única alternativa em que a regência da forma verbal está incorreta. O verbo “anuir” é transitivo indireto, pedindo a preposição “a”. Logo, o correto seria “O juiz anuiu ao pedido”.

A alternativa C está incorreta, posto que a regência da forma verbal está correta. O verbo “impendir” é transitivo indireto, pedindo a preposição “a”.

A alternativa D está incorreta, posto que a regência da forma verbal está correta. O verbo “impronunciar” é transitivo direto, dispensando preposição.

A alternativa E está incorreta, posto que a regência da forma verbal está correta. O verbo “claudicar” é transitivo indireto, pedindo a preposição “em”.

QUESTÃO 18. No que se refere à concordância nominal, considere as orações abaixo.

1. O júri considerou precisa a argumentação e os esclarecimentos do Promotor de Justiça.
2. O júri considerou precisas as argumentações e os esclarecimentos do Promotor de Justiça.
3. O júri considerou precisos os esclarecimentos e a argumentação do Promotor de Justiça.
4. O júri considerou precisos as argumentações e o esclarecimento do Promotor de Justiça.

Quais estão corretas?

- a) Apenas 1 e 2.
- b) Apenas 2 e 3.
- c) Apenas 3 e 4.
- d) Apenas 1, 2 e 3.
- e) 1, 2, 3 e 4.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A oração 1 está correta. Quando o predicativo do objeto vem anteposto aos substantivos, a concordância poderá ser com todos os substantivos, ou pode ser atrativo apenas do termo mais próximo, conforme a gramática tradicional. Logo, correta a frase “O júri considerou precisa a argumentação e os esclarecimentos do Promotor de Justiça”, pois o termo “precisa” está concordando apenas com o termo mais próximo, “argumentação”. Configurada, pois, a concordância atrativa.

A oração 2 está correta. Quando o predicativo do objeto vem anteposto aos substantivos, a concordância poderá ser com todos os substantivos, ou pode ser atrativo apenas do termo mais próximo, conforme a gramática tradicional. Logo, correta a frase “O júri considerou precisas as argumentações e os esclarecimentos do Promotor de Justiça”, pois o termo “precisas” está concordando com apenas com o termo mais próximo, “argumentações”. Configurada, pois, a concordância atrativa.

A oração 3 está correta. Quando o predicativo do objeto vem anteposto aos substantivos, a concordância poderá ser com todos os substantivos, ou pode ser atrativo apenas do termo mais próximo, conforme a gramática tradicional. Logo, correta a frase “O júri considerou precisos os esclarecimentos e a argumentação do Promotor de Justiça”, pois o termo “precisos” está concordando tanto com o termo mais próximo, “esclarecimentos”, quanto com os termos em conjunto “os esclarecimentos e a argumentação”. Configuradas, pois, tanto a concordância atrativa quanto a concordância total.

A oração 4 está correta. Quando o predicativo do objeto vem anteposto aos substantivos, a concordância poderá ser com todos os substantivos, ou pode ser atrativo apenas do termo mais próximo, conforme a gramática tradicional. Logo, correta a frase “O júri considerou precisos as argumentações e o esclarecimento do Promotor de Justiça”, pois o termo “precisos” está concordando com a totalidade dos substantivos, ou seja, com “as argumentações e o esclarecimento”. Configurada, pois, a concordância total.

QUESTÃO 19. Considere as orações abaixo.

1. Deve haver contradições importantes no depoimento do réu.
2. Deve-se falar das contradições constantes no depoimento do réu.
3. Devem estar falando das contradições abundantes no depoimento do réu.
4. Devem existir contradições interessantes no depoimento do réu.

Quais delas apresentam sujeito indeterminado?

- a) Apenas 1 e 2.
- b) Apenas 2 e 3.

- c) Apenas 3 e 4.
- d) Apenas 1, 2 e 3.
- e) 1, 2, 3 e 4.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

A oração 1 está incorreta. Não há sujeito indeterminado, e sim oração sem sujeito, pois houve utilização do verbo “haver” no sentido de “existir”.

A oração 2 está correta. A partícula “se” é índice de indeterminação do sujeito. Logo, o sujeito é indeterminado.

A oração 3 está correta. O verbo na terceira pessoa do plural, sem sujeito expreso, configura caso de sujeito indeterminado.

A oração 4 está incorreta. A locução verbal “devem existir” tem por sujeito “contradições”. Logo, não há de se falar em sujeito indeterminado.

QUESTÃO 20. Considere as três afirmações abaixo, relativas à concordância com o verbo “ser”.

1. Na oração “A novidade foram as genuínas manifestações de júbilo”, o verbo “ser” está concordando com o predicativo porque o sujeito é representado por um substantivo abstrato.
2. Na oração “Tudo de repente eram genuínas manifestações de júbilo”, o verbo “ser” está concordando com o predicativo porque o sujeito é um pronome indefinido.
3. Na oração “E isso são as genuínas manifestações de júbilo”, o verbo “ser” está concordando com o predicativo porque o sujeito tem valor enfático.

Quais afirmações estão corretas?

- a) Apenas 1.
- b) Apenas 2.
- c) Apenas 1 e 2.
- d) Apenas 2 e 3.
- e) 1, 2 e 3

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

A afirmação 1 está correta. De acordo com o Manual de Redação do TRF-3, a regra é que quando o sujeito for um substantivo abstrato e o predicativo do sujeito vier no plural, a concordância do verbo de ligação será com o predicativo. Entretanto, de acordo com alguns autores, a afirmação 1 estaria errada, pois eles não reconhecem essa regra.

Em função do estilo de prova que temos aqui, acreditamos que a banca também considerará a assertiva correta. De qualquer forma, aguardemos o gabarito definitivo.

A afirmação 2 está correta. Sempre que o sujeito for pronome indefinido (“tudo”) e houver predicativo no plural, haverá concordância no plural; veja que “eram” concorda com “genuínas”. Logo, correta a frase.

A afirmação 3 está incorreta. O sujeito, na frase, é “isso”, um pronome demonstrativo. Logo, o termo não tem valor enfático.

QUESTÃO 21. Com relação às normas disciplinares no âmbito do Ministério Público, assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações.

() O parecer conclusivo do inquérito administrativo não vincula o Corregedor-Geral do Ministério Público, o qual, se entender pela instauração de processo administrativo disciplinar, deverá submeter esta decisão ao Conselho Superior do Ministério Público.

() Se o fato imputado no inquérito administrativo ou no processo administrativo disciplinar corresponder às penas de censura, suspensão ou demissão, o afastamento preventivo do acusado das suas funções poderá ser determinado pelo Procurador-Geral de Justiça mediante despacho motivado, por até 90 (noventa) dias, prorrogáveis por mais 60 (sessenta), desde que sua permanência em exercício seja reputada inconveniente à realização do processo administrativo-disciplinar.

() Corregedor Nacional do Ministério Público pode avocar de ofício procedimento ou processo administrativo disciplinar já concluídos, ad referendum do Plenário, devendo aguardar as conclusões da origem quando o procedimento ou processo administrativo disciplinar ainda se encontrar em tramitação.

() É vedada a conversão da pena de suspensão em multa.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) V – V – V – F.

b) V – F – F – V.

c) F – F – V – F.

d) F – F – F – V.

e) V – V – F – F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O item I está incorreto. Depreende-se da leitura da Lei Estadual nº 6.536/1973, que dispõe sobre o Estatuto dos membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, que não há exigência de que o Corregedor-Geral do Ministério Público, ao entender pela instauração de processo administrativo disciplinar, submeta referida decisão ao Conselho Superior do Ministério Público.

O item II está incorreto, nos termos do art. 156 da Lei Estadual nº 6.536/1973: “O afastamento preventivo do acusado não poderá ocorrer quando ao fato imputado corresponderem somente as penas de advertência, de multa ou de censura”. Cumpre destacar que a segunda parte do item, que traz o conceito de afastamento preventivo, está correto, consoante dispõe o art. 155 do mesmo diploma legal: “O Procurador-Geral de Justiça, de ofício, a pedido das presidências do inquérito administrativo e do processo administrativo-disciplinar ou do Conselho Superior do Ministério Público, poderá, mediante despacho motivado, determinar o afastamento preventivo do acusado das suas funções por até 90 (noventa dias), prorrogáveis por mais 60 (sessenta), desde que sua

permanência em exercício seja reputada inconveniente à realização do processo administrativo-disciplinar”.

O item III está incorreto, pois o Corregedor Nacional do Ministério Público somente pode avocar, de ofício, procedimentos ou processos em trâmite no Ministério Público. Logo, não é possível avocar procedimento ou processo administrativo disciplinar já concluídos, conforme dispõe o art. 18, incisos XVII e XVIII, do Regimento Interno do CNMP: “Art. 18. Além de outras competências que lhe sejam conferidas por lei ou por este Regimento, ao Corregedor Nacional compete: XVII – avocar, de ofício, procedimentos de natureza investigativa ou inquisitiva, preparatórios de processo administrativo disciplinar, em trâmite no Ministério Público, ad referendum do Plenário, observando, no que couber, as normas do artigo 81 e dos artigos 106 a 108 deste Regimento; XVIII – avocar, de ofício, processo administrativo disciplinar em trâmite no Ministério Público, ad referendum do Plenário, redistribuindo-o, incontinenti a um Relator, observando, no que couber, as normas dos artigos 106 a 108 deste Regimento”.

O item IV está correto, nos termos do art. 118, parágrafo único, da Lei Estadual nº 6.536/1973: “A suspensão importa, enquanto durar, na perda dos vencimentos e das vantagens pecuniárias inerentes ao exercício do cargo, vedada sua conversão em pena de multa”.

QUESTÃO 22. Referente ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso), as seguintes afirmações.

() Das decisões monocráticas do Presidente do Conselho, do Corregedor Nacional e do Relator caberá recurso ao Plenário apenas quando manifestamente resultem ou possam resultar restrição de direito ou prerrogativa, determinação de conduta ou anulação de ato ou decisão, sendo a decisão do Plenário irrecorrível, salvo por embargos de declaração.

() Qualquer Conselheiro poderá ser eleito o Corregedor Nacional em eleição por voto secreto, procedendo-se a um segundo escrutínio entre os dois candidatos mais votados caso nenhum deles tenha atingido a maioria absoluta.

() A Política Nacional de Atendimento ao Público no Âmbito do Ministério Público foi instituída pelo CNMP com o objetivo de garantir máxima efetividade ao princípio de acesso à Justiça na defesa dos direitos e interesses que envolvem as atuações e deveres da Instituição, admitindo a suspensão do atendimento ao público em geral unicamente em razão de fundada ameaça à integridade física do membro do Ministério Público que decorra de sua atuação funcional, desde que motivada a excepcionalidade da medida.

() A Resolução CNMP nº26/2007, que disciplina a obrigação do membro do Ministério Público de residir na Comarca ou na localidade onde exerce a titularidade de seu cargo, possibilita o indeferimento dos pedidos de autorização para moradia em local diverso à conveniência e oportunidade do serviço, sempre tendo em vista o interesse público.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) V – F – V – V.

b) V – F – F – V.

c) F – V – V – V.

d) F – F – V – F.

e) V – V – F – F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

O item I está correto. Depreende-se da leitura do art. 153 do Regimento Interno do CNMP que: “Das decisões monocráticas do Presidente do Conselho, do Corregedor Nacional e do Relator caberá recurso ao Plenário. Parágrafo único. São recorríveis apenas as decisões monocráticas de que manifestamente resulte ou possa resultar restrição de direito ou prerrogativa, determinação de conduta ou anulação de ato ou decisão”. Além disso, dispõe o art. 156 do mesmo diploma legal que: “Art. 156. Das decisões do Plenário, do Relator e do Corregedor Nacional cabem embargos de declaração quando houver obscuridade, omissão, contradição ou erro material”.

O item II está incorreto, nos termos do art. 130-A, §3º, da Constituição Federal: “O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução”. No mesmo sentido dispõe o art. 17 do Regimento Interno do CNMP que o Corregedor Nacional será eleito entre os membros do Ministério Público que integram o Conselho, para um mandato de dois anos, vedada a recondução.

O item III está correto. A Resolução nº 205, de 2019, dispõe em seu art. 1º que fica instituída a Política Nacional de Atendimento ao Público no âmbito do Ministério Público Brasileiro, com o objetivo de assegurar a máxima efetividade ao princípio de acesso à Justiça na defesa dos direitos e interesses que envolvem as atuações e deveres da instituição. Sobre o tema, cumpre destacar o conteúdo do art. 9º, §§ 4º e 5º, que tratam da possibilidade de suspensão do atendimento ao público em geral:

§ 4º No caso de atendimento de pessoas investigadas criminalmente ou de réus em processos penais, o membro do Ministério Público poderá adotar cautelas adicionais que se façam necessárias à preservação da livre atuação do Ministério Público e da sua integridade e de seus auxiliares, inclusive solicitar a presença de defensor público ou do advogado da parte.

§5º Além do disposto no §4º deste artigo, o atendimento ao público em geral poderá ser suspenso em razão de fundada ameaça à integridade física do membro do Ministério Público que decorra de sua atuação funcional, desde que motivada a excepcionalidade da medida, não se admitindo justificativas abstratas, como em razão de cargo ou natureza do atendimento.

O item IV está correto, nos termos do art. 2º, §8º, da Resolução nº 26/2007, que disciplina a residência na Comarca pelos membros do Ministério Público: “O Procurador-Geral poderá indeferir a autorização, com fundamento na conveniência e oportunidade do serviço, sempre tendo em vista o interesse público. (Acrescido pela Resolução nº 211, de 11 de maio de 2020)”.

QUESTÃO 23. Quanto aos órgãos do Ministério Público do Rio Grande do Sul, assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as afirmações abaixo.

() O Conselho Superior do Ministério Público é tanto um órgão da Administração Superior quanto um Órgão de Execução, sendo composto por 9 (nove) Conselheiros, escolhidos pelos membros do Ministério Público em exercício, além do Procurador-Geral de Justiça e do Corregedor-Geral do Ministério Público, estes últimos membros natos.

() É atribuição do Conselho Superior do Ministério Público, com a presença mínima de dois terços de seus membros, decidir sobre o vitaliciamento, propondo a exoneração quando entender que não foram preenchidos os requisitos do estágio probatório, cabendo da decisão recurso ao Colégio de Procuradores de Justiça.

() O Procurador-Geral de Justiça preside o Conselho Superior do Ministério Público e o Colégio de Procuradores de Justiça, cabendo a ele proferir voto de qualidade em caso de empate no julgamento de processos de natureza disciplinar.

() A remoção por interesse público somente poderá ser efetuada mediante representação do Corregedor-Geral do Ministério Público ao Conselho Superior do Ministério Público, o qual decidirá pela maioria absoluta de seus membros.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) F – V – F – V.

b) V – F – V – V.

c) F – F – V – V.

d) F – V – F – F.

e) V – F – V – F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

O item I está correto, nos termos do art. 3º, §1º, III, e §3º, II, da Lei Orgânica do MPRS (Lei nº 7.669/92).

Art. 3.º O Ministério Público compreende: Órgãos de Administração Superior, Órgãos de Administração, Órgãos de Execução e Órgãos auxiliares.

§ 1.º São Órgãos da Administração Superior do Ministério Público:

III - o Conselho Superior do Ministério Público;

(...)

§3.º São Órgãos de Execução do Ministério Público:

II - o Conselho Superior do Ministério Público;

Além disso, dispõe o art. 11 da Lei Orgânica do MPRS (Lei nº 7.669/92) que: “O Conselho Superior do Ministério Público, com atribuição de fiscalizar e superintender a atuação do Ministério Público, bem como a de velar pelos seus princípios institucionais, compõe-se do Procurador-Geral de Justiça, seu Presidente, do Corregedor-Geral do Ministério Público, estes membros natos, e de nove Procuradores de Justiça que não estejam afastados da carreira” .

O item II está incorreto.

Art. 27. São atribuições do Conselho Superior do Ministério Público:

III - decidir:

a) com a presença mínima de dois terços de seus membros, sobre a permanência de membro do Ministério Público no estágio probatório, após um ano de atividade;

b) com a presença mínima de dois terços de seus membros, sobre o vitaliciamento, propondo a exoneração quando entender que não foram preenchidos os requisitos do estágio probatório;

Art. 8.º Ao Colégio de Procuradores de Justiça, presidido pelo Procurador-Geral de Justiça e composto por todos os Procuradores de Justiça em exercício do cargo, compete:

XI - julgar recurso, nos termos do seu regimento interno, contra decisão:

a) de vitaliciamento, ou não, de membro do Ministério Público, no prazo de trinta dias;

O item III está correto. Dispõe o art. 25, XXXVI, da Lei Orgânica do MPRS (Lei nº 7.669/92) que: “Além das atribuições previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica Nacional e em outras leis, compete ao Procurador-Geral de Justiça: XXXVI - proferir voto de qualidade nos órgãos colegiados da Administração Superior, salvo em matéria disciplinar, quando prevalecerá a decisão mais favorável ao membro do Ministério Público”.

O item IV está incorreto, pois, nessa hipótese, a representação cabe ao Procurador Geral de Justiça, nos termos do art. 25, inciso LX, da Lei Orgânica do MPRS (Lei nº 7.669/92): “Além das atribuições previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica Nacional e em outras leis, compete ao Procurador-Geral de Justiça: LX - representar, com fundamento no interesse público e na conveniência do serviço, ao Conselho Superior do Ministério Público, pela remoção por interesse público ou disponibilidade de membro do Ministério Público”.

QUESTÃO 24. Com relação à carreira de membro do Ministério Público do Rio Grande do Sul, assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as afirmações abaixo.

() **As avaliações realizadas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público até o final do terceiro trimestre de efetivo exercício do cargo serão submetidas ao Conselho Superior do Ministério Público, que proferirá decisão no prazo de 10 (dez) dias sobre a confirmação na carreira do membro em estágio probatório.**

() **Verificada a vaga para a remoção ou promoção, o Conselho Superior do Ministério Público deverá expedir, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, edital para preenchimento do cargo, salvo se ainda não instalada a Promotoria de Justiça que integra.**

() **O Promotor de Justiça da comarca cuja entrância for elevada continuará a exercer ali suas funções, querendo, até que seja promovido à entrância correspondente, quando nela será classificado, se o requerer.**

() **O membro do Ministério Público que houver sido punido disciplinarmente com advertência, multa ou censura poderá obter, do Conselho Superior do Ministério Público, o cancelamento das respectivas notas dos assentamentos funcionais, decorridos 5 (cinco) anos do trânsito em julgado da decisão que as aplicou, desde que, nesse período, não haja sofrido outra punição disciplinar.**

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) **F – F – V – V.**

b) **V – V – F – V.**

c) **V – F – V – F.**

d) **F – V – F – F.**

e) **F – F – V – F.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

O item I está incorreto, nos termos do art. 24 da Lei Estadual nº 6.536/1973, que dispõe sobre o Estatuto dos membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul: “As avaliações realizadas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público até o final do segundo trimestre de efetivo

exercício do cargo serão submetidas ao Conselho Superior do Ministério Público, que poderá determinar o prosseguimento dos Promotores de Justiça no estágio probatório”.

O item II está incorreto, pois o Conselho Superior do Ministério Público poderá expedir após examinar a necessidade ou conveniência do serviço na respectiva Promotoria de Justiça. Dispõe o art. 27 da Lei Estadual nº 6.536/1973: “Verificada a vaga para a remoção ou promoção, o Conselho Superior do Ministério Público, após examinar a necessidade ou conveniência do serviço na respectiva Promotoria de Justiça, expedirá, no prazo máximo de sessenta (60) dias, edital para preenchimento do cargo, salvo se ainda não instalada a Promotoria de Justiça que integra”.

O item III está correto, nos termos do art. 31 da Lei Estadual nº 6.536/1973: “Art. 31 - A alteração da entrância da comarca não modificará a situação do Promotor de Justiça na carreira. § 1.º - O Promotor de Justiça da comarca cuja entrância for elevada, continuará a exercer ali suas funções, querendo, até que seja promovido à entrância correspondente, quando nela será classificado, se o requerer. 2.º - Verificada a hipótese do parágrafo anterior, o Promotor de Justiça a quem couber a promoção permanecerá em sua Promotoria, percebendo os vencimentos da entrância para que foi promovido, e deverá ser classificado na primeira vaga que nesta última ocorrer, e para a qual não haja pedido de remoção.”

O item IV está correto, conforme dispõe o art. 175 da Lei Estadual nº 6.536/1973: “O membro do Ministério Público que houver sido punido disciplinarmente com advertência, multa ou censura poderá obter, do Conselho Superior do Ministério Público, o cancelamento das respectivas notas dos assentamentos funcionais, decorridos 5 (cinco) anos do trânsito em julgado da decisão que as aplicou, desde que, nesse período, não haja sofrido outra punição disciplinar”.

QUESTÃO 25. A respeito da história do constitucionalismo brasileiro, assinale a afirmação correta.

a) A experiência constitucional brasileira, desde a Constituição Imperial de 1824, adotou a tripartição dos Poderes, em sintonia com a tradição liberal fundamentada na doutrina de Montesquieu.

b) A história constitucional brasileira registra duas Constituições outorgadas, sendo a de 1824, pelo Imperador Dom Pedro I, e a de 1967, pelo regime militar instaurado em 1964.

c) A Constituição de 1891 consagrou a dualidade da Justiça, contemplando a Justiça Federal e a Justiça dos Estados, ao passo que a previsão da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho decorreu de inovação trazida pela Constituição de 1934.

d) A institucionalização do Ministério Público como órgão previsto expressamente no texto constitucional é inovação trazida pela Constituição de 1946, o que se justifica pelo espírito de retomada democrática que inspirou sua elaboração.

e) A Carta Federal de 1988 inaugurou um novo arcabouço jurídico-institucional no país, com ampliação das liberdades civis e os direitos e garantias individuais, tendo sido a primeira a prever expressamente em seu texto o mandado de segurança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A constituição de 1824 adota o Poder Moderador.

O Poder Moderador seria, em tese, um poder do Estado que seria responsável em garantir a estabilidade dos outros três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

A alternativa B está incorreta. Além das Constituições ora mencionadas, a história constitucional brasileira conta também com Constituição Polaca de 1937, outorgada por Getúlio Vargas.

A alternativa C está correta. A Constituição de 1891 consagrou a dualidade da Justiça, contemplando a Justiça Federal e a Justiça dos Estados, inclusive, posiciona o Supremo Tribunal Federal. Já a Constituição de 1934 trouxe a criação da Justiça do Trabalho e da Justiça Eleitoral.

A alternativa D está incorreta. A menção expressa ao Ministério Público já existe na Constituição de 1934.

A alternativa E está incorreta. O Mandado de Segurança foi introduzido à ordem jurídica brasileira pela Constituição de 1934.

QUESTÃO 26. A respeito dos direitos fundamentais segundo a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmação INCORRETA

a) A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. A decisão judicial, como regra, deve determinar medidas pontuais e apontar as finalidades a serem alcançadas descabendo determinar à Administração Pública que apresente um plano para alcançar o resultado, sob pena de invasão na esfera administrativa.

b) É incompatível com a Constituição Federal a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.

c) Cabe ao Estado fornecer, em termos excepcionais, medicamento que, embora não possua registro na ANVISA, tem a sua importação autorizada pela agência de vigilância sanitária, desde que comprovada a incapacidade econômica do paciente, a imprescindibilidade clínica do tratamento, e a impossibilidade de substituição por outro similar constante das listas oficiais de dispensação de medicamentos e os protocolos de intervenção terapêutica do SUS.

d) O estabelecimento de limite de idade para inscrição em concurso público apenas é legítimo quando justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido. Por sua vez, a exigência do exame psicotécnico em concurso depende de previsão em lei e no edital, e deve seguir critérios objetivos.

e) A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. É incorreto afirmar que a decisão judicial, como regra, deve determinar medidas pontuais, pois a decisão judicial, como regra, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado. A alternativa reproduz o texto do Tema 698 do STF. Colacionamos a Tese: 1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar

medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado. 3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

As demais afirmativas estão corretas e, portanto, incorretas, conforme comentário da alternativa A.

QUESTÃO 27. Considere as seguintes afirmações sobre a produção legislativa.

I - Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, 213 serão equivalentes às emendas constitucionais.

II - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma legislatura

III- As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional A delegação ao Presidente da República terá a forma de resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício, podendo ser determinada a apreciação do projeto pelo Congresso Nacional, que a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Quais afirmações estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A afirmativa I está incorreta conforme o art. 5, §3º da CRFB/88, os tratados de Direitos Humanos, para aprovação parlamentar, é necessário a aplicação do rito análogo das emendas constitucionais, cujo quorum é maioria de três quintos dos membros de ambas as Casas.

A afirmativa II está incorreta. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, conforme art. 60, §5º, da Constituição.

A afirmativa III está correta. Conforme o art. 68 da CRFB/88, as leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional. A delegação ao Presidente da República terá a forma de resolução do Congresso Nacional (art. 68 §2º) que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício, podendo ser determinada a apreciação do projeto pelo Congresso Nacional, que a fará em votação única, vedada qualquer emenda (art. 68, §3º).

QUESTÃO 28. Considere as seguintes afirmações sobre a organização do Estado brasileiro.

I - Aos Estados é conferido o direito de secessão, o que significa que podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, atendidos os requisitos constitucionais.

II - Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

III - O Estado poderá intervir em seus Municípios quando não forem prestadas contas devidas, na forma da lei. Também caberá a intervenção quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.

IV - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

Quais afirmações estão corretas ?

a) Apenas I e II.

b) Apenas III e IV.

c) Apenas I, II e IV.

d) Apenas II, III e IV.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A afirmativa está incorreta. O art. 1, caput, da Constituição da República prevê a indissolubilidade do pacto federativo, e, portanto, contrária à secessão. Portanto, aos Estados não é conferido o direito de secessão.

A afirmativa II está correta. A afirmativa é a literalidade do art. 18, §2º da Constituição Federal de 1988.

A afirmativa III está correta. A afirmativa trata sobre uma das hipóteses de intervenção estadual em municípios, conforme o art. 35, I e II, da CRFB/88.

A afirmativa IV está correta. A afirmativa está de acordo com art. 24 da CRFB/88 a respeito da competência concorrente.

QUESTÃO 29. Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações sobre a jurisdição constitucional.

() Tratando-se de processo objetivo, que tem como objeto a fiscalização abstrata de lei ou ato normativo, a ação direta de inconstitucionalidade é incompatível com a designação de perito para que emita parecer sobre a questão.

() Não viola a cláusula de reserva de plenário, prevista no artigo 97 da Constituição Federal, a decisão de órgão fracionário de tribunal que, sem declarar expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afaste parte de sua incidência.

() Os Tribunais de Justiça podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos Estados.

() A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal, não se aplicando o efeito vinculante quando o julgamento resultar do uso da técnica da interpretação conforme a Constituição.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) V-F-V-F

b) V-V-F-V.

c) F-F-V-V.

d) F-V-F-V.

e) F-F-V-F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Alunos, analisaremos as afirmativas e após, verificar alternativas.

A primeira sequência é falsa, conforme a Lei nº 4668/99, admite que o relator designe perito ou comissão de perito para emitir parecer sobre matéria ou circunstância de fato em sede de ADI.

A segunda sequência é falsa. A afirmativa pelo examinador viola expressamente a Súmula Vinculante 10, vejamos: Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

A terceira afirmativa é verdadeira. Conforme a perspectiva de controle concentrado abstrato de constitucionalidade pelos Tribunais de Justiça a luz da Constituição Estadual como parâmetro, inicialmente. Com a superveniência do Tema 484 da Repercussão Geral, ampliou o rol de normas que podem servir como parâmetro do controle concentrado abstrato de constitucionalidade pelos Tribunais, incluindo de normas da Constituição Federal, caso sejam normas de reprodução obrigatória.

A quarta afirmativa é falsa, conforme o art. 28, parágrafo único da Lei 9.868/99 diz expressamente que mesmo quando se utilize a técnica de interpretação conforme ter-se a perspectiva de eficácia contra todos e eficácia vinculante em relação aos demais órgãos do judiciário, vejamos: A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.

A alternativa A está incorreta, conforme a explicação das afirmativas acima.

A alternativa B está incorreta, conforme a explicação das afirmativas acima.

A alternativa C está incorreta, conforme a explicação das afirmativas acima.

A alternativa D está correta, conforme a explicação das afirmativas acima.

A alternativa E está incorreta, conforme a explicação das afirmativas acima.

QUESTÃO 30. A respeito da tutela constitucional das liberdades e do controle da administração, considere as seguintes afirmações.

I - Sendo instrumento de tutela da liberdade de ir e vir, a ordem constitucional não admite, em tempo de paz, nenhuma hipótese de restrição ao cabimento de habeas corpus, ressalvadas as limitações decorrentes da decretação de estado de sítio ou de estado de defesa, enquanto durarem seus efeitos.

II- Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, o habeas data é a garantia constitucional adequada para a obtenção, pelo próprio contribuinte, dos dados concernentes ao pagamento de tributos constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.

III- Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, é necessária a autorização expressa dos associados, a relação nominal destes, bem como a comprovação de filiação prévia, para a cobrança de valores pretéritos de título judicial decorrente de mandado de segurança coletivo impetrado por entidade associativa de caráter civil.

IV- Entende o Supremo Tribunal Federal que não é condição para o cabimento da ação popular a demonstração de prejuízo material aos cofres públicos dado que o art. 5º inciso LXXIII, da Constituição Federal estabelece que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular e impugnar, ainda que separadamente, ato lesivo ao patrimônio material, moral, cultural ou histórico do Estado ou de entidade de que ele participe.

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas I e III.

b) Apenas II e IV.

c) Apenas I, II e III.

d) Apenas I, II e IV.

e) Apenas II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. Passamos a analisar as afirmativas uma a uma.

O item I está incorreto, conforme o art. 142, §2º da CRFB/88, é vedado expressamente o Habeas Corpus em punições militares disciplinares, inclusive em tempos de paz.

O item II está correto, a afirmativa está consoante o Tema 582 da Repercussão Geral do STF.

O item III está incorreto, o Tema 1.119 da Repercussão Geral do STF afirma sobre a sua desnecessidade.

O item IV está correto, está de acordo com o Tema 836 da Repercussão Geral do STF.

A alternativa A está incorreta, conforme a explicação das afirmativas acima.

A alternativa B está correta, conforme a explicação das afirmativas acima.

A alternativa C está incorreta, conforme a explicação das afirmativas acima.

A alternativa D está incorreta, conforme a explicação das afirmativas acima.

A alternativa E está incorreta, conforme a explicação das afirmativas acima.

QUESTÃO 31. Assinale a alternativa correta sobre os princípios da Administração Pública.

a) O princípio da legalidade determina que a administração pública só pode atuar segundo os parâmetros previstos em lei, razão pela qual é presumida de modo absoluto a moralidade do agir administrativo que se fundamente na observância literal da lei.

b) O conteúdo do princípio da moralidade administrativa também pode ser conceituado como o dever de atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé. Tal conceituação é de fonte doutrinária, porquanto não encontre previsão expressa no texto da Constituição Federal de 1988 ou em texto de legislação ordinária federal.

c) O princípio da impessoalidade, que encontra assento constitucional, tem conteúdo unívoco, na medida em que se destina estritamente à proteção dos administrados, ao vedar que a administração dispense tratamento voltado a privilegiar ou a prejudicar pessoas que se encontrem em mesma condição.

d) São expressões do princípio da eficiência da administração pública as ações que promovam a desburocratização, a inovação, a transformação digital e a participação do cidadão, devendo a aplicação do referido princípio, em regra, se sobrepor a dos demais.

e) O princípio da tutela possibilita que a administração pública direta controle e fiscalize as atividades das entidades descentralizadas da administração pública na consecução dos fins que justificaram sua criação ou instituição, ainda que inexistam subordinação hierárquica entre as distintas pessoas jurídicas.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Não se fala em presunção absoluta, mas, sim, em presunção relativa. De acordo com doutrina de Celso Antônio Bandeira de Mello: “Corolário direto do princípio da legalidade é o princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos, o qual preconiza que, até que haja prova em contrário (presunção relativa), toda atuação da Administração Pública deve ser tida como praticada em conformidade com a lei.” (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 36ª edição. Editora Malheiros. São Paulo, 2023).

A alternativa B está incorreta. O princípio da moralidade está, sim, previsto expressamente na CF, em seu artigo 37, caput: “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”

Ademais, a conceituação de moralidade está expressa no art. 2º, parágrafo único, IV, da Lei 9784/99: “Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de: IV - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;”

A alternativa C está incorreta. O princípio da impessoalidade também se destina à proteção da própria Administração. De acordo com doutrina do professor Rafael Rezende Oliveira: “O princípio da impessoalidade, consagrado expressamente no art. 37 da CRFB, possui duas acepções possíveis: a) igualdade (ou isonomia): a Administração Pública deve dispensar tratamento impessoal e isonômico aos particulares, com o objetivo de atender a finalidade pública, sendo vedada a discriminação odiosa ou desproporcional (ex.: art. 37, II, da CRFB: concurso público, art. 37, XXI, da CRFB: licitação, art. 100 da CRFB: precatório), salvo o tratamento diferenciado entre pessoas que estão em posição fática de desigualdade, com o objetivo de efetivar a igualdade material (ex.: art. 37, VIII, da CRFB e art. 5.º, § 2.º, da Lei 8.112/1990: reserva de vagas em cargos

e empregos públicos para portadores de deficiência, art. 230, § 2.º, da CRFB e art. 39 da Lei 10.741/2003 – Estatuto do Idoso: gratuidade no transporte público para idosos); e (...)” (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 105).

Veja que a realização de licitações, os precatórios, e a realização de concurso público acabam por proteger e beneficiar, também, a própria Administração, pois proporcionam maior eficiência.

A alternativa D está incorreta. Não é possível afirmar, de maneira absoluta, que um princípio se sobrepõe aos demais, pois tudo irá depender da ponderação de interesses no caso concreto. De acordo com doutrina do professor Rafael Rezende Oliveira: “A doutrina tem apresentado diferentes critérios para estabelecer a distinção entre princípios e regras, com destaque para os dois citados, exemplificativamente, a seguir: a) Critério da abstração: os princípios possuem grau de abstração maior que as regras, pois os princípios admitem uma série indefinida de aplicações e as regras direcionam-se a situações determinadas; b) Critério da aplicação e do conflito normativo: os princípios são considerados “mandamentos de otimização”, que determinam a realização de algo na maior medida possível dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes, admitindo aplicação gradativa. Enquanto a colisão entre princípios é resolvida pela ponderação de interesses, no caso concreto, o conflito entre regras é resolvido na dimensão da validade (“tudo ou nada”), ou seja, a regra é válida ou inválida, a partir dos critérios da hierarquia, especialidade e cronológico.” (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 101).

A alternativa E está correta. De acordo com doutrina do professor Rafael Rezende Oliveira: “O princípio da autotutela administrativa significa que a Administração Pública possui o poder-dever de rever os seus próprios atos, seja para anulá-los por vício de legalidade, seja para revogá-los por questões de conveniência e de oportunidade, conforme previsão contida nas Súmulas 346 e 473 do STF, bem como no art. 53 da Lei 9.784/1999. É oportuno ressaltar que não se deve confundir a autotutela com a autoexecutoriedade administrativa. Enquanto a autotutela designa o poder-dever de corrigir ilegalidades e de garantir o interesse público dos atos editados pela própria Administração (ex.: anulação de ato ilegal e revogação de ato inconveniente ou inoportuno), a autoexecutoriedade compreende a prerrogativa de imposição da vontade administrativa, independentemente de recurso ao Poder Judiciário (ex.: a demolição de construções irregulares, no exercício do poder de polícia administrativa, não depende, em regra, de consentimento de outros Poderes). A autotutela administrativa encontra limites importantes que são impostos pela necessidade de respeito à segurança jurídica e à boa-fé dos particulares. Em âmbito federal, o art. 54 da Lei 9.784/1999 impõe o prazo decadencial de cinco anos para que a Administração anule seus atos administrativos, quando geradores de efeitos favoráveis para os destinatários, salvo comprovada má-fé.”

QUESTÃO 32. Sobre o regime jurídico dos agentes públicos, segundo entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmação INCORRETA:

a) As hipóteses excepcionais autorizadas de acumulação de cargos públicos previstas na Constituição Federal sujeitam-se, cumulativamente, à existência de compatibilidade de horários, verificada no caso concreto, e à inexistência de norma infraconstitucional que limite a jornada semanal.

b) O servidor público aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, com previsão de vacância do cargo em lei local, não tem direito a manter-se no mesmo cargo no qual se

aposentou, por violação à regra do concurso público e à impossibilidade de acumulação de proventos e remuneração não acumuláveis em atividade.

c) A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

d) Os servidores ocupantes de cargo exclusivamente em comissão não se submetem à regra da aposentadoria compulsória por idade prevista no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal, a qual atinge apenas os ocupantes de cargo de provimento efetivo, inexistindo, também, qualquer idade limite para fins de nomeação a cargo em comissão.

e) Na hipótese de posse em cargo público determinada por decisão judicial, o servidor não faz jus a indenização, sob fundamento de que deveria ter sido investido em momento anterior, salvo situação de arbitrariedade flagrante.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

A alternativa A está correta, posto que é a única alternativa de teor incorreto (observe que o enunciado pede a alternativa incorreta!). De acordo com Tema 1081 do STF, fixado no julgamento do ARE 1246685: “Tese: As hipóteses excepcionais autorizadas de acumulação de cargos públicos previstas na Constituição Federal sujeitam-se, unicamente, a existência de compatibilidade de horários, verificada no caso concreto, ainda que haja norma infraconstitucional que limite a jornada semanal.”

A alternativa B está incorreta, pois seu teor encontra-se de acordo com Tema 1150 do STF, fixado no julgamento do RE 1302501: “Tese: O servidor público aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, com previsão de vacância do cargo em lei local, não tem direito a ser reintegrado ao mesmo cargo no qual se aposentou ou nele manter-se, por violação à regra do concurso público e à impossibilidade de acumulação de proventos e remuneração não acumuláveis em atividade.”

A alternativa C está incorreta, pois seu teor encontra-se de acordo com Tema 940 do STF, fixado no julgamento do RE 1027633: “A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”

A alternativa D está incorreta, pois seu teor encontra-se de acordo com Tema 763 do STF, fixado no julgamento do RE 1027633: “Tese: 1. Os servidores ocupantes de cargo exclusivamente em comissão não se submetem à regra da aposentadoria compulsória prevista no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal, a qual atinge apenas os ocupantes de cargo de provimento efetivo, inexistindo, também, qualquer idade limite para fins de nomeação a cargo em comissão; 2. Ressalvados impedimentos de ordem infraconstitucional, não há óbice constitucional a que o servidor efetivo aposentado compulsoriamente permaneça no cargo comissionado que já desempenhava ou a que seja nomeado para cargo de livre nomeação e exoneração, uma vez que não se trata de continuidade ou criação de vínculo efetivo com a Administração.”

A alternativa E está incorreta, pois seu teor encontra-se de acordo com Tema 671 do STF, fixado no julgamento do RE 724347: “Tese: Na hipótese de posse em cargo público determinada por decisão judicial, o servidor não faz jus a indenização, sob fundamento de que deveria ter sido investido em momento anterior, salvo situação de arbitrariedade flagrante.”

QUESTÃO 33. Considere as seguintes afirmações sobre o vigente regime legal sancionador pela prática de atos de improbidade administrativa, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal.

I - É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se, em todas as hipóteses de atos de improbidade administrativa, a presença do elemento subjetivo doloso.

II - A norma benéfica da Lei nº 14.230/2021, que revogou a modalidade culposa do ato de improbidade administrativa, é irretroativa em relação à eficácia da coisa julgada em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal. Aplica-se, contudo, aos agentes condenados cujas sanções estejam em fase de execução das penas e seus incidentes.

III - A nova Lei nº 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente.

IV - O novo regime prescricional previsto na Lei nº 14.230/2021 é, em regra, irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei, retroagindo apenas quanto à prescrição intercorrente nos processos sem condenação transitada em julgado.

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas I e III.

b) Apenas I, II e III.

c) Apenas I, II e IV.

d) Apenas II, III e IV.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**. Os itens I e III estão corretos.

O Item I está correto. De acordo com Tema 1199, item 1, do STF, fixado no julgamento do ARE 843989: “Tese: 1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO;”

O Item II está incorreto. De acordo com Tema 1199, item 2, do STF, fixado no julgamento do ARE 843989: “Tese: 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes;”

O Item III está correto. De acordo com Tema 1199, item 3, do STF, fixado no julgamento do ARE 843989: “Tese: 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente;”

O Item IV está incorreto. De acordo com Tema 1199, item 4, do STF, fixado no julgamento do ARE 843989: “Tese: 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.”

QUESTÃO 34. Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações sobre as normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública conforme disciplina da Lei Federal nº 14.133/2021.

() São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações o credenciamento, o procedimento de manifestação de interesse, o diálogo competitivo, o sistema de registro de preços e o registro cadastral.

() A fase de habilitação no procedimento licitatório deverá anteceder a fase de apresentação de propostas e lances e a fase de julgamento, podendo, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, ser postergada para momento subsequente, desde que expressamente previsto no edital de licitação.

() Considera-se dispensável a licitação no caso de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

() A alienação de bens imóveis da Administração Pública cuja aquisição tenha sido derivada de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento dispensará autorização legislativa e exigirá apenas avaliação prévia e licitação na modalidade leilão.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) V-F-V-F

b) V-V-F-V

c) F-F-V-F

d) F-V-V-V

e) F-F-F-V

Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

O Item I está incorreto. De acordo com artigo 78 da lei 14.133/2021: “Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei: I - credenciamento; II - pré-qualificação; III - procedimento de manifestação de interesse; IV - sistema de registro de preços; V - registro cadastral.

O Item II está incorreto. De acordo com artigo 17, caput e incisos, e § 1º, da lei 14.133/2021: “Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: I - preparatória; II - de divulgação do edital de licitação; III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; IV - de julgamento; V - de habilitação; VI - recursal; VII - de homologação. § 1º A fase referida no inciso V do caput deste artigo poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do caput deste artigo, desde que expressamente previsto no edital de licitação.”

O Item III está incorreto. É caso de inexigibilidade, conforme art. 74, II, da lei 14.133/2021: “Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: II - contratação de

profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;”

O Item IV está correto. De acordo com artigo 76, § 1º, da lei 14.133/2021: “§ 1º A alienação de bens imóveis da Administração Pública cuja aquisição tenha sido derivada de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento dispensará autorização legislativa e exigirá apenas avaliação prévia e licitação na modalidade leilão.”

QUESTÃO 35. Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações sobre partidos políticos e federações de partidos.

() É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

() Como expressão do regime federativo e fundado no princípio do pluralismo político, o Tribunal Superior Eleitoral admite a criação e registro de partido político com caráter regional, porquanto decorrente da diversidade cultural e da ampla extensão do território brasileiro.

() Os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.

() Dois ou mais partidos políticos poderão reunir-se em federação, a qual, após sua constituição e respectivo registro perante o Tribunal Superior Eleitoral, atuará como se fosse uma única agremiação partidária, sendo vedada a formação de federação de partidos após o prazo de realização das convenções partidárias.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é? a) V-F-V-F.

b) V-F-V-V.

c) F-F-V-V.

d) F-V-F-V.

e) F-V-F-F.

Comentários

A alternativa correta a ser marcada é a **letra B**.

Vamos analisar cada assertiva.

A primeira assertiva encontra-se correta, pois com o art. 17, §1º, da CF: “É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as

candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.”

A segunda assertiva está incorreta, pois a Constituição Federal proíbe a criação de partidos que não seja de âmbito nacional.

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

I - caráter nacional;

A terceira assertiva está correta, pois de acordo com o art. 17, §6º, da CF/88: “Os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.”

A quarta assertiva está correta, pois a federação consiste na reunião de dois ou mais partidos políticos, a qual, após sua constituição e respectivo registro perante o Tribunal Superior Eleitoral, atuará como se fosse uma única agremiação partidária. De acordo com o art. 6-A, parágrafo único, da Lei n.º 9.504/97: É vedada a formação de federação de partidos após o prazo de realização das convenções partidárias.

Art. 11-A da Lei 9.096/95: Dois ou mais partidos políticos poderão reunir-se em federação, a qual, após sua constituição e respectivo registro perante o Tribunal Superior Eleitoral, atuará como se fosse uma única agremiação partidária.

Art. 6º-A da Lei n.º 9.504/97: Aplicam-se à federação de partidos de que trata o art. 11-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), todas as normas que regem as atividades dos partidos políticos no que diz respeito às eleições, inclusive no que se refere à escolha e registro de candidatos para as eleições majoritárias e proporcionais, à arrecadação e aplicação de recursos em campanhas eleitorais, à propaganda eleitoral, à contagem de votos, à obtenção de cadeiras, à prestação de contas e à convocação de suplentes. [\(Incluído pela Lei nº 14.208, de 2021\)](#)

Parágrafo único. É vedada a formação de federação de partidos após o prazo de realização das convenções partidárias. [\(Incluído pela Lei nº 14.208, de 2021\)](#)

Obs: Em virtude do que foi decidido na ADI 7021, o item pode restar incorreto e a questão ser anulada.

“A federação partidária, instituto trazido pela Lei nº 14.208/2021, não é uma tentativa de se recriar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, que foram proibidas pela EC 97/2017, que deu nova redação ao art. 17, § 1º, da CF/88.

A Lei nº 14.208/2021 criou mecanismos para se impedir que as federações partidárias provocassem um desvirtuamento do sistema representativo.

Logo, a figura da federação partidária é compatível com a Constituição Federal.

Vale ressaltar, contudo, que a previsão legal que permite que as federações partidárias possuam prazo superior ao dos partidos políticos para se constituírem viola o princípio da isonomia.

A fim de participarem das eleições, as federações partidárias devem estar constituídas como pessoa jurídica e obter o registro de seu estatuto perante o TSE no mesmo prazo aplicável aos partidos políticos.

Excepcionalmente, nas eleições de 2022, o prazo para constituição de federações partidárias fica estendido até 31 de maio do mesmo ano. (STF. Plenário ADI 7021/DF MC-Ref, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 9/2/2022 - Info 1043).”

QUESTÃO 36. Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina eleitoral.

I- O princípio da anterioridade eleitoral determina que a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, mas só se aplicará à eleição que ocorrer até um ano da data de sua vigência.

II- A recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa fixada em lei acarreta a cassação dos direitos políticos, devendo ser observado, para tanto, o devido processo legal.

III- São condições de elegibilidade, na forma da lei, dentre outras, a nacionalidade brasileira, o alistamento eleitoral, a filiação partidária e o domicílio eleitoral na circunscrição, sendo inelegíveis os analfabetos.

IV - Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos, vedada a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão para manifestações favoráveis e contrárias.

Quais afirmações estão corretas?

a) apenas I e II.

b) apenas II e IV.

c) apenas I, III e IV.

d) apenas II, III e IV.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O item I está correto, pois de acordo com o art. 16 da CF/88: “A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.”

O item II está incorreto, pois é vedada a cassação dos direitos políticos.

Art. 15 da CF/88: É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II - incapacidade civil absoluta;

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

O item III está correto, pois são condições de elegibilidade: a nacionalidade brasileira; o pleno exercício dos direitos políticos; o alistamento eleitoral; o domicílio eleitoral na circunscrição; a filiação partidária; idade mínima prevista na Constituição Federal para cada cargo. Além disso, muito embora o alistamento eleitoral e o voto sejam facultativos para os analfabetos, eles são inelegíveis.

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

O item IV está correto, pois de acordo com o art. 14 da CF/88: §12. Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias

antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 111, de 2021\)](#)

§ 13. As manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares nos termos do § 12 ocorrerão durante as campanhas eleitorais, sem a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 111, de 2021\)](#).

QUESTÃO 37. A respeito da Lei de introdução as normas do direito brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a equidade e a jurisprudência.

b) Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

c) A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

d) O juiz não decidirá com base em valores jurídicos abstratos, sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

e) Ao decretar a invalidação de ato, o juiz deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o disposto no artigo 4º da LINDB: Art. 4º Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

A alternativa B está correta, e encontra previsão no artigo 5º da LINDB: Art. 5º Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

A alternativa C está correta, conforme previsto no artigo 6º da LINDB: Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

A alternativa D está correta, pois, nos termos do artigo 20 da LINDB: Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

A alternativa E está correta, pois trata-se da literalidade do artigo 20 da LINDB: Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

QUESTÃO 38. Acerca da aplicação da norma jurídica no espaço, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Devem ser aplicadas, no que concerne ao começo e fim da personalidade, as normas do país em que domiciliada a pessoa e a pessoa que não tiver residência fixa terá como domicílio o local em que for encontrada.

b) Quanto aos bens, aplica-se a lei do país em que estiverem situados, sendo que governos estrangeiros não poderão adquirir no Brasil bens imóveis, salvo para sede dos representantes diplomáticos e agentes consulares.

c) Quanto às obrigações, aplica-se a lei do país em que se constituírem.

d) A respeito das sociedades e fundações, aplica-se a norma do domicílio do seu representante.

e) As leis, atos e sentenças de outro país não terão eficácia no Brasil quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**.

A alternativa A está correta. Conforme dispõe o artigo 7º da LINDB: Art. 7º. A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

A alternativa B está correta. Nos termos do artigo 11, §2º, da LINDB: Art. 11 § 2º. Os Governos estrangeiros, bem como as organizações de qualquer natureza, que eles tenham constituído, dirijam ou hajam investido de funções públicas, não poderão adquirir no Brasil bens imóveis ou susceptíveis de desapropriação.

A alternativa C está correta. Conforme dispõe o artigo 9º da LINDB: Art. 9º. Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 11 da LINDB, as sociedades e fundações obedecem à lei do Estado em que se constituírem: Art. 11. As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que se constituírem.

A alternativa E está correta. Conforme dispõe o artigo 17 da LINDB: Art. 17. As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.

QUESTÃO 39. Com base no entendimento consolidado do STJ sobre matéria de falência e de recuperação judicial, considere as seguintes afirmações.

I. O produtor rural pode requerer a recuperação judicial, desde que esteja inscrito na Junta Comercial quando formalizar o pedido, independentemente do tempo de exercício da atividade de forma empresarial.

II. Os créditos resultantes de honorários advocatícios têm natureza alimentar e equiparam-se aos trabalhistas para efeito de habilitação em falência, observado o limite de valor previsto no artigo 83, inciso 1, da Lei nº 11.101/2005, mas são créditos extraconcursais os honorários de advogado resultantes de trabalhos prestados à massa falida, depois do decreto de falência.

III. A recuperação judicial do devedor principal impede o prosseguimento das execuções e induz a suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória.

IV. A existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador, para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial.

Quais afirmações estão corretas:

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas II e IV.
- e) Apenas III e IV.

Comentário.

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata do tema recuperação judicial.

O item I está errado. Conforme tema repetitivo 1145 do STJ: “Ao produtor rural que exerça sua atividade de forma empresarial há mais de dois anos é facultado requerer a recuperação judicial, desde que esteja inscrito na Junta Comercial no momento em que formalizar o pedido recuperacional, independentemente do tempo de seu registro”.

O item II está certo. Conforme tema repetitivo 637 do STJ: “I - os créditos resultantes de honorários advocatícios têm natureza alimentar e equiparam-se aos trabalhistas para efeito de habilitação em falência, seja pela regência do Decreto-Lei n. 7.661/1945, seja pela forma prevista na Lei n. 11.101/2005, observado o limite de valor previsto no artigo 83, inciso I, do referido Diploma legal. II - são créditos extraconcursais os honorários de advogado resultantes de trabalhos prestados à massa falida, depois do decreto de falência, nos termos dos arts. 84 e 149 da Lei n. 11.101/2005”.

O item III está errado. Conforme tema repetitivo 885 do STJ: “A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções nem induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos arts. 6º, caput, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art. 59, caput, por força do que dispõe o art. 49, §1º, todos da Lei n. 11.101/2005”.

O item IV está certo. Conforme tema repetitivo 1051 do STJ: “Para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, considera-se que a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador”.

QUESTÃO 40. Com base nas recomendações do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP acerca da atuação do Ministério Público nos casos de recuperação judicial e falência de empresas, assinale a alternativa correta.

- a) **É obrigatória a intervenção do Ministério Público nos procedimentos cautelares ou nas tutelas antecipadas de recuperação judicial demandadas antes do deferimento do processamento da recuperação.**
- b) **A idoneidade e a eficiência do administrador judicial serão avaliadas pelo Ministério Público durante o processo, podendo pedir a sua substituição quando necessário.**
- c) **O Ministério Público manifestar-se-á em impugnações, habilitações e incidentes de verificação judicial de crédito, inclusive na fase administrativa de verificação de créditos pelo administrador judicial.**
- d) **Sobre o plano de recuperação judicial, o Ministério Público examinará o seu conteúdo, assim como fará a análise da sua viabilidade econômica.**

e) É obrigatória a intervenção do Ministério Público no caso da falência requerida pelo próprio devedor.

Comentário.

A resposta correta é a **letra B**. A questão tratada sobre atuação do Ministério Público.

A alternativa A está incorreta. Nestes casos a atuação é facultativa, conforme artigo 4º da Recomendação 102/23 do CNMP: “Art. 4º Nos procedimentos cautelares ou nas tutelas antecipadas de recuperação judicial demandadas antes do deferimento do processamento da recuperação, é facultativa a intervenção do Ministério Público, a qual se restringe a questões de legalidade, quando assim identificadas, casos em que o órgão ministerial atentará à celeridade em suas manifestações e pareceres”.

A alternativa B está correta. Conforme artigo 14 da Recomendação 102/23 do CNMP: “Art. 14. O Ministério Público avaliará a idoneidade e a eficiência do administrador judicial durante todo o processo, na forma do art. 22 da Lei nº 11.101/2005, pleiteando a sua substituição quando necessário”.

A alternativa C está incorreta. Conforme artigo 23, parágrafo único, da Recomendação 102/23 do CNMP: “Art. 23. O Ministério Público manifestar-se-á em impugnações, habilitações e incidentes de verificação judicial de crédito, incluindo os fazendários, após instaurado o contraditório e emitido o parecer do administrador judicial. Parágrafo único. Não caberá a intervenção do Ministério Público na fase administrativa de verificação de créditos pelo administrador judicial.”

A alternativa D está incorreta. É vedada a análise econômica, conforme artigo 28 da Recomendação 102/23 do CNMP: “Art. 28. O Ministério Público pronunciar-se-á exclusivamente sobre os aspectos legais da deliberação (quórum, por exemplo) e do conteúdo do Plano de Recuperação (cláusula manifestamente ilegal, por exemplo), vedada a análise da sua viabilidade econômica.

A alternativa E está incorreta. Atuação é apenas recomendável, conforme artigo 3º da Recomendação 102/23 do CNMP: “Art. 3º Nas hipóteses de pedido de autofalência disciplinadas no art. 105 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e nos arts. 12 e 21 da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, é recomendável a intervenção do Ministério Público”.

QUESTÃO 41. A respeito da averbação da mudança do gênero e do prenome, com fundamento em ato normativo do Conselho Nacional de Justiça, considere as seguintes afirmações.

I- A averbação da mudança do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e de casamento de pessoas transgêneros depende de prévia autorização judicial.

II- O pedido de alteração do gênero e do prenome somente pode ser apresentado por pessoa maior de 18 anos.

III - Se houver dívidas protestadas ou ação cível ou criminal em andamento, não será viável o deferimento do pedido de mudança de gênero ou do prenome e a realização das averbações.

IV- Não é obrigatória a apresentação de laudos médico ou psicológico para atestar a transexualidade ou situação de transgênero do solicitante.

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas I e II.

- b) Apenas I e III.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas II e IV.
- e) Apenas III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A assertiva I está incorreta. Nos termos do artigo 518, §1º, do Provimento n. 149/2023: § 1.º O atendimento do pedido apresentado ao registrador independe de prévia autorização judicial ou da comprovação de realização de cirurgia de redesignação sexual e/ou de tratamento hormonal ou patologizante, assim como de apresentação de laudo médico ou psicológico.

A alternativa II está correta. Nos termos do art. 516 do Provimento n. 149/2023: Art. 516. Toda pessoa maior de 18 anos de idade completos habilitada à prática de todos os atos da vida civil poderá requerer ao ofício do registro civil das pessoas naturais (RCPN) a alteração e a averbação do prenome e do gênero, a fim de adequá-los à identidade autopercebida.

A alternativa III está incorreta. Não há previsão do óbice à alteração em caso de protesto ou processos em andamento no Provimento n. 149/2023.

A alternativa IV está correta. Nos termos do artigo 518, §1º, do Provimento n. 149/2023: § 1.º O atendimento do pedido apresentado ao registrador independe de prévia autorização judicial ou da comprovação de realização de cirurgia de redesignação sexual e/ou de tratamento hormonal ou patologizante, assim como de apresentação de laudo médico ou psicológico.

QUESTÃO 42. Com base na Lei nº 6.015/1973, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, mas os índios, enquanto não integrados, não estão obrigados à inscrição do nascimento, podendo ser feito em livro próprio do órgão federal de assistência aos índios.
- b) O enteado ou a enteada, se houver motivo justificável, poderá requerer ao oficial de registro civil que, no registro de nascimento, seja averbado o nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta, desde que haja expressa concordância destes, sem prejuízo de seus sobrenomes de família.
- c) Na habilitação para o casamento, se houver impedimento ou arguição de causa suspensiva, será ouvido o órgão do Ministério Público, antes de o juiz decidir a respeito.
- d) As sentenças estrangeiras de reconhecimento de união estável lavradas no exterior deverão ser devidamente legalizadas ou apostiladas e acompanhadas de tradução juramentada para poderem ser registradas perante o Oficial do Registro Civil.
- e) O princípio da fé pública registral proclama a validade dos atos de registro, o qual produz todos os efeitos legais. Essa presunção de veracidade do seu conteúdo, em virtude da sua natureza causal, é absoluta.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**.

A alternativa A está correta. Nos termos do artigo 50, § 2º, da Lei n. 6.015/1973: Os índios, enquanto não integrados, não estão obrigados a inscrição do nascimento. Este poderá ser feito em livro próprio do órgão federal de assistência aos índios.

A alternativa B está correta. Conforme determina o artigo 57, § 8º, da Lei n. 6.015/1973: O enteado ou a enteada, se houver motivo justificável, poderá requerer ao oficial de registro civil que, nos registros de nascimento e de casamento, seja averbado o nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta, desde que haja expressa concordância destes, sem prejuízo de seus sobrenomes de família.

A alternativa C está correta. Conforme dispõe o artigo 67, § 5º, da Lei n. 6.015/1973: Se houver impedimento ou arguição de causa suspensiva, o oficial de registro dará ciência do fato aos nubentes, para que indiquem, em 24 (vinte e quatro) horas, prova que pretendam produzir, e remeterá os autos a juízo, e, produzidas as provas pelo oponente e pelos nubentes, no prazo de 3 (três) dias, com ciência do Ministério Público, e ouvidos os interessados e o órgão do Ministério Público em 5 (cinco) dias, decidirá o juiz em igual prazo

A alternativa D está correta. Nos termos do artigo 94-A, § 2º, da lei n. n. 6.015/1973: As sentenças estrangeiras de reconhecimento de união estável, os termos extrajudiciais, os instrumentos particulares ou escrituras públicas declaratórias de união estável, bem como os respectivos distratos, lavrados no exterior, nos quais ao menos um dos companheiros seja brasileiro, poderão ser levados a registro no Livro E do registro civil de pessoas naturais em que qualquer dos companheiros tem ou tenha tido sua última residência no território nacional.

A alternativa E está incorreta. Não há princípios absolutos no ordenamento jurídico, uma vez que, diante da pouca densidade normativa, os princípios se relativizam a fim de que possam admitir a aplicação da proporcionalidade no confronto com outros princípios e direitos.

QUESTÃO 43. Com base no Código Civil, a respeito dos negócios jurídicos, considere as seguintes afirmações.

I - A validade da declaração de vontade dependerá de forma especial, salvo quando a lei expressamente dispensar.

II - As partes não podem pactuar regras de interpretação dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.

III - São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

IV - O erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade.

Quais afirmações estão corretas?

A) Apenas I e II.

b) Apenas I e III.

c) Apenas II e III.

d) Apenas II e IV.

e) Apenas III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A assertiva I está incorreta. Nos termos do artigo 107 do Código Civil: Art. 107. A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.

A assertiva II está incorreta. Nos termos do artigo 113, §2º, do Código Civil: § 2º As partes poderão livremente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei

A assertiva III está correta. Conforme dispõe o artigo 138 do Código Civil: Art. 138. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

A assertiva IV está correta. Nos termos do artigo 143 do Código Civil: Art. 143. O erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade.

QUESTÃO 44. Com base no Código Civil, a respeito da filiação, assinale a alternativa correta.

a) A ação de prova de filiação compete ao filho, enquanto viver, passando aos herdeiros, se ele morrer menor ou incapaz.

B) Os filhos havidos por inseminação artificial heteróloga presumem-se concebidos na constância do casamento, independente de prévia autorização do marido.

c) A prova da impotência do cônjuge para gerar, à época da concepção, não ilide a presunção da paternidade.

d) Cabe ao marido o direito de contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher, sendo suficiente a confissão materna para excluir a paternidade.

e) A filiação prova-se somente pela certidão do termo de nascimento registrada no Registro Civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

Conforme determina o artigo 1.606 do Código Civil: Art. 1.606. A ação de prova de filiação compete ao filho, enquanto viver, passando aos herdeiros, se ele morrer menor ou incapaz. Parágrafo único. Se iniciada a ação pelo filho, os herdeiros poderão continuá-la, salvo se julgado extinto o processo.

QUESTÃO 45. Com base no Código Civil, a respeito do direito das sucessões, assinale a alternativa INCORRETA.

a) a companheira ou companheiro participará da sucessão do outro, quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, se concorrer com descendentes só do autor da herança, tocar-lhe-á a metade do que couber a cada um daqueles.

b) O direito à sucessão aberta, bem como o quinhão de que disponha o co-herdeiro, pode ser objeto de cessão por escritura pública.

c) O co-herdeiro poderá ceder a sua quota hereditária a pessoa estranha à sucessão, mesmo se outro co-herdeiro a quiser, tanto por tanto.

d) Nos casos de indignidade, o trânsito em julgado da sentença penal condenatória acarretará a imediata exclusão do herdeiro ou legatário indigno.

e) Aquele que incorreu em atos que determinem a exclusão da herança será admitido a suceder, se o ofendido o tiver expressamente reabilitado em testamento, ou em outro ato autêntico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

O artigo 1.790 do Código Civil previa o tratamento da sucessão do companheiro de forma distinta daquela prevista no caso de cônjuges, in verbis:

Art. 1.790. A companheira ou o companheiro participará da sucessão do outro, quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, nas condições seguintes:

I - se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à que por lei for atribuída ao filho;

II - se concorrer com descendentes só do autor da herança, tocar-lhe-á a metade do que couber a cada um daqueles;

III - se concorrer com outros parentes sucessíveis, terá direito a um terço da herança;

IV - não havendo parentes sucessíveis, terá direito à totalidade da herança.

Entretanto, no Recurso Extraordinário nº 646.721, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade do dispositivo e determinou a aplicação do mesmo regime previsto para o cônjuge aos companheiros.

Direito constitucional e civil. Recurso extraordinário. Repercussão geral. Aplicação do artigo 1.790 do Código Civil à sucessão em união estável homoafetiva. Inconstitucionalidade da distinção de regime sucessório entre cônjuges e companheiros. 1. A Constituição brasileira contempla diferentes formas de família legítima, além da que resulta do casamento. Nesse rol incluem-se as famílias formadas mediante união estável, hetero ou homoafetivas. O STF já reconheceu a “inexistência de hierarquia ou diferença de qualidade jurídica entre as duas formas de constituição de um novo e autonomizado núcleo doméstico”, aplicando-se a união estável entre pessoas do mesmo sexo as mesmas regras e mesmas consequências da união estável heteroafetiva (ADI 4277 e ADPF 132, Rel. Min. Ayres Britto, j. 05.05.2011) 2. Não é legítimo desequiparar, para fins sucessórios, os cônjuges e os companheiros, isto é, a família formada pelo casamento e a formada por união estável. Tal hierarquização entre entidades familiares é incompatível com a Constituição de 1988. Assim sendo, o art. 1790 do Código Civil, ao revogar as Leis nº 8.971/1994 e nº 9.278/1996 e discriminar a companheira (ou o companheiro), dando-lhe direitos sucessórios bem inferiores aos conferidos à esposa (ou ao marido), entra em contraste com os princípios da igualdade, da dignidade humana, da proporcionalidade como vedação à proteção deficiente e da vedação do retrocesso. 3. Com a finalidade de preservar a segurança jurídica, o entendimento ora firmado é aplicável apenas aos inventários judiciais em que não tenha havido trânsito em julgado da sentença de partilha e às partilhas extrajudiciais em que ainda não haja escritura pública. 4. Provimento do recurso extraordinário. Afirmação, em repercussão geral, da seguinte tese: “No sistema constitucional vigente, é inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros, devendo ser aplicado, em ambos os casos, o regime estabelecido no art. 1.829 do CC/2002”. (RE 646721, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 10/05/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-204 DIVULG 08-09-2017 PUBLIC 11-09-2017)

QUESTÃO 46. Considere as seguintes afirmações sobre competência.

I – Muito embora o princípio da igualdade entre os cônjuges tenha sido proclamado com a CF/88, considerando-se a manutenção, de fato da desigualdade material entre homem e mulher, bem como a máxima segundo a qual a igualdade consiste em tratar de forma desigual os desiguais na medida de sua desigualdade, foi somente com a vigência do CPC/2015, ao eliminar a hipótese do rol positivado no art. 53, que nas ações de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável, não mais se reconhece a competência do foro do domicílio da mulher.

II – Considerando-se a competência do foro do domicílio do consumidor para o processamento e julgamento de demandas que tratam de relação de consumo, não deve ser cassada decisão liminar proferida por juízo incompetente em razão da inércia da parte em suscitar a incompetência do juízo como preliminar de contestação.

III – A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas e ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.

IV – Em determinada comarca, na qual ainda não foi instalado o Juizado Especial de Violência Doméstica e familiar contra a Mulher, que possui uma Vara Cível e uma Vara Criminal, é possível que o Juízo Cível detenha competência para aplicar medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, a partir de uma interpretação teleológica, feita pelo STJ, do art. 33 da Lei nº 11.340/2006 (Art. 33. Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas criminais de violência doméstica e familiar contra a mulher, observadas as previsões do Título IV desta Lei, subsidiada pela legislação processual pertinente.).

Quais afirmações estão corretas?

- a) Apenas I e II;
- b) Apenas I e III;
- c) Apenas II e III;
- d) Apenas II e IV;
- e) Apenas III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Estão corretas apenas as afirmativas III e IV.

A assertiva III está correta. Trata-se da literalidade da Súmula 628 do STJ, segundo a qual “A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; b) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e c) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal”.

A assertiva IV está correta. Para a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), nas comarcas onde não há vara especializada em violência doméstica, é possível ao juízo cível aplicar as medidas protetivas previstas na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Segundo o colegiado, a concessão de medidas protetivas por juízo cível ajuda a prevenir, de maneira rápida e uniforme, a violência praticada no âmbito doméstico e familiar contra a mulher. (disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/31082023-Na-falta-de-juizado-de-violencia-domestica--juizo-civel-pode-aplicar-medidas-protetivas-da-Lei-Maria-da-Penha.aspx>)

QUESTÃO 47. Considere as seguintes afirmações sobre capacidade processual.

I – O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação obrigatória de bens.

II – Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu é indispensável somente nas hipóteses de comosse.

III – O Município será representado, ativa e passivamente, em juízo, por seu prefeito, procurador ou Associação de Representação de Município, quando expressamente autorizada.

IV – Quando o inventariante for dativo, dispensa-se a intimação dos sucessores do falecido no processo no qual o espólio seja parte.

V - Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo de 15 (quinze) dias para que seja sanado o vício.

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas III.

c) Apenas IV.

d) Apenas IV e V.

e) Apenas II, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A assertiva I está incorreta. Nos termos do artigo 73, caput, do CPC: Art. 73. O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.

A assertiva II está incorreta. Conforme dispõe o artigo 73, §2º, do CPC: §2º Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticado.

A assertiva III está correta. Trata-se da literalidade do artigo 75, inciso III, do CPC: Art. 75. Serão representados em juízo, ativa e passivamente: [...] III - o Município, por seu prefeito, procurador ou Associação de Representação de Municípios, quando expressamente autorizada;

A assertiva IV está incorreta. Conforme dispõe o artigo 75, 1º, do CPC: § 1º Quando o inventariante for dativo, os sucessores do falecido serão intimados no processo no qual o espólio seja parte.

A assertiva V está incorreta. Nos termos do artigo 76 do CPC: Art. 76. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

Assim, considerando que apenas a assertiva III está correta, a alternativa a ser assinalada é a letra B.

Questão 48. Considere as seguintes afirmações relativamente à sentença e à coisa julgada.

I – A decisão que julgar total ou parcialmente o processo tem força de lei nos limites das questões decididas, denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível tal decisão.

II – Diferentemente do que ocorre nas ações individuais, em que a improcedência por falta de provas faz coisa julgada material, nas ações coletivas que têm por objeto tutelar direitos difusos, a coisa julgada é erga omnes, porque atinge qualquer terceiro, tanto no caso de procedência quanto no de improcedência, exceto quando a improcedência for por insuficiência de provas, hipótese em que a sentença não transita em julgado materialmente, ao que se denomina de coisa julgada secundum eventum litis.

III – Não fazem coisa julgada os motivos, salvo quando importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença, nem a verdade dos fatos, mesmo quando estabelecida como fundamento da sentença.

Quais afirmações estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) Apenas I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A assertiva I está correta. Trata-se da literalidade dos artigos 503 e 502 do CPC: Art. 502. Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

Art. 503. A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.

A assertiva II está incorreta. Nos termos do artigo 103, inciso I, do CDC: Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada: I - erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81.

A assertiva III está incorreta. Conforme dispõe o artigo 504, inciso I, do CPC: Art. 504. Não fazem coisa julgada: I - os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.

Assim, considerando que apenas a assertiva I está correta, a alternativa a ser assinalada é a letra A.

QUESTÃO 49. Considere a seguinte situação e, com base nela, assinale a alternativa correta.

Uma Câmara do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul profere acórdão, por unanimidade, em apelação, afirmando que determinado direito defendido pelo Ministério Público não está contemplado na lei federal em discussão na demanda. Contra esta decisão, o Ministério Público interpôs recurso especial, com base no art. 105, III, "a", da Constituição Federal/88, diretamente, perante a Vice-Presidência do TJRS. Depois de contra-arrazoado, o recurso foi concluso para exame de admissibilidade, oportunidade em que o Terceiro Vice-Presidente do TJRS não o admitiu, por entender que o acórdão recorrido se assentava em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrangia todos eles, justificando, com o cotejo entre o recurso e o acórdão, a aplicação analógica da Súmula 283, do STF. Porém, de acordo com Ministério Público, seu recurso havia impugnado todos os fundamentos do julgado; o que ocorreu, na ótica do recorrente, foi que o prolator da decisão negativa de admissibilidade não teria levado em consideração determinado aspecto dos argumentos recursais que se opunham ao outro fundamento, com o que estaria caracterizada a omissão prevista no art. 1.022, inciso II, do CPC. A partir disso e com fulcro neste dispositivo legal, interpôs, então, no último dia do prazo de 10 dias úteis contados da data de sua intimação pessoal, embargos de declaração contra a decisão que não admitiu o recurso especial, pedindo que o órgão julgador sanasse a omissão, examinando a impugnação ao outro fundamento. Estes declaratórios, porém, não foram conhecidos pela Vice-Presidência do TJRS, segundo a qual são incabíveis embargos de declaração contra decisão proferida, pelo Tribunal de origem, em sede de juízo de admissibilidade de recurso especial. Na sequência, então, o Ministério Público interpôs, no último dia do prazo de 30 dias úteis a contar de sua intimação acerca desta última decisão, agravo contra decisão denegatória de recurso especial diretamente perante o Tribunal Estadual. A Terceira Vice-Presidência do TJRS, então, determina a intimação da parte adversa para apresentar resposta ao agravo e, findo o prazo respectivo, a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça para processamento e julgamento. Chegando no STJ, a Presidência daquela Corte Superior profere decisão de não conhecimento do agravo, por intempestividade.

a) Está correta a decisão que não conheceu do agravo porquanto foi interposto perante juízo incompetente e, muito embora tenha sido remetido ao STJ, órgão competente no qual deveria ter sido originalmente interposto, chegou na Presidência deste Tribunal Superior já fora do prazo.

b) Está errada a decisão proferida pelo STJ, uma vez que os embargos de declaração interromperam o prazo para a interposição de agravo, que somente recomeçou a ser contado a partir da intimação da decisão dos embargos.

c) Está correta a decisão proferida pelo STJ, pois a oposição de embargos de declaração não interrompe o prazo para a interposição de agravo em recurso especial, único cabível, no caso, contra decisão do Presidente do Tribunal de origem que não admite o recurso especial.

d) Está errada a decisão que não conheceu do agravo porque, muito embora o CPC/2015 tenha transferido para os tribunais ad quem a competência para o exame de admissibilidade

de diversos recursos interpostos no juízo a quo, em alteração legislativa publicada um ano depois, foi retomada a competência dos Tribunais locais para o exame de admissibilidade do recurso de agravo interposto contra decisão denegatória de especial.

e) Está correta a decisão que não conheceu do agravo, pois a oposição de embargos de declaração apenas suspende o prazo para a interposição de agravo em recurso especial, de modo que o Ministério Público deveria ter descontado o prazo de 10 dias já transcorrido anteriormente, razão pela qual o ele só seria tempestivo se interposto até, no máximo, 20 dias a contar da intimação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

No AREsp 2039129, a relatora, ministra Nancy Andrighi, lembrou que, segundo a jurisprudência do STJ, "o único recurso cabível da decisão do primeiro juízo de admissibilidade do recurso especial é o agravo previsto no artigo 1.042 do CPC/2015". Ela afirmou que, a partir dessa premissa, o STJ consolidou o entendimento de que "os embargos de declaração, quando opostos contra decisão de inadmissibilidade do recurso especial na origem, não interrompem, em regra, o prazo para a interposição do agravo, único recurso cabível, salvo quando essa decisão for tão genérica que impossibilite ao recorrente aferir os motivos pelos quais teve seu recurso obstado, inviabilizando-o totalmente de interpor o agravo". Nessas hipóteses, ponderou a ministra, a sanção a que se sujeita a parte que opõe embargos de declaração incabíveis é a não incidência da regra do artigo 1.026 do CPC/2015, especificamente com relação ao efeito interruptivo dos aclaratórios. "Se o agravo em recurso especial que se seguir aos embargos de declaração for interposto fora do prazo de 15 dias, contado da intimação da decisão que inadmitir o recurso especial, será considerado intempestivo; de outro lado, ainda que incabíveis os embargos de declaração, se o agravo em recurso especial for interposto no prazo legal, não há falar em intempestividade deste, tampouco em preclusão consumativa", disse. Nancy Andrighi observou ainda que, se os embargos de declaração forem acolhidos, com modificação da decisão que inadmitiu o recurso especial, o recorrente que já tiver interposto o agravo em recurso especial terá o direito de complementar ou alterar suas razões, nos exatos limites da modificação, no prazo de 15 dias, contado da intimação da decisão dos embargos de declaração, conforme prevê o parágrafo 4º do artigo 1.024 do CPC.

QUESTÃO 50. Leia a afirmação abaixo.

Decorrido o prazo de 30 dias do trânsito em julgado da sentença condenatória favorável à FEBRABAN, associação de bancos autora da ação, sem que a associação lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

Assinale a alternativa integralmente correta a respeito dessa afirmação.

a) A afirmação está correta, de acordo com a dicção expressa da lei que regulamenta a ação civil pública (Lei nº 7347/85).

b) A afirmação está incorreta, porquanto o Ministério Público não possui legitimidade para promover execução de sentença condenatória favorável à FEBRABAN.

c) A afirmação está correta, porque sendo a FEBRABRAN uma associação civil, a lei da ação civil pública confere legitimidade ao Ministério Público promover a execução de sentença condenatória quando a associação autora não o fizer no prazo de 30 (trinta) dias.

d) A afirmação está incorreta, pois a legitimação se dará, de acordo com o previsto na Lei nº 7347/85, depois de decorridos 60 (sessenta) dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução.

e) A afirmação está incorreta porque, tanto na ação, quanto na execução, em caso de desistência infundada ou abandono da ação pelo legitimado, ela deve ser extinta sem julgamento do mérito em razão da perda superveniente do interesse processual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Conforme dispõe o artigo 15 da Lei de Ação Civil Pública (Lei n. 7347/1985): Art. 15. Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

Desse modo, considerando que as demais alternativas contrariam o dispositivo de lei, a alternativa a ser assinalada é a letra D.

QUESTÃO 51. Leia a afirmação abaixo.

O CPC/2015 revogou todas as ações cautelares nominadas e seus respectivos requisitos específicos previstos no anterior CPC. Mesmo assim, a parte poderá continuar ajuizando ação e, nela, fazer pedido com o mesmo conteúdo das cautelares extintas (sequestro, arresto, etc.) desde que aqueles requisitos específicos estejam presentes.

Assinale a alternativa integralmente correta a respeito dessa afirmação.

a) A afirmação está correta, pois um dos principais objetivos do CPC/2015 foi concretizar o princípio da instrumentalidade das formas.

b) A afirmação está incorreta, pois na nova sistemática processual são incabíveis pedidos de sequestro e arresto, uma vez que tais cautelares foram extintas pelo CPC/2015.

c) A afirmação está correta, com exceção apenas à exigência de que estejam preenchidos os requisitos específicos das cautelares nominadas extintas.

d) A afirmação está incorreta, com exceção apenas à possibilidade de continuar ajuizando ações contendo pedido de mesmo conteúdo das cautelares extintas, pois com a mudança legislativa não há possibilidade jurídica de nenhuma forma de pedido de arresto ou sequestro.

e) A afirmação está correta, pois foram revogadas apenas as cautelares nominadas e não seus requisitos específicos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Em relação à disciplina das medidas cautelares, o novo Código eliminou o Livro III – Do Processo Cautelar (artigos 796 a 889 do CPC de 1973) e redistribuiu algumas medidas cautelares ao longo do Código. Daniel Amorim Assumpção Neves afirma que: “O processo autônomo cautelar desaparece, e, como nunca houve um processo autônomo de tutela antecipada, é possível afirmar que deixa de existir o processo autônomo de tutela de urgência.

Há tratamento diverso quanto à natureza da tutela de urgência pretendida quando o pedido for feito de forma antecedente”. A disciplina trazida pelo atual Código instituiu o regime das tutelas provisórias em livro próprio de número V, as quais contam com disposições gerais comuns previstas nos artigos 294 a 299; tutela de urgência prevista nos artigos 300 a 310; e tutela de evidência prevista no artigo 311, todos do referido diploma.

As tutelas provisórias se dividem em tutela de evidência e tutela de urgência, as quais, por sua vez, podem ser requeridas em caráter antecedente ou incidental (artigo 294, parágrafo único do Código de Processo Civil vigente). Portanto, a assim denominada tutela provisória é gênero, do qual a tutela de urgência e a tutela de evidência são espécies.

Sob esse aspecto, cabe mencionar, que no Código de Processo Civil revogado, havia uma divisão em relação às cautelares, tanto no que diz respeito à sua instrumentalização como em relação às suas espécies. Vale dizer, no Código revogado, as cautelares poderiam ser autônomas ou incidentais e nominadas (p.ex. arresto, sequestro, busca e apreensão, etc.) ou inominadas (poder geral de cautela). Em outros dizeres, na disciplina do Código anterior, havia procedimentos cautelares específicos (tais como arresto, sequestro, busca e apreensão, como já mencionados acima) e o procedimento cautelar genérico – que se manifestava através do denominado poder geral de cautela e que abarcava as cautelares atípicas, ou seja, as inominadas. Todavia, entende-se que, no Código de Processo Civil vigente, essa dicotomia acabou, além de não mais serem admitidas na forma de processo autônomo, as cautelares continuaram existindo, tendo sido, contudo, extintos os procedimentos próprios destinados ao seu requerimento e concessão. Assim, o objetivo do Código vigente foi unificar o regramento, criando um regime único para os casos de tutela provisória e, em particular, para as tutelas de urgência e de evidência.

Assim, considerando que as demais alternativas contrariam o entendimento doutrinário, a alternativa correta a ser assinalada é a letra C.

QUESTÃO 52. Considere as seguintes afirmações sobre recursos.

I - Não comporta conhecimento o agravo de instrumento sem impugnação específica dos fundamentos da decisão recorrida, por irregularidade formal, em violação do princípio da taxatividade.

II - As questões resolvidas na fase de conhecimento não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.

III- Recebido o agravo de instrumento no tribunal e distribuído imediatamente, se não for o caso de aplicação do art. 932, incisos III e IV, o relator, no prazo de 5 dias, determinará a intimação do Ministério Público, preferencialmente de modo pessoal, quando for o caso de sua intervenção, para que se manifeste no prazo de 15 dias.

IV - José, pretendendo aviventar a linha divisória entre o terreno de sua propriedade e o de seu confinante João, uma vez que esta foi apagada por causa de uma enchente, ajuizou uma ação de demarcação de terras, cujo procedimento é bifásico, com o objetivo de restaurar a linha original entre os imóveis. Entendendo que João possui razão, o juiz agirá corretamente se proferir uma decisão interlocutória, sujeita ao recurso de agravo de instrumento. Após, inicia-se a segunda fase do procedimento, que se encerra com a prolação de uma sentença.

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas II e III.

c) Apenas I, III e IV.

d) Apenas I, II, III e IV.

e) Nenhuma das afirmações está correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A assertiva I está incorreta. Nos termos do artigo 1.016, inciso II, do CPC, que trata do princípio da dialeticidade: Art. 1.016. O agravo de instrumento será dirigido diretamente ao tribunal competente, por meio de petição com os seguintes requisitos: I - os nomes das partes; II - a exposição do fato e do direito;

A assertiva II está incorreta. Conforme dispõe o artigo 1009, §1º, CPC: Art. 1.009. Da sentença cabe apelação. § 1º As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.

A assertiva III está incorreta. Nos termos do artigo 1019, III, CPC: Art. 1.019. Recebido o agravo de instrumento no tribunal e distribuído imediatamente, se não for o caso de aplicação do art. 932, incisos III e IV, o relator, no prazo de 5 (cinco) dias: III - determinará a intimação do Ministério Público, preferencialmente por meio eletrônico, quando for o caso de sua intervenção, para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias.

A assertiva IV está incorreta. O recurso cabível na hipótese retratada é apelação. “A sentença homologatória (art. 587) tem eficácia preponderantemente declaratória, pois reconhece a exatidão do traçado indicado no auto de demarcação, assim como a exatidão dos trabalhos de campo. A sentença homologatória a que alude o art. 587 não é meramente homologatória. Cuida-se de provimento jurisdicional que resolve a lide entre os confrontantes, sendo acobertado pela coisa julgada e se submetendo à desconstituição por meio de ação rescisória.” (Ricardo Silva e Eduardo Lamy, Comentários ao Código de Processo Civil, v. IX).

Sobrevindo o laudo pericial e solucionadas eventuais controvérsias, o juiz sentenciará o processo. Se for improcedente, a sentença é recorrível por apelação e, caso não haja reforma, o processo será extinto. Se for procedente, determinará o traçado da linha demarcanda, nos termos do art. 581 e, conseqüentemente, imporá a restituição da área invadida, se houver.

Transitada em julgado, dar-se-á início a 2ª fase do processo, por meio do qual se efetivará o direito reconhecido em sentença, por meio da aplicação dos arts. 582 a 587 a seguir transcritos.

Art. 582. Transitada em julgado a sentença, o perito efetuará a demarcação e colocará os marcos necessários. Parágrafo único. Todas as operações serão consignadas em planta e memorial descritivo com as referências convenientes para a identificação, em qualquer tempo, dos pontos assinalados, observada a legislação especial que dispõe sobre a identificação do imóvel rural.

Art. 586. Juntado aos autos o relatório dos peritos, o juiz determinará que as partes se manifestem sobre ele no prazo comum de 15 (quinze) dias. Parágrafo único. Executadas as correções e as retificações que o juiz determinar, lavrar-se-á, em seguida, o auto de demarcação em que os limites demarcandos serão minuciosamente descritos de acordo com o memorial e a planta.

Art. 587. Assinado o auto pelo juiz e pelos peritos, será proferida a sentença homologatória da demarcação.

QUESTÃO 53. Assinale com V (verdadeira) ou com F (falsa) as seguintes afirmações sobre honorários advocatícios.

() A entidade sindical "X", representativa dos profissionais de área de saúde pública do Estado "Y", ingressou com ação coletiva contra este ente federativo para que fosse implementado o reajuste de uma gratificação, com base na Lei estadual "W", cuja constitucionalidade era negada pelo Governador do Estado. O pedido foi julgado procedente, tendo o Estado "Y" sido condenado em custas e honorários advocatícios, tendo a sentença transitado em julgado. A partir de uma divisão pro rata, considerando o número de beneficiários pelo provimento jurisdicional, José, advogado, ingressou com execução dos honorários advocatícios fixados na sentença, pleiteando o percentual correspondente a um beneficiário. O juiz da causa agiu de maneira correta ao acolher o pedido, considerando que as sentenças proferidas em ações coletivas podem produzir efeitos individuais, o que legitima a execução individual de honorários advocatícios, os quais, por possuírem caráter alimentar, não assumem a condição de acessórios em relação ao crédito principal.

() As verbas de sucumbência arbitradas em embargos à execução rejeitados ou julgados improcedentes e em fase de cumprimento de sentença serão acrescidas no valor do débito principal, para todos os efeitos legais.

() Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo ou o valor da condenação for muito elevado, o juiz fixará o valor dos honorários advocatícios por apreciação equitativa, observando os parâmetros relativos ao grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

() Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios.

A sequência correta do preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- a) V-V-F-V.
- b) F-F-V-V.
- c) V-F-V-F.
- d) F-V-F-V.
- e) V-V-F-F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A primeira afirmativa é falsa. Segundo o próprio STF, esses honorários fixados na sentença coletiva são um crédito uno e devem ser recebidos num único montante, sendo vedada a execução individual de percentual para cada beneficiado, sob pena de violação ao art. 100, §8º, CRFB.

STF, RE 1309081 RG, Rel. Min. Luiz Fux, d.j. 06/05/21 (Rep Geral – Tema 1142). No mesmo sentido, em processos que nem eram ações coletivas, mas tinha litisconsórcio ativo facultativo simples, o STF também decidiu que não é possível fracionar o crédito de honorários advocatícios e frustrar o regime do precatório. STF, RE 919269 ED-EDv/RS, ARE 930251 AgR-ED-EDv/RS, ARE 797499 AgR-EDv/RS, RE 919793 AgR-ED-EDv/RS, Rel. Min. Dias Toffoli, d.j. 7/2/19 (Info 929).

A segunda afirmativa é verdadeira. Nos termos do art. 85, §13, CPC: § 13. As verbas de sucumbência arbitradas em embargos à execução rejeitados ou julgados improcedentes e em fase

de cumprimento de sentença serão acrescidas no valor do débito principal, para todos os efeitos legais.

A terceira afirmativa é falsa. Nos termos do art. 85, §8º, CPC: § 8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.

A quarta afirmativa é verdadeira. De acordo com a Súmula 303 do STJ: "Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios.

QUESTÃO 54. Sobre multa por agravo interno manifestamente inadmissível, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente pelo relator, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa.

b) Quando o agravante for condenado a pagar multa por agravo manifestamente inadmissível, interposição de qualquer outro recurso fica condicionada ao depósito prévio do valor desta multa, à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de gratuidade da justiça, que farão o pagamento ao final.

c) O STJ admite, para a interposição de outros recursos, a possibilidade de substituição do depósito em dinheiro da multa recursal no caso do agravo interno, por medidas alternativas de caução, como no caso de carta fiança bancária.

d) Por se tratar de garantia fidejussória, exige-se que a fiança seja ofertada por terceiro, porquanto a natureza da garantia é assegurar o cumprimento da obrigação de outrem. É por isso que não é possível aceitar carta fiança bancária como depósito prévio do valor da multa, para o efeito de permitir a interposição de recurso depois da condenação por agravo manifestamente inadmissível, quando o recorrente é o Banco "X" e a carta fiança que ele apresenta em seu favor foi emitida pelo próprio Banco "X".

e) A rejeição do agravo interno por votação unânime do colegiado, em regra, não acarreta a imposição da multa do art. 1.021, § 4º, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**.

A alternativa A está incorreta e é o gabarito da questão. Nos termos do artigo 1021, §4º, CPC: § 4º Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do art. 1021, §5º, CPC: § 5º A interposição de qualquer outro recurso está condicionada ao depósito prévio do valor da multa prevista no § 4º, à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de gratuidade da justiça, que farão o pagamento ao final.

As alternativas C e D estão corretas. Conforme decidiu o STJ no REsp 1.997.043: A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ, por unanimidade, decidiu que, no caso de multa por agravo inadmissível, a exigência de depósito do valor como condição para a interposição de outros

recursos pode ser suprida por fiança bancária – desde que o recorrente não figure a um só tempo como fiador e afiançado.)

A assertiva E está correta. Como a interposição de agravo interno é conduta natural das partes diante de uma decisão do relator desfavorável, o CPC resolveu criar sanções às partes que abusam desse direito.

Art. 1.021, § 4º Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa.

O STJ definiu ainda que a multa do art. 1.021, § 4º tem como destinatário a parte contrária e não o Fundo de Aparelhamento do Poder Judiciário.

A regra do art. 97 do CPC/15, segundo a qual os valores das sanções devidas à União ou aos Estados poderão ser revertidos aos fundos de modernização do Poder Judiciário, tem aplicação restrita aos casos de ato atentatório à dignidade da Justiça, conforme dispõe o art. 77, § 3º, do CPC/2015, e de sanções impostas aos serventuários, consoante o art. 96 do CPC/15. STJ. 2ª T. REsp 1846734-RS, Rel. Min. Og Fernandes, d.j. 11/02/20 (info 666).

Assim, será aplicada multa de 1 a 5% do valor atualizado da causa nas situações: I- agravo considerado, em votação unânime, manifestamente inadmissível;

Enunciado 359, FPPC: (art. 1.021, § 4º) A aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, exige que a manifesta inadmissibilidade seja declarada por unanimidade.

ii- agravo julgado improcedente, em votação unânime.

Enunciado 74, I JDPC do CJF: O termo “manifestamente” previsto no § 4º do art. 1.021 do CPC se refere tanto à improcedência quanto à inadmissibilidade do agravo.

Enunciado 358, FPPC: (art. 1.021, § 4º) A aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, exige manifesta inadmissibilidade ou manifesta improcedência.

Uma vez aplicada a multa, a interposição de qualquer outro recurso está condicionada ao depósito prévio do valor da multa.

Essa necessidade de depósito prévio se aplica à Fazenda?

Na vigência do CPC/73, o STJ entendia que sim. Contudo, o CPC/15 foi bem claro em isentar desse depósito prévio não apenas o beneficiário da gratuidade de justiça, mas também a Fazenda Pública.

Art. 1.021, § 5º A interposição de qualquer outro recurso está condicionada ao depósito prévio do valor da multa prevista no § 4º, à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de gratuidade da justiça, que farão o pagamento ao final.

Foi exatamente nesse sentido o julgado do STF já sob a égide do novo CPC. A doutrina também inclui o MP e a Defensoria, até porque são instituições que não detêm personalidade jurídica, sendo apenas órgãos da União ou do Estado (Fazenda Pública).

Essa multa é aplicada também para o beneficiário da justiça gratuita?

Sim. O que ocorrerá é apenas a dispensa do depósito prévio para interposição de outros recursos, devendo pagar a multa ao final do processo.

Por fim, destaca-se que, se o recurso objetiva impugnar matéria diversa daquela tratada no agravo interno, não há necessidade do referido depósito.

Atenção 1: o julgamento do agravo interno não precisa respeitar a ordem cronológica (art. 12, §2º, VI), sob a justificativa de que o caso já foi julgado, bastando o órgão colegiado reapreciar a questão.

Atenção 2: se o recorrente opõe ED, mas o órgão julgador entende que se trata de agravo interno, poderá aplicar a fungibilidade, conhecendo dos ED como se fossem agravo interno. Nesse caso, deverá intimar o recorrente para, em 5 dias, complementar as razões recursais, de modo a impugnar especificamente a decisão agravada.

Art. 1.021, § 3º O órgão julgador conhecerá dos embargos de declaração como agravo interno se entender ser este o recurso cabível, desde que determine previamente a intimação do recorrente para, no prazo de 5 (cinco) dias, complementar as razões recursais, de modo a ajustá-las às exigências do art. 1.021, § 1º.

QUESTÃO 55. Considere as seguintes afirmações em relação à Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.

I- A prática de crime ou contravenção penal contra mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico, independente da pena aplicada, impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito.

II - Podem ser sujeitos ativos dos crimes abrangidos pela Lei Maria da Penha tanto o homem como a mulher.

III - Para a empregada doméstica, mesmo convivendo na unidade do lar e sendo vítima de violência de gênero pelo empregador, não pode ser aplicada integralmente a Lei Maria da Penha, pois lhe falta o vínculo familiar exigido por esta legislação para os ambientes domésticos, incidindo, no entanto, a agravante prevista no artigo 61, alínea f, do Código Penal (Artigo 61. São circunstâncias que sempre agravam a pena [...] f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica).

As medidas protetivas de urgência serão concedidas em juízo de cognição sumária, independente da tipificação legal ou existência de Inquérito Policial, dispensando inclusive o boletim de ocorrência, e vigorarão enquanto persistir o risco, independente do ajuizamento, ou não, da respectiva ação penal ou cível.

V - O Delegado de Polícia, no horário noturno, mesmo quando o Município for sede de Comarca, em situações que envolvam iminente e grave risco à vida da mulher em situação de violência doméstica, pode afastar imediatamente o agressor do lar, desde que comunique ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para a medida ser reavaliada.

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas I, II e IV.

b) Apenas I, II e V.

c) Apenas I, III e V.

d) Apenas II, III e IV.

e) Nenhuma das alternativas está correta

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A afirmativa I está correta. Nos termos do artigo 17 da Lei n. 11.340/2006: Art. 17. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

A afirmativa II está incorreta. Somente mulher pode ser sujeito passivo dos crimes da Lei 11.340/2006.

A afirmativa III está incorreta. É possível a aplicação da Lei Maria da Penha no caso de violência doméstica praticada contra empregada doméstica. Art. 5º, I, da Lei n. 11.340/2006. Julgados: AgRg no REsp 1900478/GO, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 23/02/2021, DJe 26/02/2021 HC 500314/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 01/07/2019.

A afirmativa IV está correta. Nos termos do artigo 19, §5º, da Lei 11.340/2006: § 5º As medidas protetivas de urgência serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência.

A afirmativa V está incorreta. Nos termos do art. 12-C, da Lei 11.340/06: Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida: I- pela autoridade judicial; II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia. § 1º Nas hipóteses dos incisos II e III do caput deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente. § 2º Nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso.

QUESTÃO 56. Considere as seguintes afirmações sobre os crimes de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998).

I - Atualmente, a legislação brasileira admite qualquer infração penal capaz de produzir ativos financeiros como antecedente para o crime de lavagem de dinheiro, inclusive as contravenções penais.

II - Ao sujeito ativo do crime de lavagem de dinheiro não é exigido que tenha participado ou concorrido do crime antecedente, e sim basta que tenha conhecimento, de qualquer modo, que os bens ocultados tenham uma origem ilícita.

III - Somente é possível o crime de lavagem de dinheiro se houver uma infração penal antecedente. Entretanto, basta a comprovação de indícios suficientes da existência da infração penal antecedente, não exigindo a legislação pátria a condenação do(s) autor(es) pela prática do delito antecedente, sendo que, mesmo extinto o processo da infração penal antecedente pela prescrição da pretensão punitiva do Estado, permanece a possibilidade de punição pelo crime de lavagem de dinheiro vinculado a ela.

IV - A Lei nº 9.613 (Lavagem de Dinheiro), de 03 de março de 1998, trata, essencialmente, de delitos dolosos, não prevendo tipo penal culposos.

Quais afirmações estão corretas?

- a) Apenas IV.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I, II e III.
- d) Apenas II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**

A afirmativa I está correta. Nos termos do art. 1 da Lei n.9.613/98: Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.

O rol de crimes antecedentes foi revogado pela lei n. 12.683/2012, passando-se a admitir qualquer infração.

As afirmativas II e III estão corretas. Conforme dispõe o artigo 2º, inciso II, da Lei n. 9613/98: II - independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ainda que praticados em outro país, cabendo ao juiz competente para os crimes previstos nesta Lei a decisão sobre a unidade de processo e julgamento;

A afirmativa IV está correta, pois não há previsão de crimes culposos na Lei n. 9613/98.

QUESTÃO 57. Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações acerca da prescrição penal.

() É entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça que a redução do prazo prescricional prevista no artigo 115, caput, do Código Penal somente deve ser aplicada quando o réu atingir 70 (setenta) anos até a data da primeira decisão condenatória, seja sentença ou acórdão, não se aplicando a diminuição do prazo prescricional quando atingir a idade referida antes do julgamento de seus recursos contra a decisão condenatória.

() Réu condenado, após regular processo criminal, a uma pena X e reconhecida expressamente a reincidência dolosa, por meio de certidão de histórico criminal juntado aos autos, na sentença condenatória. Neste caso, transitada em julgado a decisão condenatória para o Ministério Público, havendo recurso defensivo que não se insurja contra o reconhecimento da reincidência, e, sim, somente, em relação ao quantum da pena aplicada, os prazos de prescrição da pretensão punitiva estatal são acrescidos de 1/3, em virtude do disposto no artigo 110, caput, do Código Penal.

() O artigo 28, caput, da Lei nº 11.343/06 (Lei de drogas) não previu pena privativa de liberdade para as condutas nele tipificadas (Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar, ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: I. advertência sobre os efeitos das drogas; II. Prestação de serviços à comunidade; III. medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo). Desta forma, a fim de não deixar a conduta descrita no referido artigo legal como imprescritível, a jurisprudência consolidada nos Tribunais Superiores estabeleceu que o prazo de prescrição da pretensão punitiva estatal é o mínimo previsto em Lei, ou seja, 3 (três) anos, que é o aplicado quando o máximo da pena privativa de liberdade é inferior a 1 (um) ano, conforme artigo 109, inciso VI, do Código Penal.

() É entendimento consolidado nos Tribunais Superiores que o acórdão condenatório de que trata o inciso IV do artigo 117 do Código Penal (artigo 117: O curso da prescrição interrompe-se [...] IV - pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis) não interrompe a prescrição quando for confirmatório da sentença condenatória de primeiro grau, seja mantendo, reduzindo ou aumentando a pena, pois se estaria criando um novo marco interruptivo não previsto em Lei.

() É entendimento consolidado nos Tribunais Superiores que as medidas socioeducativas aplicadas aos atos infracionais não tem feição de pena criminal, e, sim, caráter de reeducação do adolescente infrator. Portanto, não estão sujeitas aos prazos prescricionais previstos no Código Penal, mas não são imprescritíveis, uma vez que a idade biológica do reeducando, 18 (dezoito) anos ou, excepcionalmente, 21 (vinte e um) anos em caso de internação, extingue a punibilidade da medida aplicada.

A sequência correta do preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) V – F – F – F - F.

b) V – V – F – F - F.

c) V – V – F – V - F.

d) Nenhuma das afirmações está correta.

e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A primeira assertiva é verdadeira, pois reflete o entendimento do STJ: “A redução do prazo prescricional, prevista no art. 115 do Código Penal, é incabível nos casos em que o acusado completa 70 anos de idade após a prolação da sentença condenatória”. (EDcl no AgRg no AgRg no AREsp n.º 387.891/SP, Relator Ministro Nefi Cordeiro, 6ª Turma, julgado em 24/11/2020). “Segundo a orientação desta Corte, a redução à metade do prazo prescricional, previsto no art. 115 do CP, somente é aplicada ao réu que tiver mais de 70 anos na data da primeira decisão condenatória, o que não ocorreu na hipótese”. (EDcl no AgRg no AREsp n.º 1.226.961/SP, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, 6ª Turma, julgado em 3/8/2021). “A Terceira Seção desta Corte Superior de Justiça, no julgamento do EREsp 749.912/PR, de relatoria da insigne Min.ª Maria Thereza de Assis Moura, firmou o entendimento de que o termo sentença contido no art. 115 do Código Penal refere-se apenas à primeira decisão condenatória, seja a do juiz singular ou a proferida pelo Tribunal, não ocorrendo a redução do lapso prescricional quando a condenação é confirmada em julgamento de apelação ou de recurso especial ou extraordinário”. (AgRg no RHC n.º 102.582/RJ, Relator Ministro Felix Fischer, 5ª Turma, julgado em 27/11/2018, DJe de 7/12/2018).

A segunda assertiva é falsa, pois nos termos da Súmula nº 220 do STJ: “A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva”. Assim, em outras palavras, os efeitos da reincidência em matéria de prescrição, se restringem à prescrição da pretensão executória da pena, vide art. 110 do CP: “Art. 110 - A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente”.

A terceira assertiva é falsa, pois o crime do art. 28 da Lei nº Lei 11.343/2006, nos termos do art. 30 da mesma lei, possui prazo próprio de prescrição, a saber: 2 (dois) anos: “Art. 30. Prescrevem em 2 (dois) anos a imposição e a execução das penas, observado, no tocante à interrupção do prazo, o disposto nos arts. 107 e seguintes do Código Penal”.

A quarta assertiva é falsa, pois conforme entendimento do STJ: “O acórdão condenatório de que trata o inciso IV do art. 117 do Código Penal interrompe a prescrição, inclusive quando confirmatório de sentença condenatória, seja mantendo, reduzindo ou aumentando a pena anteriormente imposta”. (REsp n.º 1.920.091/RJ, Relator Ministro João Otávio de Noronha, 3ª Seção, julgado em 10/8/2022).

A quinta e última assertiva é falsa, pois nos termos da Súmula nº 338 do STJ, a prescrição se aplica às medidas socioeducativas: “A prescrição penal é aplicável nas medidas sócio-educativas”.

Assim, as alternativas B, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 58. NÃO é, por si só, considerado crime hediondo, ou equiparado, segundo a legislação brasileira (Lei nº 8.072/90),

a) o crime de posse ilegal de arma de fogo de uso proibido.

b) a lesão corporal dolosa de natureza gravíssima contra integrante do sistema prisional no exercício da função.

c) o crime de organização criminosa.

d) a tentativa de furto qualificado pelo emprego de explosivos.

e) o roubo praticado por um agente, com arma de fogo de uso permitido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O art. 1º, parágrafo único, V, da Lei nº 8.072/1990, prevê que o crime de organização criminosa será considerado hediondo somente se direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado, logo, se a ORGCRIM não tiver como finalidade a prática de crimes hediondos ou equiparados, não será hedionda: “Art. 1º [...] Parágrafo único. Consideram-se também hediondos, tentados ou consumados: [...] V - o crime de organização criminosa, quando direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado”.

A alternativa A está incorreta, pois a figura típica consta do art. 1º, parágrafo único, II, da Lei nº 8.072/1990: “Art.1º [...] Parágrafo único. Consideram-se também hediondos, tentados ou consumados: [...] II - o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido, previsto no art. 16 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;”.

A alternativa B está incorreta, pois a figura típica consta do art. 1º, I-A, da Lei nº 8.072/1990: “Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: [...] I-A – lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2o) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3o), quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição;”.

A alternativa D está incorreta, pois a figura típica consta do art. 1º, IX, da Lei nº 8.072/1990: “Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: [...] IX - furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum (art. 155, § 4º-A).”.

A alternativa E está incorreta, pois a figura típica consta do art. 1º, II, “b”, da Lei nº 8.072/1990: “Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: [...] II - roubo: [...] b) circunstanciado pelo emprego de arma de fogo (art. 157, § 2º-A, inciso I) ou pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito (art. 157, § 2º-B)”.

QUESTÃO 59. Assinale a alternativa INCORRETA.

a) **Delitos de acumulação ou crimes cumulativos são aqueles considerados quando determinadas condutas, isoladas, são incapazes de ofender ao bem jurídico protegido pela norma penal, mas a repetição delas, cumulativamente consideradas, constitui crime em virtude da lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico, encontrando um campo de aplicação no direito ambiental.**

b) **Para a Teoria da Imputação Objetiva, que tem em Claus Roxin um de seus autores principais, a possibilidade de originar um processo causal danoso depende de a conduta do agente criar ou aumentar um risco juridicamente relevante de lesão típica de um bem jurídico. Logo, como regra, as ações que diminuem o risco são consideradas típicas, porque fazem parte do processo causal, mas o agente tem uma atenuação na pena aplicada, sendo que não podem ser consideradas como ações típicas as condutas que não criam a possibilidade objetiva de lesão.**

c) **A teoria da actio libera in causa, em que o agente comete o injusto penal em estado de inculpabilidade pretende resolver a questão no âmbito penal deslocando a voluntariedade do agente para o momento em que ele se colocou no estado de incapacidade de culpabilidade, já que, no momento da prática do fato típico, o agente está em incapacidade psíquica.**

d) **A teoria psicológica da culpabilidade fundamentada no positivismo do século XIX era definida como a relação subjetiva entre o autor e o fato, sendo o dolo e a culpa as suas duas espécies, e a imputabilidade o seu pressuposto. Deste modo, a teoria encontrava um problema em sua estrutura, que a levou a reestruturação, nos casos de "culpa inconsciente", uma vez que, nestas hipóteses, não há o vínculo psicológico.**

e) **A teoria da equivalência dos antecedentes causais, ou teoria da conditio sine qua non, parte da premissa que todas as condições têm igual importância, pois o resultado não ocorreria sem qualquer uma delas. Tal teoria é adotada pelo Código Penal em seu artigo 13, caput. Desta forma, para evitar o regresso ao infinitivo (regressus ad infinitum), deve ser analisado, antes de se perquirir o nexu causal, se a conduta do agente foi dolosa ou culposa.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A teoria da imputação objetiva na perspectiva do professor alemão Claus Roxin pretende empregar um conteúdo jurídico à imputação do resultado ao agente, além da mera relação de causalidade.

Seguindo as etapas do método proposto pelo professor alemão, para se imputar objetivamente o resultado ao agente: 1º) O agente deve criar o risco não permitido pela lei; 2º) Deverá haver a realização desse risco criado no resultado, e; 3ª) O resultado deve se inserir no âmbito de abrangência da norma penal (identificação do risco proibido através uma prognose póstuma objetiva).

Assim, o resultado não será imputável ao agente de ele: (i) diminuiu o risco não permitido; (ii) se sua conduta não criou um risco juridicamente relevante.

Assim, pelas razões expostas, a alternativa B está incorreta, sendo, portando, o gabarito da questão.

A alternativa A está incorreta, pois traz a correta definição do que vem a ser delitos de acumulação ou crimes cumulativos.

A alternativa C está incorreta, pois traz a correta definição da teoria da actio libera in causa, aponta por críticos da doutrina como um resquício ou mesmo manifestação da responsabilidade penal objetiva.

A alternativa D está incorreta, pois trata corretamente do tema da teoria psicológica da culpabilidade, que somente ruiu com o surgimento do finalismo e deslocamento dos elementos psicológicos da culpabilidade para o fato típico (conduta).

A alternativa E está incorreta, pois traz a correta definição da teoria da equivalência dos antecedentes causais (Von Buri e Stuart Mill), teoria que é aplicada pelo nosso CP, vide o art. 13: “Art. 13 - O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido”.

QUESTÃO 60. Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações sobre os crimes contra a Dignidade Sexual, previstos no Título VI, PARTE ESPECIAL, do Código Penal brasileiro.

() A expressão conjunção carnal prevista no artigo 213 (constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso) do Código Penal tem o significado de união do órgão genital masculino com o órgão genital feminino. Assim sendo, somente o homem pode ser sujeito ativo do crime de estupro com conjunção carnal.

() Caracteriza o crime de estupro previsto no artigo 213 (constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso) com a majorante prevista no § 1º (se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos), mesmo que o sujeito ativo não saiba, e reste comprovado que não tinha condições de saber que a vítima é menor de 18 (dezoito) anos e maior de 14 (catorze) anos, uma vez que a idade da ofendida, nos crimes contra a dignidade sexual, é considerada de forma objetiva.

() A prática do crime de estupro prevista no caput do artigo 213 do Código Penal (constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso), se o apenado for reincidente pela prática anterior do delito de tráfico de drogas previsto no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06, irá permitir a progressão de regime se cumprida 60% (sessenta) por cento da pena, vedado o livramento condicional.

() João, namorado de Maria há 5 anos, ambos maiores de idade, descobre que ela o está traindo com outra pessoa. Assim, para subordiná-la a sua vontade sexual e vingar-se do ocorrido, sem a autorização, e na clandestinidade, filma com o seu telefone celular a relação sexual consensual entre ambos no interior de seu apartamento, mas não a divulga. A conduta é a tipificada no artigo 216-B do Código Penal (Produzir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, conteúdo de nudez ou ato sexual, ou libidinoso de caráter

íntimo e privado sem autorização dos participantes. Pena - detenção, de 6 meses a 1 ano, e multa) e não cabe transação penal ou suspensão condicional do processo.

A sequência correta do preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) F – F – F – V.

b) V – V – V – V.

c) F – V – F – F.

d) V - F – F – F.

e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A primeira assertiva é falsa, pois a cópula pênis-vagina, caracterizadora da conjunção carnal, demanda apenas a existência de homem e mulher, mas pouco interessa quem é o sujeito ativo e o passivo, de modo que ele poderá ser homem ou mulher.

Conforme leciona do professor Guilherme Nucci: “Conjunção carnal: é um termo específico, dependente de apreciação particularizada, que significa a introdução do pênis na vagina [...] O critério prevalente, no Brasil, é o restritivo. Tal interpretação advém, dentre outros motivos, do fato de o legislador ter utilizado, no mesmo art. 213, a expressão “ato libidinoso”, dando mostras de que, afora a união pênis-vagina, todas as demais formas de libidinagem estão compreendidas neste tipo penal”.

A segunda assertiva é falsa, conforme entendimento do STJ: “O erro quanto ao elemento objetivo do tipo deve ser inescusável e aceitar, com largueza, a incidência dessa excludente de tipicidade nos delitos de natureza sexual pode, com muita facilidade e conveniência, definir a responsabilidade penal do ato a partir da avaliação subjetiva do agente sobre o corpo da vítima [...] À exceção da exibição de documento de identidade falso, ou ante circunstâncias excepcionais que realmente permitam dar efetiva credibilidade ao erro de tipo, não é razoável alegar, por mera e simplória argumentação de que a vítima teria compleição física não compatível com sua verdadeira idade, o erro sobre a idade da pessoa abusada, e dessa forma dar curso a uma discricionariedade não compatível com o critério já definido como objetivo (etário) pelas Cortes Superiores”. (AgRg no AREsp n.º 2.240.102/PI, Relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, 6ª Turma, julgado em 28/2/2023, DJe de 3/3/2023).

A terceira assertiva é falsa, pois na hipótese, não há vedação ao livramento condicional, nos termos do art. 112, VI, da LEP: “Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: [...] VII - 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado”.

A quarta e última assertiva é verdadeira, conforme se infere do art. 218-C do CP: “Art. 218-C. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave.”.

Com base no quantum de pena, o crime não se configura como de menor potencial ofensivo, nos termos do art. 61 da Lei n.º 9.099/1995: “Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa”.

Portanto, não se aplicam a transação penal, nem o SURSIS.

Observação importante é que, em tese, considerando a pena mínima do crime (incluída a causa de aumento de pena), caberia o ANPP previsto no art. 28-A do CPP, desde que preenchidos os demais requisitos legais.

Assim, as alternativas B, C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 61. Considerando o tema organizações criminosas, assinale a alternativa INCORRETA

a) De acordo com a Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013, considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a (dois) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

b) Quem impede ou, de qualquer forma, embaraça a investigação de infração penal que envolva organização criminosa estará sujeito às mesmas penas em abstrato de quem integra, pessoalmente, a organização.

c) Consiste a ação controlada em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações, devendo ser previamente comunicada ao juiz competente, que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao Ministério Público.

d) Nos crimes cometidos por organizações criminosas, o Ministério Público poderá requerer ao juízo competente a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, após manifestação técnica do Delegado de Polícia quando solicitada no curso de Inquérito Policial.

e) O delito de organização criminosa é um crime comum, de concurso de pessoas necessário, e formal, uma vez que se consuma ainda que não se venha praticar outras infrações penais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

Nos termos do artigo 1º, §1º, da Lei n. 12.850/13, as infrações penais praticadas pela organização devem ser pena máxima superior a 4 anos: art. 1º, § 1º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

QUESTÃO 62. Em relação à Lei de Execução Penal, assinale a afirmação **INCORRETA**.

a) O condenado por tráfico privilegiado (artigo 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06), se for primário, e preenchidos os requisitos subjetivos, poderá progredir de regime cumprindo ao menos 16% (dezesesseis por cento) da pena aplicada.

b) O regime disciplinar diferenciado poderá ser aplicado aos presos provisórios, independente do cometimento de falta grave, desde que sobre eles recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organização criminosa.

c) Conforme matéria sumulada no Superior Tribunal de Justiça, a posse de aparelho celular pelo apenado constitui falta grave, sendo dispensável a perícia no aparelho apreendido.

d) Tanto ao apenado reincidente como ao primário, condenados na prática de crime equiparado a hediondo, com resultado morte, é vedado o livramento condicional, mas a progressão de regime é possível para ambos.

e) A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, e o prazo reinicia-se a partir do cumprimento da sanção aplicada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Nos termos da Súmula 534-STJ: A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração.

QUESTÃO 63. Considere as seguintes afirmações sobre erro de tipo e erro de proibição.

I - O erro de tipo essencial exclui sempre o dolo, independente de ser evitável, ou não, exsurto a modalidade culposa, se prevista em lei.

II - A invasão de um escritório de trabalho, fora dos casos autorizados, supondo o agente equivocadamente que as dependências do local de atividade profissional não estão abrangidas pela expressão "casa", se estiver realmente em erro comete um "erro de proibição", pois supõe não estar proibido de adentrar no local.

III - Para a teoria extremada da culpabilidade, todo e qualquer erro que recaia sobre uma causa de justificação é erro de proibição, e, sendo escusável, exclui a culpabilidade. Já para a teoria limitada da culpabilidade, os erros sobre os pressupostos fáticos de uma causa de justificação são tratados como um erro de tipo permissivo.

IV- No erro de proibição direto, o agente realiza uma conduta proibida, seja por desconhecer a norma proibitiva, seja por conhecê-la mal, seja por não compreender o seu verdadeiro âmbito de incidência.

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas II.

b) Apenas I e III.

c) Apenas II e IV.

d) Apenas I, III e IV.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, eis que todas as afirmativas estão corretas.

A afirmativa do item I está correta, pois nos termos do art. 20 do CP: “O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime (erro de tipo essencial) exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei”.

A afirmativa do item II está correta, pois a situação narrada retrata o erro de proibição, previsto no art. 21 do CP: “Art. 21 - O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço”.

A afirmativa do item III está correta, pois fez a correta explanação sobre as duas principais teorias em caso de discriminantes putativas. É importante lembrar que o nosso direito penal adota a teoria limitada da culpabilidade (art. 20, § 1º, do CP), de modo que se compreende o erro do agente sobre os pressupostos fáticos das causas excludentes de ilicitude como erro de tipo (permissivo): “Art. 20 [...] § 1º - É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos. “.

A afirmativa do item IV está correta, pois conforme a doutrina tradicional: “Dá-se o erro sobre a ilicitude do fato ou erro de proibição (direto) sempre que o agente supõe praticar uma conduta legal ou legítima, mas que em verdade configura ilícito penal” (TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios Básicos de Direito Penal. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1995. p. 270).

Assim, as alternativas A, B, C e D estão incorretas.

QUESTÃO 64. Assinale a alternativa correta.

a) Conforme matéria sumulada no Superior Tribunal de Justiça, a incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes exige apenas o reconhecimento da posse ou propriedade da droga apreendida.

b) A Lei de Drogas número nº 11.343, de 26 de agosto de 2006 trata, essencialmente, de delitos dolosos, não prevendo tipo penal culposos.

c) Conforme matéria sumulada pelo Superior Tribunal de Justiça, para a incidência da majorante prevista no artigo 40, inciso V, da Lei nº 11.343, de 26 de agosto de 2006 (Artigo 40. As penas previstas nos arts 33 a 37 desta Lei são aumentas de um sexto a dois terços, se: ...] Inciso V: caracterizado o tráfico entre Estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal), é necessária a efetiva transposição' de fronteiras entre os Estados da Federação, não se exigindo, no entanto, que a droga chegue ao seu destino final.

d) De acordo com a Lei nº 11.343, de 26 de agosto de 2006, o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, para efeito da lavratura do flagrante, pode ser firmado, na falta do perito oficial, por qualquer pessoa idônea, sendo que o perito subscritor do laudo de constatação não ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.

e) Não é causa de aumento de pena para os crimes previstos no artigo 33 a 37 da Lei nº 11.343, de 26 de agosto de 2006, a infração penal ter sido cometida nas dependências ou imediações de unidades militares.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Nos termos do artigo 50, §§1º e 2º, da Lei n. 11.340/2006: Art. 50. Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas.

§1 Para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea.

§ 2 O perito que subscrever o laudo a que se refere o § 1º deste artigo não ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.

QUESTÃO 65. Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações sobre posições jurisprudenciais do Superior Tribunal de Justiça.

() Segundo jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, é possível o reconhecimento do concurso material entre as condutas previstas nos artigos 241-A (artigo 241-A Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornografia envolvendo criança ou adolescente) e artigo 241-B (Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente) do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez os tipos penais são autônomos, com verbos e condutas distintas, sendo que o crime previsto no artigo 241-B do ECA não configura fase normal, tampouco meio de execução, para o crime previsto no artigo 241-A do ECA.

() Segundo jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, é possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação integral da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência, mesmo que esta seja específica.

() Segundo jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, atribuir-se falsa identidade perante a Autoridade Policial com a finalidade de ocultar maus antecedentes constitui o crime previsto no artigo 307, caput, do Código Penal (atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem). Esse tipo de conduta não é protegido pelo princípio constitucional da autodefesa (artigo 5º, inciso LXIII, CF).

() Segundo jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, a causa de aumento de pena relativa ao crime de furto pelo repouso noturno não se aplica em nenhuma das hipóteses do furto qualificado.

() Segundo jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, é cabível a suspensão condicional do processo e a transação penal aos delitos que preveem a pena de multa alternativamente à pena privativa de liberdade, ainda que o preceito secundário da norma legal ultrapasse os parâmetros mínimos e máximos exigidos em lei para a incidência dos institutos em comento.

A sequência correta do preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) V – F – V – V - F.

b) F – V – F – V - F.

c) F – F – V – F - V.

d) V – V – F – F - V.

e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Comentários

A questão não apresenta alternativa correta a ser assinalada alternativa, de modo que entendemos que ela deve ser anulada.

A primeira assertiva é verdadeira, pois corresponde ao entendimento do STJ: "Os tipos penais trazidos nos arts. 241-A e 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente são autônomos, com verbos e condutas distintas, sendo que o crime do art. 241-B não configura fase normal, tampouco meio de execução para o crime do art. 241-A, o que possibilita o reconhecimento de concurso material de crimes". (REsp n.º 1.970.216/SP, Relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 3ª Seção, julgado em 3/8/2023, DJe de 8/8/2023.)

A segunda assertiva é verdadeira, pois corresponde ao entendimento do STJ: "A reincidência, ainda que específica, deve ser compensada integralmente com a atenuante da confissão, demonstrando, assim, que não deve ser ofertado maior desvalor à conduta do réu que ostente outra condenação pelo mesmo delito. Apenas nos casos de multirreincidência deve ser reconhecida a preponderância da agravante prevista no art. 61, I, do Código Penal, sendo admissível a sua compensação proporcional com a atenuante da confissão espontânea, em estrito atendimento aos princípios da individualização da pena e da proporcionalidade". (REsp n.º 1.931.145/SP, Relator Ministro Sebastião Reis Júnior, 3ª Seção, julgado em 22/6/2022, DJe de 24/6/2022).

A terceira assertiva é verdadeira, pois encontra fundamento na Súmula nº 522 do STJ: "A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é típica, ainda que em situação de alegada autodefesa".

A quarta assertiva é verdadeira, considerando a posição consolidada da 3ª Seção do STJ: "A causa de aumento prevista no § 1º do art. 155 do Código Penal (prática do crime de furto no período noturno) não incide no crime de furto na sua forma qualificada (§ 4º)". (REsp n.º 1.888.756/SP, Relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Seção, julgado em 25/5/2022, DJe de 27/6/2022).

A quinta e última assertiva é verdadeira, conforme entendimento do STJ: "SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. 1. Ao interpretar o artigo 89 da Lei 9.099/1995, esta Corte Superior de Justiça e o Supremo Tribunal Federal firmaram o entendimento de que quando para o crime seja prevista pena alternativa de multa, que é menos gravosa do que qualquer sanção privativa de liberdade ou restritiva de direito, tem-se por satisfeito o pressuposto objetivo para a concessão da benesse". (RHC n. 83.320/DF, relator Ministro Jorge Mussi, 5ª Turma, julgado em 11/9/2018, DJe de 19/9/2018). "Consistindo a pena de multa na menor sanção penal estabelecida para a figura típica em apreço, é possível a aplicação dos arts. 76 e 89 da Lei n.º 9.099/95". (RHC n.º 54.429/SP, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 24/3/2015, DJe de 29/4/2015).

Assim, considerando que todas as alternativas são verdadeiras (V – V – V – V - V), as letras A, B, C e D estão incorretas.

A letra E, pecando pela ausência de objetividade, dispõe que "Nenhuma das alternativas anteriores está correta", não sabendo se ela se refere às alternativas A, B, C e D ou às 5 (cinco) afirmações.

Deste modo, entendemos que a questão não possui resposta correta a ser assinalada, devendo ser anulada.

QUESTÃO 66. A Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022, conhecida como Lei Henry Borel, cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra criança e adolescente.

Assinale a alternativa correta em relação a essa Lei.

a) Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, o juiz poderá determinar ao agressor, de imediato, como medida protetiva de urgência, a cassação da autorização do porte de arma de fogo.

b) Quando praticado o crime previsto no artigo 25, caput, da Lei nº 14.344 (Descumprir decisão judicial que defere medida protetiva de urgência prevista nesta Lei: Pena, detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos), na hipótese de prisão em flagrante, apenas à autoridade judicial poderá conceder fiança.

c) O juiz poderá determinar ao agressor, após a oitiva do Ministério Público, a vedação de contato com a vítima, quando constatada a prática de violência doméstica e familiar contra criança e adolescente.

d) Para o crime previsto no artigo 26, caput, da Lei nº 14.344 (Deixar de comunicar à autoridade pública a prática de violência, de tratamento cruel ou degradante ou de formas violentas de educação, correção e disciplina contra criança ou adolescente ou o abandono de incapaz: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos), não cabe a transação penal, mas é permitida legalmente a suspensão condicional do processo, mediante a fixação de condições que protejam a integridade física da criança e/ou adolescente.

e) A determinação ao agressor de prestação de alimentos provisionais ou provisórios não foi prevista como uma das medidas protetivas de urgência em caso de prática de violência doméstica e familiar contra a criança e/ou adolescente, devendo ser buscada no juízo adequado, se for o caso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Conforme determina o artigo 25, §2º, da Lei n. 14.344/2022: Art. 25. Descumprir decisão judicial que defere medida protetiva de urgência prevista nesta Lei:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos

§ 1º A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu a medida.

§ 2º Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança.

QUESTÃO 67. Assinale a afirmativa correta.

a) Entende-se que, em regra, amplitude e plenitude de defesa, ambas referidas no texto constitucional brasileiro, não são expressões equivalentes, sendo a primeira mais abrangente que a segunda.

b) O entendimento recente do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que o sistema acusatório vigente impede o juiz de determinar, ex officio, a realização de diligências suplementares visando dirimir dúvida sobre questão que lhe pareça relevante para o julgamento do mérito.

c) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, o princípio *nemo tenetur se detegere*, em que se compreende o direito dos investigados e acusados permanecerem em silêncio quando chamados a prestar depoimento perante autoridade encarregada da persecução penal, pode ser exercido de modo seletivo.

d) Em processo penal o princípio do contraditório (art. 5º, LV, CF), enquanto corolário da máxima *audiatur et altera pars*, aproveita tão somente à defesa.

e) O princípio do juiz natural é incompatível com o julgamento proferido por Câmara ou Turma integrada majoritariamente por juízes convocados para substituir Desembargadores licenciados.

Comentários

A alternativa correta é **a letra C**.

Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o interrogatório do acusado tem natureza primordialmente de meio de defesa, no qual inclusive a Constituição assegura a possibilidade de permanecer em silêncio. Como meio de autodefesa, o próprio STJ em situações anteriores já havia entendido que seu exercício deve ocorrer de modo livre, desimpedido e voluntário (REsp 1.825.622/SP).

Dessa forma é admitido o silêncio seletivo, em que o acusado opta por não responder a nenhuma ou a alguma questão.

Decidiu o Superior Tribunal de Justiça o seguinte:

“Contudo, não me parece que essa seja a melhor interpretação a respeito da matéria. Com efeito, o fato de o juiz conduzir o interrogatório não significa que o réu está impossibilitado de responder apenas a algumas perguntas, em especial às da defesa, fazendo uso assim do silêncio seletivo. Com efeito, é cediço que quem pode o mais pode o menos. Assim, se é possível não responder a nenhuma pergunta, é possível também responder apenas a algumas perguntas. Anote-se que o direito ao silêncio é consectário do princípio *nemo tenetur se detegere*, tratando-se, portanto, de garantia à não autoincriminação. Ademais, é assente que o interrogatório não é apenas meio de prova, mas especial instrumento de autodefesa, competindo, dessa forma, à defesa escolher a melhor estratégia defensiva” HABEAS CORPUS Nº 833704 - SC.

QUESTÃO 68. Assinale a alternativa correta.

a) Segundo entendimento dos Tribunais Superiores, o Ministério Público tem legitimidade para presidir procedimento investigatório criminal, tornando-se impedido para a propositura da ação penal o membro do Parquet que houver atuado nessa fase.

b) O Juiz de Garantias (especializado), introduzido pela Lei nº 13.964/2019, funcionará na fase pré-processual, esgotando sua atuação após decidir sobre o recebimento da denúncia.

c) As autoridades policiais não podem recusar cumprimento a requisições do Ministério Público mesmo nos casos de ilegalidade manifesta, pena de serem responsabilizadas tanto na esfera administrativa quanto criminal.

d) O Procurador-Geral de Justiça, nas hipóteses de suas atribuições legais, poderá determinar o arquivamento de inquérito policial, devendo tal decisão ser revista pelo Colégio de Procuradores de Justiça caso haja requerimento nesse sentido por parte de legítimo interessado.

e) Faz coisa julgada formal a determinação judicial de arquivamento do inquérito policial a requerimento do Ministério Público, podendo o Promotor de Justiça determinar seu posterior desarquivamento caso surjam provas novas substanciais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**

Nos termos do artigo 8º, inciso XIV, da Lei Orgânica do Ministério Público do Rio Grande do Sul (Lei n. 7.669/92): Art. 8.º Ao Colégio de Procuradores de Justiça, presidido pelo Procurador-Geral de Justiça e composto por todos os Procuradores de Justiça em exercício do cargo, compete: [... XIV - rever, mediante requerimento de legítimo interessado, decisões de arquivamento de inquérito policial, representações ou de peças de informações determinadas pelo Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária, sorteando, dentre seus membros, o que deverá officiar sendo procedente a revisão.

QUESTÃO 69. Considere as seguintes afirmações.

I - Segundo o princípio da correlação, caso no curso da instrução se tenha notícia de alguma circunstância elementar do crime não contida (explícita ou implicitamente) na denúncia, será caso de emendatio libelli, devendo o Promotor de Justiça aditar a denúncia.

II - No crime de ameaça, quando praticado no âmbito da violência doméstica, a vítima poderá oferecer a representação perante a autoridade policial, mas só poderá retratá-la em juízo.

III - O prazo para propositura de ação penal privada subsidiária é de seis meses, contados a partir do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento de denúncia, devendo ser computado e dia do início excluído o dia do final.

IV - Em se tratando de ação penal privada a formalidade prevista no art. 44 do Código de Processo Penal pode ser suprida a qualquer tempo.

V - Em sendo caso de ação pública condicionada, a representação do ofendido em relação a um dos autores do fato autoriza o oferecimento de denúncia contra todos.

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas I e IV.

b) Apenas III e IV.

c) Apenas I, III e V.

d) Apenas II, III e V.

e) II, III, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A assertiva I está incorreta, pois enuncia o procedimento da mutatio libelli.

A assertiva II está correta. Nos termos do artigo 16 da lei n. 11.340/06: Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

A assertiva III está correta. Nos termos do artigo 29 do CPP: Art. 29. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

Ademais, trata-se de prazo penal, razão pela qual computa-se o prazo do início e do fim.

A assertiva IV está incorreta. Não pode ser suprida a qualquer momento, senão no prazo decadencial de seis meses.

A assertiva V está correta. Trata-se da eficácia objetiva da representação, haja vista que a ação penal, em regra, é indivisível

QUESTÃO 70. Assinale a alternativa INCORRETA.

a) A prova ilícita e suas derivadas são inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, podendo ser consideradas, entretanto, quando imprescindíveis à defesa do acusado.

b) É facultado ao ofendido (ou seu representante legal) formular quesitos ao perito oficial e indicar assistente técnico mesmo na fase pré-processual, desde que habilitado regularmente como assistente do Ministério Público.

c) Em se tratando do crime de tráfico (art. 33, da Lei nº 13.343/2006), o laudo de constatação, desde que firmado por perito oficial ou pessoa idônea, é suficiente para a lavratura do auto de prisão em flagrante e oferecimento de denúncia.

d) A testemunha será instada pelo juiz à promessa de dizer a verdade, sendo advertida das consequências do perjúrio, exceto no que respeita aos doentes ou deficientes mentais, aos menores de 14 anos e às pessoas a quem a lei reconhece o direito de se recusarem a depor.

e) A cadeia de custódia consiste no conjunto de procedimentos para manter e documentar a história cronológica de vestígio coletado em locais ou vítimas de ilícitos penais, de modo a permitir que sua posse e manuseio sejam rastreados desde o seu reconhecimento até o descarte, iniciando-se com a preservação do local do crime.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**

A alternativa A está correta. Quando imprescindível para ao acusado é admitido, com base no princípio da proporcionalidade, a adoção de prova ilícita.

A alternativa B está incorreta e é o gabarito da questão. Não existe a necessidade de habilitação como assistente do Ministério Público, conforme disposto no artigo 159, §3, do CPP: § 3º Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

A alternativa C está correta. Somente se exige o laudo definitivo para a decisão final do processo.

A alternativa D está correta. Nos termos do artigo 208 do CPP: Não se deferirá o compromisso a que alude o art. 203 aos doentes e deficientes mentais e aos menores de 14 (quatorze) anos, nem às pessoas a que se refere o art. 206.

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade do artigo 158-A do CPP: Art. 158-A. Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar

a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

71. Assinale a alternativa correta.

a) Nas infrações penais em que a pena mínima cominada for inferior a 4 (quatro) anos, praticada sem violência ou gere ameaça, deverá o Ministério Público propor acordo de não persecução penal, salvo quando ausente confissão do acusado na fase policial.

b) Considera-se perempta a ação penal quando o Ministério Público deixa de formular pedido de condenação em sua manifestação final.

c) Nos casos de ação penal originariamente privada, movida contra vários querelados, o perdão concedido a um deles a todos aproveitará, desde que aceito por aquele expressamente perdoado.

d) Conforme o art. 366 do diploma processual, a ausência de citação pessoal do réu determina a suspensão do processo e da prescrição pelo prazo máximo em abstrato previsto para o delito no art. 109 do Código Penal.

e) De acordo com entendimento dos Tribunais Superiores, a responsabilização penal de pessoa jurídica independe da concomitante responsabilização da pessoa física que agia em seu nome.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**

A alternativa A está incorreta. Não há dever do Ministério Público na propositura do Acordo de Não Persecução Penal.

A alternativa B está incorreta. Não há previsão de perempção em ação penal pública em face do Ministério Público.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 51 do CPP: Art. 51. O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.

A alternativa D está incorreta. O prazo prescricional fica suspenso pelos prazos previstos no artigo 209, mas o processo fica suspenso de forma indeterminada, até que o acusado seja localizado.

A alternativa E está correta. O STF, no HC 83554/PR, rel. Min. Gilmar Mendes, 16.08.2005, concede writ à pessoa física, atribuindo-se somente à pessoa jurídica de direito privado a responsabilidade pelo dano ambiental (vazamento de óleo cru e morte de animais em Araucária – PR), rejeitando assim a teoria da dupla imputação. Mas, foi no Agravo Regimental no RE 548.181/ PR, rel. Min. Rosa Weber, em 2013, que foi feito um melhor exame constitucional da dupla imputação como condicionante da responsabilidade penal da pessoa jurídica em delitos ambientais (art. 225, §3º, da CF-88), permitindo a possibilidade de ação penal exclusivamente contra a pessoa jurídica de direito privado.

Ainda nesse sentido temos os seguintes julgados: “É possível a responsabilidade penal da pessoa jurídica por delitos ambientais independentemente da responsabilização concomitante da pessoa física que agir em seu nome. A jurisprudência não mais adota a chamada teoria da dupla imputação” (STJ. 6ª Turma. RS 39173-BA, julgado em 06/07/2015, info 566. STF; 1ª Turma. RE 548181/PR, julgado em 06/08/2013, info 714).

72. Assinale a alternativa correta.

a) Até que sobrevenha trânsito em julgado da decisão condenatória, o decreto de prisão preventiva deve ser reexaminado a cada 90 (noventa) dias no tocante à necessidade de sua manutenção.

b) Os agente policiais podem efetuar prisão fora da competência territorial do juiz que expediu o mandado, mesmo que este não esteja registrado no Conselho Nacional de Justiça.

c) Segundo a Constituição Federal, os membros do Congresso Nacional, a partir de sua posse, não podem ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.

d) Em se tratando de prisão temporária, a manifestação ministerial de que trata o §1º, do art. 2º, da Lei nº 7.960/89, quando contrária à representação da autoridade policial, torna inadmissível sua decretação.

e) Segundo o Código de Processo Penal as medidas cautelares previstas no art. 319 podem ser excepcionalmente decretadas de ofício pelo juiz, desde que já instaurada a ação penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O STJ afirma que a necessidade de revisão somente se aplica às instâncias ordinárias e não às instâncias extraordinárias.

A alternativa b está incorreta. Nos termos do artigo 289-A do Código de Processo Penal. Art. 289-A. O juiz competente providenciará o imediato registro do mandado de prisão em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça para essa finalidade.

§ 1º Qualquer agente policial poderá efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça, ainda que fora da competência territorial do juiz que o expediu.

No entanto, se houver certificação da regularidade do mandado, é possível que seja realizada a prisão sem que esteja registrado no CNJ.

A alternativa C está incorreta. É a partir da diplomação que a prisão não poderá ocorrer.

A alternativa D está incorreta. O Juiz não pode decretar a prisão de ofício, mas se houver requerimento ou representação, o juiz pode decretar, ainda que o Delegado ou MP sejam contrários.

A alternativa E está incorreta. Nenhuma medida será decretada de ofício.

QUESTÃO 73. Assinale a alternativa correta.

a) Em se tratando de crimes contra a administração pública praticados no curso do mandato, a competência para os processos em que forem réus prefeitos municipais em exercício será do Tribunal de Justiça da Unidade Federativa correspondente, excetuados os casos de competência da Justiça Federal.

b) Em caso de conexão entre os crimes, a jurisdição especial prevalecerá sobre a comum, salvo no concurso desta com a eleitoral, hipótese em que haverá distintos processos.

c) Prorroga-se a competência constitucional do Tribunal do Júri em relação a qualquer outro crime que seja conexo ao doloso contra a vida.

d) Tendo sido a infração penal praticada por parlamentar federal, e desde que relacionada à função, a competência será do Supremo Tribunal Federal mesmo que a persecução se inicie após o final do mandato.

e) Em caso de infração penal de que resulte grave violação a direitos humanos, o Procurador-Geral da República poderá suscitar junto ao Supremo Tribunal Federal incidente de deslocamento da competência para a Justiça Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**

Nos termos das Súmulas 208 e 209 do Superior Tribunal de Justiça: Súmula 208, STJ: Compete à Justiça Federal processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal.

Súmula 209, STJ: Compete à Justiça Estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.

QUESTÃO 74. Assinale a alternativa correta.

a) No caso de impronunciar o réu ou absolvê-lo sumariamente quanto ao crime de competência originária do Tribunal do Júri, caberá ao juiz presidente decidir desde logo sobre o mérito de eventuais crimes conexos, ressalvados os casos em que estes sejam da competência do Juizado Especial Criminal.

b) Ainda que preclusa a decisão de pronúncia, havendo circunstância superveniente que altere a classificação do crime, o juiz ordenará abertura de vista ao Ministério Público, que neste caso poderá promover aditamento tanto objetivo quanto subjetivo.

c) Acolhida pelos Jurados a tese defensiva de homicídio privilegiado, restam prejudicadas eventuais qualificadoras de cunho subjetivo, que mesmo constando da denúncia e acolhidas pela decisão de pronúncia não deverão ser submetidas ao Conselho de Sentença.

d) Em caso de homicídio consumado, a tese defensiva de negativa de dolo, quando alegada pela defesa, será submetida aos Jurados, devendo o quesito correspondente ser formulado logo após aquele de que trata o inciso III, do art. 483 do CPP.

e) O jurado que tiver integrado o Conselho de Sentença nos 24 (vinte e quatro) meses antecedentes à publicação da lista geral fica dela excluído, devendo quanto a isso a referida lista ser atualizada anualmente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Existe incompatibilidade entre o privilégio e as circunstâncias subjetivas, razão pela qual, uma vez admitido o privilégio, encerra-se a votação dos demais quesitos de ordem subjetiva.

De acordo com a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul: “Somente em poucos e excepcionais casos tem a doutrina e jurisprudência admitido a ocorrência do homicídio privilegiado-qualificado, mais especialmente nas hipóteses de privilégio decorrente de relevante valor social e moral. O privilégio reconhecido em termos de ação sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, é obviamente incompatível, por incongruência, com a qualificadora que objetivaria essa mesma ação como insidiosa, à traição, de emboscada, ou

mediante dissimulação (Ap. 683024921, 3ª Câmara Criminal, TJRS, Rel. Milton dos Santos Martins, j. 29/09/1983).

QUESTÃO 75. Considere as seguintes afirmações.

I - A realização de audiência instrutória quando injustificadamente ausente o representante do Ministério Público não configura, por si só, nulidade daquele ato processual.

II- Segundo a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, o princípio pas de nullité sans grief aplica-se mesmo aos casos de nulidade absoluta.

III- Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto contra a rejeição da denúncia, não a suprindo a nomeação de defensor dativo.

IV- A nulidade de um ato processual, uma vez declarada, implicará necessariamente a nulidade dos atos subsequentes.

V - Nos crimes de responsabilidade de funcionários públicos, estando a denúncia na devida forma - e sendo a infração penal afiançável - o denunciado deverá, sob pena de nulidade, ser notificado para responder por escrito no prazo de 10 (dez) dias.

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas I e IV.

b) Apenas II e IV.

c) Apenas III e V.

d) Apenas I, II e III.

e) I, II, III, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**

A assertiva I está incorreta. Conforme jurisprudência do STJ, a ausência do Ministério Público acarreta nulidade apenas se demonstrado o prejuízo.

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. ESTELIONATO. AUSÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. OITIVA DE TESTEMUNHAS. VIOLAÇÃO AO ART. 212 DO CPP. NÃO OCORRÊNCIA. OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA VERDADE REAL E DO IMPULSO OFICIAL. NULIDADES RELATIVAS. NÃO ALEGAÇÃO NO MOMENTO OPORTUNO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. Segundo o entendimento majoritário desta Corte, não há qualquer vício a ser sanado nas hipóteses em que, apesar de intimado, o Ministério Público deixa de comparecer à audiência e o Magistrado, condutor do processo, formula perguntas às testemunhas sobre os fatos constantes da denúncia, mormente nas hipóteses em que a defesa não se insurge no momento oportuno e que não há demonstração de efetivo prejuízo (art. 563 do CPP). 2. As modificações introduzidas pela Lei n.º 11.690/08, ao art. 212 do Código de Processo Penal, não retiraram do juiz a possibilidade de formular perguntas às testemunhas, a fim de complementar a inquirição, na medida em que a própria legislação adjetiva lhe incumbe do dever de se aproximar o máximo possível da realidade dos fatos (princípio da verdade real e do impulso oficial), o que afasta o argumento de violação ao sistema acusatório. 3. Eventual inobservância ao disposto no art. 212 do Código de Processo Penal gera nulidade meramente relativa, sendo necessário para seu reconhecimento a alegação no momento oportuno

e a comprovação do efetivo prejuízo, o que não ocorreu, uma vez que, presente em audiência, o causídico não suscitou o vício no decorrer das oitivas, tampouco nas alegações finais, não logrando demonstrar qual o prejuízo causado ao réu.⁴ Recurso especial provido para excluir a nulidade reconhecida pelo Tribunal a quo e, por conseguinte, determinar o retorno dos autos a fim de que se prossiga no julgamento do mérito do apelo.

A assertiva II está correta. É necessário demonstrar prejuízo mesmo em caso de nulidade absoluta.

A assertiva III está correta. Nos termos da Súmula 707 do STF: Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contra-razões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprindo a nomeação de defensor dativo.

Assim, considerando que as assertivas I, II e III estão corretas, a resposta a ser assinalada é a letra D.

76. Considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) Em se tratando de Recurso Ordinário Constitucional interposto contra decisão denegatória de habeas corpus, é indispensável oportunizar ao Ministério Público o oferecimento de contrarrazões no Tribunal de origem.

b) Com base na súmula 207 (STJ) é inadmissível o Recurso Especial interposto pelo Ministério Público contra decisão não unânime que tenha negado provimento a apelação por ele interposta.

c) A interposição de recurso adesivo pelo Ministério Público, contendo pedido contra o réu, não ofende o princípio da não reformatio in pejus.

d) O assistente da acusação tem legitimidade para interpor recurso em sentido estrito contra decisão que concede liberdade provisória ao réu.

e) Provido recurso defensivo, interposto com base no inciso III, alínea a, do art. 593, do Código de Processo Penal, a situação do réu não poderá ser agravada no julgamento subsequente, salvo se o Ministério Público também houver recorrido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Trata-se da reformatio in pejus indireta, vedada pelos tribunais superiores.

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONDENAÇÃO NO JÚRI POPULAR. APELAÇÃO. REDUÇÃO DA REPRIMENDA. NOVO JULGAMENTO. IMPOSIÇÃO DE SANÇÃO CORPORAL SUPERIOR. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO QUE VEDA A REFORMATIO IN PEJUS INDIRETA.

1. Os princípios da plenitude de defesa e da soberania dos veredictos devem ser compatibilizados de modo que, em segundo julgamento, os jurados tenham liberdade de decidir a causa conforme suas convicções, sem que isso venha a agravar a situação do acusado, quando apenas este recorra.

2. Nesse contexto, ao proceder à dosimetria da pena, o Magistrado fica impedido de aplicar sanção superior ao primeiro julgamento, se o segundo foi provocado exclusivamente pela defesa.

3. No caso, em decorrência de protesto por novo júri (recurso à época existente), o Juiz presidente aplicou pena superior àquela alcançada no primeiro julgamento, o que contraria o princípio que veda a reformatio in pejus indireta.

4. Ordem concedida, com o intuito de determinar ao Juízo das execuções que proceda a novo cálculo de pena, considerando a sanção de 33 (trinta e três) anos, 7 (sete) meses e 6 (seis) dias de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado. (HC 205.616/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 12/06/2012, DJe 27/06/2012)

QUESTÃO 77. Considere as seguintes afirmações.

I- Aplicam-se aos presos provisórios as disposições da lei de execuções penais, vedada, todavia, a progressão do regime prisional antes do trânsito em julgado da condenação para ambas as partes.

II - Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a falta de vaga em colônia penal obriga a imediata concessão de prisão domiciliar com monitoramento eletrônico, uma vez que ao condenado não se impõe o dever de cumprir a pena em regime mais gravoso que aquele estabelecido na sentença.

III - O benefício da detração deve ser reconhecido desde logo pelo juiz de conhecimento quando para beneficiar o réu em relação ao regime inicial de cumprimento da pena.

IV - Das decisões do juiz de execução cabe agravo sem efeito suspensivo, que deve ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias, acompanhado de razões, diretamente no Tribunal competente.

V - Aplica-se o regime disciplinar diferenciado (RDD) aos presos provisórios ou condenados que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal de origem ou a sociedade.

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas I e III.

b) Apenas II e IV.

c) Apenas III e V.

d) Apenas II, IV e V.

e) Nenhuma das afirmações está correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A afirmativa III está correta. Nos termos do artigo 387, §2º, do CPP: Art. 387. O juiz, ao proferir sentença condenatória: [...] § 2º O tempo de prisão provisória, de prisão administrativa ou de internação, no Brasil ou no estrangeiro, será computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade.

A afirmativa V está correta. Nos termos do artigo 52, §1º, da Lei 7.210/84: § 1º O regime disciplinar diferenciado também será aplicado aos presos provisórios ou condenados, nacionais ou estrangeiros: I - que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.

78. Considere as seguintes afirmações.

I- É prerrogativa do Promotor de Justiça propor acordo de não persecução penal, mas sua recusa legítima o investigado a requerer remessa dos autos ao órgão superior do Ministério Público na forma do art. 28 do diploma processual penal.

II - No entendimento dos Tribunais Superiores, é incabível habeas corpus nas hipóteses em que houver previsão de recurso ordinário ou revisão criminal, o que não impede sua concessão de ofício em caso de ilegalidade manifesta.

III- A detração em processo distinto daquele em que decretada a prisão está condicionada tão somente a que já tenha havido absolvição definitiva em relação ao crime de que tratou este último.

IV - Segundo o Código de Organização Judiciária do Rio Grande do Sul, o prazo para interposição de Correição Parcial é de 5 (cinco) dias, contados da intimação formal do interessado.

V - De acordo com precedentes do Superior Tribunal de Justiça, é cabível revisão criminal nos processos de competência do Tribunal do Júri, desde que limitada ao juízo rescindente.

Quais afirmações estão corretas?

- a) Apenas III.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas III e IV.
- d) Apenas IV e V.
- e) I, II, III, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**

A assertiva I está correta. Conforme previsto no artigo 28-A, §14: § 14. No caso de recusa, por parte do Ministério Público, em propor o acordo de não persecução penal, o investigado poderá requerer a remessa dos autos a órgão superior, na forma do art. 28 deste Código.

A assertiva II está correta. Nos termos do artigo 654 do CPP: Art. 654, do CPP:(...) § 2º Os juízes e os tribunais têm competência para expedir de ofício ordem de habeas corpus, quando no curso de processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal.

QUESTÃO 79. Considerando o disposto na Lei no 9.394/1996 (LDB) e na Lei no 8.069/1990 (ECA), assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações.

() É obrigatória a inclusão de conteúdo que trate dos direitos da criança e do adolescente, tendo como diretriz o Estatuto da Criança e do Adolescente, no currículo do ensino fundamental, observada a distribuição de material didático adequado.

médio.

() poder público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de adolescentes excluídos do ensino.

() Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, tem a incumbência de informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se

for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola, notificando o Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentarem quantidade de falta acima de 25% (vinte e cinco por cento) do percentual permitido em lei.

() Os pais ou responsáveis tem o direito de ter ciência do processo pedagógico e participar da definição das propostas educacionais.

() É dever da instituição de ensino, clubes e agremiações recreativas e de estabelecimentos congêneres assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas lícitas.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) F-V-V-V-F.

b) V-F-F-V-V.

c) F-V-V-F-V.

d) V-V-F-V-F.

e) F-F-V-F-V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Passamos a analisar as assertivas.

A primeira assertiva está verdadeira, conforme o art. 32, §5º da Lei de Diretrizes Básicas da Educação, Lei nº 9.394/1996.

A segunda assertiva está falsa. Conforme o art. 57 do ECA, o poder público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório

A terceira assertiva é falsa, conforme o art. 12, VII da Lei de Diretrizes Básicas da Educação, Lei nº 9.394/1996.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: (...) VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

A quarta assertiva é verdadeira, está de acordo com o art. 53, parágrafo único do ECA.

A quinta assertiva é verdadeira, está de acordo com o Art. 53-A do ECA.

A alternativa A está incorreta, conforme comentários das assertivas acima.

A alternativa B está correta, conforme comentários das assertivas acima.

A alternativa C está incorreta, conforme comentários das assertivas acima.

A alternativa D está incorreta, conforme comentários das assertivas acima.

A alternativa E está incorreta, conforme comentários das assertivas acima.

QUESTÃO 80. Considerando as disposições previstas no do Estatuto da Criança e do Adolescente relativas ao direito à saúde, assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações.

() No âmbito do SUS, os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no primeiro trimestre de gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, garantindo o direito de opção da mulher.

() Incumbe ao poder público, no âmbito do SUS, proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.

A atenção primária à saúde fará a busca ativa da gestante que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal, bem como da puérpera que não comparecer às consultas pós-parto.

() A gestante e a parturiente têm direito a 01 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e pós-parto imediato.

() Incumbe ao poder público garantir, à gestante e à mulher com filho até dois anos que se encontrem sob a custódia em unidade de privação de liberdade, ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, em articulação com o sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para abaixo, é

a) V-V-F-V-V.

b) V-F-V-F-F.

c) F-V-V-V-F.

d) F-V-F-F-V.

e) V-F-F-V-F.

Comentários

A questão requer do aluno o conhecimento do direito à vida e à saúde da criança e do adolescente, previsto no art. 8º e seguintes.

A primeira assertiva é falsa e está consoante o art. 8º, §2º: é assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde. §2º - Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no último trimestre da gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, garantido o direito de opção da mulher.

A segunda assertiva é verdadeira e está consoante o art. 8º, §4º: incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.

A terceira assertiva é verdadeira, está consoante o art. 8º, 9º: a atenção primária à saúde fará a busca ativa da gestante que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal, bem como da puérpera que não comparecer às consultas pós-parto.

A alternativa C está correta.

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 81. No tocante ao direito à convivência familiar e comunitária, assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações.

() A permanência de criança e adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 02 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

() Será garantida a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional.

() A busca à família extensa da gestante ou mãe que manifeste o interesse em entregar seu filho para a adoção, antes ou logo após o nascimento, respeitará o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período.

() No que diz respeito ao programa de apadrinhamento, o Estatuto da Criança e do Adolescente exige que as pessoas interessadas em ser padrinhos ou madrinhas sejam maiores de 18 (dezoito) anos, não estejam inscritas no cadastro de adoção e cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.

() A morte dos adotantes restabelece o poder familiar dos pais, mediante pedido dirigido à autoridade judiciária.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para abaixo, é

a) F-V-F-V-F

b) V-F-F-V-V.

c) F-V-V-F-V.

d) V-V-F-V-F.

e) F-F-V-F-V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A primeira afirmativa é falsa, conforme o art. 19, §2º “A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.”

A segunda assertiva é verdadeira, conforme o art. 19, §5º do ECA “Será garantida a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional.”

A terceira assertiva é falsa, o prazo máximo é de 90 dias, conforme o art. 19-A, §3º do ECA “A busca à família extensa, conforme definida nos termos do parágrafo único do art. 25 desta Lei, respeitará o prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período.”

A quarta assertiva é verdadeira, conforme o art. 19-B, §2º “ Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 (dezoito) anos não inscritas nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.”

A quinta é assertiva é falsa, pois a morte dos adotantes não restabelece o poder familiar dos pais naturais, conforme o art. 50 do ECA.

A alternativa A está correta, conforme comentários das assertivas acima.

A alternativa B está incorreta, conforme comentários das assertivas acima.

A alternativa C está incorreta, conforme comentários das assertivas acima.

A alternativa D está incorreta, conforme comentários das assertivas acima.

A alternativa E está incorreta, conforme comentários das assertivas acima.

QUESTÃO 82. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa INCORRETA referente à adoção internacional.

a) Nas adoções internacionais, quando o Brasil for o país de acolhida, a decisão da autoridade competente do país de origem da criança ou do adolescente será conhecida pela Autoridade Central Estadual que tiver processado o pedido de habilitação dos pais adotivos, que comunicará o fato à Autoridade Central Federal e determinará as providências necessárias à expedição do Certificado de Naturalização Provisório.

b) Os brasileiros residentes no exterior concorrerão em igualdade de condições com os estrangeiros em caso de adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro.

c) A pessoa ou casal estrangeiro, interessado em adotar criança ou adolescente brasileiro, deverá formular pedido de habilitação à adoção perante a Autoridade Central em matéria de adoção internacional no país de acolhida, assim entendido aquele onde está situada sua residência habitual.

d) Na adoção internacional, os documentos na língua estrangeira serão devidamente autenticados pela autoridade consular, observados os tratados e convenções internacionais, e acompanhados da respectiva tradução, por tradutor público juramentado.

e) Na adoção internacional, após estudo realizado pela Autoridade Central Estadual, será verificada a compatibilidade da legislação estrangeira com a nacional, além do preenchimento por parte dos postulantes dos requisitos objetivos e subjetivos necessários ao seu deferimento, tanto à luz do que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente como da legislação do país de acolhida, expedindo-se laudo de habilitação à adoção, que terá prazo de validade por, no máximo, 01 (um) ano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta. A afirmativa está incorreta, pois conforme o art. 51, §2º do ECA "Os brasileiros residentes no exterior terão preferência aos estrangeiros, nos casos de adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro."

O brasileiro que reside fora do Brasil terá prioridade em relação ao estrangeiro que reside fora do Brasil.

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa B.

QUESTÃO 83. Com relação às infrações administrativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações.

() Incorre em infração administrativa o empresário ou o responsável pelo estabelecimento que deixar de observar as previsões legais sobre o acesso de criança ou adolescente aos locais de diversão, ou sobre a sua participação no espetáculo.

() Constitui infração administrativa deixar a autoridade competente de providenciar a instalação e operacionalização dos cadastros referentes às crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção, assim como o cadastro com informações atualizadas sobre as crianças e os adolescentes em regime de acolhimento familiar e institucional sob sua responsabilidade, com informações pormenorizadas sobre a situação jurídica de cada um, bem como as providências adotadas para sua reintegração familiar ou colocação em família substituta nas modalidades de guarda, tutela ou adoção.

() Configura infração administrativa promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro.

() O procedimento para imposição de penalidade administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início unicamente por representação do Ministério Público ou auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas, se possível.

() No procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente, é concedido o prazo de 05 (cinco) dias para apresentação da defesa, contado da data de intimação que será feita pelo autuante, por oficial de justiça ou funcionário legalmente habilitado, por via postal ou por edital.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) V-F-F-V-V.

b) F-V-V-V-V.

c) V-V-F-F-F.

d) F-F-V-F-F.

e) V-F-F-F-V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A primeira assertiva é verdadeira, conforme art. 258: " Art. 258. Deixar o responsável pelo estabelecimento ou o empresário de observar o que dispõe esta Lei sobre o acesso de criança ou adolescente aos locais de diversão, ou sobre sua participação no espetáculo Pena - multa de três a vinte salários de referência; em caso de reincidência, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até quinze dias."

A segunda assertiva é verdadeira, conforme o art. 258-A: "Art. 258-A. Deixar a autoridade competente de providenciar a instalação e operacionalização dos cadastros previstos no art. 50 e no § 11 do art. 101 desta Lei: Pena - multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais)."

A terceira assertiva é falsa, configura crime 239 do ECA: " Art. 239. Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro: Pena - reclusão de quatro a seis anos, e multa."

A quarta assertiva é falsa, conforme o art. 194 do ECA: “Art. 194. O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início por representação do Ministério Público, ou do Conselho Tutelar, ou auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas, se possível.”

A quinta assertiva é falsa, conforme o art. 195 do ECA, o referido prazo é de 10 dias para a prestação de defesa.

“Art. 195. O requerido terá prazo de dez dias para apresentação de defesa, contado da data da intimação (...)”.

QUESTÃO 84. Tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações.

() É atribuição do Conselho Tutelar, entre outras, representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

() É competência do Juízo de Família conhecer os pedidos de suprimento de capacidade ou consentimento para o casamento nas hipóteses do art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

() Quando o procedimento de destituição do poder familiar for iniciado pelo Ministério Público, não haverá necessidade de nomeação de curador especial em favor da criança ou adolescente.

() No procedimento para a perda ou suspensão do poder familiar, o requerido será citado para, no prazo de 05 (cinco) dias, oferecer resposta escrita, indicando as provas a serem produzidas e oferecendo desde logo o rol de testemunhas e documentos.

() O prazo máximo para a conclusão do procedimento de perda ou suspensão do poder familiar será de 180 (cento e oitenta) dias, e caberá ao juiz, no caso de notória inviabilidade de sua manutenção, dirigir esforços para preparar a criança ou o adolescente com vistas à colocação em família substituta.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) V-F-V-V-F.

b) F-V-F-V-V.

c) F-F-V-F-V.

d) V-F-V-F-F.

e) V-V-F-F-V.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.

A primeira assertiva é verdadeira, de acordo com o art. 136, XI: “São atribuições do Conselho Tutelar: (...) XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.”

A segunda assertiva é falsa, configurando violação ao art. 148, parágrafo único, alínea c do ECA: “ Art. 148. A Justiça da Infância e da Juventude é competente para: (...) Parágrafo único. Quando se tratar de criança ou adolescente nas hipóteses do art. 98, é também competente a Justiça da Infância e da Juventude para o fim de: (...) c) suprir a capacidade ou o consentimento para o casamento;”.

A terceira assertiva é verdadeira, conforme 162, §4º do ECA: “Quando o procedimento de destituição de poder familiar for iniciado pelo Ministério Público, não haverá necessidade de nomeação de curador especial em favor da criança ou adolescente.”

A quarta é falsa, conforme o prazo do art. 158 do ECA, é de 10 dias para a apresentação de defesa em procedimento de destituição do poder familiar.

A alternativa C está correta.

As demais alternativa estão incorretas, conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 85. Com base na Lei no 12.594, de 18/01/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, assinale a alternativa INCORRETA

a) A estrutura física da unidade que desenvolve programa de semiliberdade e internação deverá ser compatível com as normas de referência do SINASE, cabendo à direção de cada unidade adotar, em caráter excepcional, medidas para a proteção do interno em casos de risco à sua integridade física, à sua vida ou a de outrem, comunicando, de imediato, o defensor do interno e o Ministério Público.

b) As medidas de proteção, advertência e reparação de dano, quando aplicadas de forma isolada, serão executadas nos próprios autos do processo de conhecimento, sendo vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua ato infracional, ressaltando-se que a expedição de cópia ou certidão somente será deferida pela autoridade judicial competente, caso demonstrado o interesse e justificada a finalidade.

c) Para o cumprimento das medidas de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e semiliberdade, o Plano Individual de Atendimento será elaborado no prazo de 10 (dez) dias do ingresso do adolescente no programa de atendimento.

d) Serão asseguradas as condições necessárias para que a adolescente submetida à execução de medida socioeducativa privativa de liberdade permaneça com seu filho durante o período de amamentação.

e) Aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação é garantido o direito de receber visitas dos filhos, independentemente da idade desses.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa C está correta. A afirmativa está incorreta, pois de acordo com o art. 56 do SINASE “Para o cumprimento das medidas de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida, o PIA será elaborado no prazo de até 15 (quinze) dias do ingresso do adolescente no programa de atendimento.”

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da letra C.

QUESTÃO 86. Considerando as disposições previstas no Estatuto de Pessoa com Deficiência assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações.

() Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o acesso de pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar

() Compete ao SUS desenvolver ações destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis, inclusive por meio de aprimoramento do atendimento neonatal, com a oferta de ações e serviços de prevenção de danos cerebrais e sequelas neurológicas em recém-nascidos, inclusive por tele-saúde.

() Cabe aos Conselhos dos Direitos de Pessoa com Deficiência, o Ministério Público e à autoridade policial, receber, dos serviços de saúde públicos ou privados, notificação compulsória de suspeita ou confirmação de violência praticada contra a pessoa com deficiência, considerando-se violência qualquer ato ou omissão praticada em local público ou privado contra pessoa com deficiência que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico

() São vedadas todas as formas de discriminação contra pessoa com deficiência, com cobrança de valores diferenciados por planos e seguros privados de saúde, em razão de sua condição

() As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar, entre outros, atendimento psicológico, inclusive para seus familiares e atendentes pessoais.

A sequência de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) F-V-F-V-F.

b) V-V-F-V-F

c) V-V-V-F-V.

d) V-F-F-V-V

e) F-F-V-V-F

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O primeiro item é verdadeira, conforme o art. 28, XV, do Estatuto da Pessoa com Deficiência: "Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;"

O segundo item é verdadeiro, art. 19, V: "Art. 19. Compete ao SUS desenvolver ações destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis, inclusive por meio de: V - aprimoramento do atendimento neonatal, com a oferta de ações e serviços de prevenção de danos cerebrais e sequelas neurológicas em recém-nascidos, inclusive por tele-saúde."

O terceiro item é verdadeiro, art. 26, caput e parágrafo único do Estatuto da Pessoa com Deficiência: Art. 26. Os casos de suspeita ou de confirmação de violência praticada contra a pessoa com deficiência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se violência contra a pessoa com deficiência qualquer ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que lhe cause morte ou dano ou sofrimento físico ou psicológico”.

O quarto item é falso, pois conforme o art. 23 do Estatuto: “Art. 23. São vedadas todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência, inclusive por meio de cobrança de valores diferenciados por planos e seguros privados de saúde, em razão de sua condição.”

O quinto item é verdadeiro art. 28, V do Estatuto: “Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;”.

QUESTÃO 87. Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146, de 6/7/2015), considere as seguintes afirmações

I - A Pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, com igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

II - Os programas de estímulo ao empreendedorismo e o trabalho autônomo, incluídos O cooperativismo e associativismo, devem prever a participação de pessoas com deficiência e a disponibilização de linhas de crédito, quando necessárias.

III - É assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem tê-la provida por sua família o benefício mensal de 1,5 salário mínimo, nos termos da Lei no 8.742, de 7/12/1993.

IV - os serviços notariais não podem negar ou criar óbices ou condições diferenciadas à prestação de serviços em razão de deficiência do solicitante, devendo reconhecer sua capacidade legal plena, garantida a acessibilidade.

V - Cabe ao poder público assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistida, cabendo-lhe capacitar os membros e servidores que atuam no Poder Judiciário, Ministério Público, e Defensoria Pública, nos órgãos de segurança pública e no sistema penitenciário quanto aos direitos da pessoa com deficiência a fim de garantir a atuação das pessoas com deficiência em todo o processo judicial

Quais afirmações estão corretas?

- a) Apenas I e III.
- b) Apenas I e IV.
- c) Apenas III e IV.
- d) Apenas II, III e IV.
- e) Apenas I, II, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A primeira assertiva é verdadeira, conforme o art. 34, caput do Estatuto da Pessoa com Deficiência: "Art. 35. É finalidade primordial das políticas públicas de trabalho e emprego promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho."

A segunda verdearia, art. 35, parágrafo único, do Estatuto: Os programas de estímulo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo, incluídos o cooperativismo e o associativismo, devem prever a participação da pessoa com deficiência e a disponibilização de linhas de crédito, quando necessárias.

A terceira assertiva é falsa, conforme o art. 40 do Estatuto reconhece o BPC para a pessoa com deficiência. O BPC é paga ao beneficiário um valor de 01 salário mínimo, conforme expressa previsão legal, vejamos: "Art. 40. É assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 ."

A quarta assertiva é verdadeira, conforme o art. 83, caput, do Estatuto "Art. 83. Os serviços notariais e de registro não podem negar ou criar óbices ou condições diferenciadas à prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante, devendo reconhecer sua capacidade legal plena, garantida a acessibilidade."

O quinta é verdadeira, com previsão no art. 79 caput e §1º: "Art. 79. O poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistiva. § 1º A fim de garantir a atuação da pessoa com deficiência em todo o processo judicial, o poder público deve capacitar os membro."

A alternativa E está correta.

As demais alternativas estão incorretas, conforme os comentários dos itens acima.

QUESTÃO 88. Segundo dispositivos previstos no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741, de 1/10/2003), assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações.

() É assegurada atenção integral à saúde da pessoa idosa por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo, aos maiores de 80 (oitenta) anos, a preferência especial sobre as demais pessoas idosas, exceto em caso de emergência.

() A pessoa idosa tem direito à moradia digna, no seio de sua família natural ou substituta, ou desacompanhada de seus familiares, quando ao desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada sendo que a instituição dedicada ao atendimento da pessoa idosa fica obrigada a manter identificação externa visível, sob pena de interdição, além de atender toda a legislação pertinente.

() Os casos de suspeita ou confirmação de violências praticadas contra pessoas idosas serão notificados compulsoriamente pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, devendo ser comunicados, em caráter obrigatório, a uma das seguintes autoridades: autoridade policial, Ministério Público, Conselho Municipal da Pessoa Idosa, Conselho Estadual da Pessoa idosa ou Conselho Nacional da Pessoa Idosa

() O poder público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas a partir dos 65 anos, incentivando a publicação de livros periódicos, de conteúdo e padrão a eles adequados, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.

() As instituições de saúde devem atender aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades de pessoa idosa, promovendo o treinamento e a capacitação dos profissionais, assim como a orientação a cuidadores, familiares e grupo de autoajuda.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) F-F-V-F-F.

b) V-V-V-F-V

c) F-V-F-V-F

d) V-F-F-V-V

e) V-V-V-F-F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A primeira assertiva é verdadeira, conforme o art. 15, §7º “É assegurada a atenção integral à saúde da pessoa idosa, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente as pessoas idosas. § 7º Em todo atendimento de saúde, os maiores de 80 (oitenta) anos terão preferência especial sobre as demais pessoas idosas, exceto em caso de emergência. ”

A segunda assertiva é verdadeira, art. 37, caput e §2º do Estatuto da Pessoa Idosa.

A terceira assertiva é verdadeira. Conforme o art. 19 do Estatuto da Pessoa Idosa. A interpretação literal é da obrigatoriedade de comunicação pelo serviço de saúde, a menos um dos órgãos de proteção à pessoa idosa.

A quarta assertiva é falsa, pois conforme o art. 25, parágrafo único do Estatuto da Pessoa Idosa.

A quinta assertiva é falsa. Conforme o art.18, as instituições de saúde devem atender aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades da pessoa idosa, promovendo o treinamento e a capacitação dos profissionais, assim como orientação a cuidadores familiares e grupos de autoajuda.

A alternativa B está correta.

As demais alternativas estão incorretas estão conforme o comentário da alternativa B.

QUESTÃO 89. De acordo com o disposto no Estatuto da Pessoa Idosa, considere as seguintes informações.

I - O Ministério Público tem legitimidade para promover e acompanhar ações de alimentos, de interdição total ou parcial, de designação de curador especial em circunstâncias que justifique a medida e oficiar em todos os feitos em que se discutam os direitos das pessoas idosas em condições de risco

II - Nos fatos em que figure pessoa idosa, a falta de intervenção do Ministério Público, sempre que alegada tempestivamente, acarretará a anulabilidade do feito.

III - Incorre em crime o profissional de saúde ou responsável por estabelecimento de saúde ou instituição de longa permanência que deixar de comunicar autoridade competente os casos de crimes contra pessoas idosas de que tiver conhecimento.

IV - Constitui infração administrativa negar o acolhimento ou a permanência de pessoa idosa, como abrigada, por sua recusa em outorgar procuração à entidade de atendimento

V - O procedimento para apuração de irregularidade em entidade governamental e não governamental de atendimento à pessoa idosa terá indo mediante petição fundamentada de pessoa interessada ou iniciativa do Ministério Público

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas I e V.

c) Apenas III e IV.

d) Apenas II, III e IV.

e) Apenas II, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I é verdadeiro, estando em conformidade expressa do art. 74, IV, do Estatuto da Pessoa Idosa.

O item II é falso, conforme o art. 77 do Estatuto da Pessoa Idosa menciona sobre a nulidade do feito.

O item III é falso, configura infração administrativa previsto no art. 57 do Estatuto da Pessoa Idosa.

O item IV é falso, ao configurar crime art. 103 do Estatuto da Pessoa Idosa.

O item V é verdadeiro, conforme previsão expressa do art. 65 do Estatuto da Pessoa Idosa.

A alternativa B está correta.

As demais alternativas estão incorretas, conforme as explicações dos itens acima.

QUESTÃO 90. Segundo a Lei nº 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), considere as seguintes afirmações.

I -Os Municípios devem incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal.

II - A incerteza quanto ao risco de desastre não constituirá óbice para a adoção das medidas preventivas e mitigadoras da situação de risco.

III - Uma das diretrizes da PNPDEC é a prioridade das ações de recuperação após os desastres.

IV - Compete aos Estados instituir e manter sistema de informações e monitoramento de desastres.

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas II.

- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I, II e IV.
- d) Apenas I, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa **correta** é a **letra B**.

A assertiva I está correta. Trata-se da literalidade do artigo art. 8, III, da Lei n. 12.608/2012: Art. 8º Compete aos Municípios: [...] III - incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal.

A assertiva II está **correta**. Conforme prevê o artigo art. 1, §2º, da Lei n. 12.608/2012: § 2º A incerteza quanto ao risco de desastre não constituirá óbice para a adoção das medidas preventivas e mitigadoras da situação de risco.

A assertiva III está **incorreta**. Nos termos do artigo 4º, inciso III, da Lei n. 12.608/2012: Art. 4º São diretrizes da PNPDEC: III a prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres – Art. 4, III

A assertiva IV está incorreta. Conforme disposto no artigo art. 6, V, da Lei n. 12.608/2012: Art. 6º Compete à União: [...]V - instituir e manter sistema de informações e monitoramento de desastres.

Assim, considerando que apenas as assertivas I e II estão corretas, a alternativa a ser assinalada é a letra B.

QUESTÃO 91. Considere o enunciado abaixo e as quatro propostas para completa-lo.

Os planos diretores dos municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos

1. estão dispensados do conteúdo mínimo previsto no artigo 42 do Estatuto da Cidade, aplicando-se a eles apenas as disposições específicas do artigo 42-A daquele diploma.
2. devem prever ações preventivas e realocação de população de áreas de risco de desastre.
3. devem ser compatíveis com os planos de recursos hídricos da bacia hidrográfica em que estão inseridos.
4. devem conter mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.

Quais propostas estão corretas?

- a) Apenas 4.
- b) Apenas 1 e 2.
- c) Apenas 1, 2 e 4.
- d) Apenas 2, 3 e 4.
- e) 1, 2, 3 e 4.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A assertiva 1 é falsa. Não estão dispensados do conteúdo do artigo 42, conforme art. 42-A do Estatuto da cidade: Art. 42-A. Além do conteúdo previsto no art. 42, o plano diretor dos Municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos deverá conter: [...].

A assertiva 2 é verdadeira. Nos termos do artigo 42-A, inciso III, do Estatuto da Cidade: Art. 42-A. Além do conteúdo previsto no art. 42, o plano diretor dos Municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos deverá conter: [...] III - planejamento de ações de intervenção preventiva e realocação de população de áreas de risco de desastre;

A assertiva 3 é verdadeira. Nos termos do artigo 42-A, §2º, do Estatuto da Cidade: § 2º O conteúdo do plano diretor deverá ser compatível com as disposições insertas nos planos de recursos hídricos, formulados consoante a Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

A assertiva 4 é verdadeira. Nos termos do artigo 42-A, II, do Estatuto da Cidade: Art. 42-A. Além do conteúdo previsto no art. 42, o plano diretor dos Municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos deverá conter: [...] II - mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.

QUESTÃO 92. Considere o enunciado abaixo e as quatro propostas para completa-lo.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana é orientada pelas seguintes diretrizes:

- 1. incentivo ao desenvolvimento científico-tecnológico e ao uso de energias renováveis e menos poluentes;**
- 2. prioridade dos modos de transportes motorizados sobre os não motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado;**
- 3. obrigatoriedade de instalação de ciclovias nas vias públicas da cidade;**
- 4. garantia de sustentabilidade econômica das redes de transporte público coletivo de passageiros, de modo a preservar a continuidade, a universalidade e a modicidade tarifária do serviço.**

Quais propostas estão corretas?

- a) Apenas 3.**
- b) Apenas 1 e 2.**
- c) Apenas 1 e 4.**
- d) Apenas 1, 3 e 4.**
- e) 1, 2, 3 e 4.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**

A assertiva 1 é verdadeira. Nos termos do art. 6, V, da Lei 12.587/2012: Art. 6º A Política Nacional de Mobilidade Urbana é orientada pelas seguintes diretrizes: [...] V - incentivo ao desenvolvimento científico-tecnológico e ao uso de energias renováveis e menos poluentes;

A assertiva 2 é falsa. Nos termos do artigo 6º, II, da Lei 12.587/2012: Art. 6º A Política Nacional de Mobilidade Urbana é orientada pelas seguintes diretrizes: [...] II - prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado; - Art. 6, II, Lei 12587

A assertiva 3 é falsa. Não encontra previsão no rol do artigo 6 da Lei 12587/2012.

A assertiva 4 é verdadeira. Nos termos do artigo 6, VIII, Lei 12.587/2012: Art. 6º A Política Nacional de Mobilidade Urbana é orientada pelas seguintes diretrizes: [...] VIII - garantia de sustentabilidade econômica das redes de transporte público coletivo de passageiros, de modo a preservar a continuidade, a universalidade e a modicidade tarifária do serviço.

QUESTÃO 93. Sobre a regularização fundiária urbana - Reurb, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Um dos seus objetivos é prevenir e desestimular a formação de novos núcleos urbanos informais.

b) Os Municípios poderão dispensar as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho dos lotes regularizados, assim como a outros parâmetros urbanísticos e edílios.

c) Somente pode ser requerida pelos beneficiários quando representados pela Defensoria Pública ou por meio de associações de moradores ou organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana.

d) Chama-se Reurb-S a regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal.

e) O ato do poder público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto da Reurb, conversível em aquisição de direito real de propriedade na forma desta Lei, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse chama-se legitimação de posse.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**.

A alternativa A está correta. Trata-se de previsão expressa no artigo 10, X, da Lei n. 13.465/2017: Art. 10. Constituem objetivos da Reurb, a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios: [...] X - prevenir e desestimular a formação de novos núcleos urbanos informais;

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 11, §1º, da Lei n. 13465/2017: § 1º Para fins da Reurb, os Municípios poderão dispensar as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho dos lotes regularizados, assim como a outros parâmetros urbanísticos e edílios.

A alternativa C está correta. Nos termos do artigo 14, II, Lei 13465/2017: Art. 14. Poderão requerer a Reurb: II. os seus beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais,

organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana.

A alternativa D está correta. Nos termos do artigo 13, I, da Lei 13465/2017: Art. 13. A Reurb compreende duas modalidades: I - Reurb de Interesse Social (Reurb-S) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal.

A alternativa E está correta. Nos termos do artigo 11, VI, da Lei 13465/2017: Art. 11. Para fins desta Lei, consideram-se: [...] VI - legitimação de posse: ato do poder público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto da Reurb, conversível em aquisição de direito real de propriedade na forma desta Lei, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse;

QUESTÃO 94. Acerca da Política Nacional sobre Mudança do Clima, considere as seguintes afirmações.

I - Ela visa ao fortalecimento das emissões antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional.

II - Ela tem entre suas diretrizes as medidas de adaptação para reduzir os efeitos adversos da mudança do clima e a vulnerabilidade dos sistemas ambiental, social e econômico.

III - Ela busca identificar vulnerabilidades e adotar medidas de adaptação adequadas.

IV - Ela prevê como instrumentos medidas fiscais e tributárias destinadas a estimular a redução das emissões e remoção de gases de efeito estufa, incluindo alíquotas diferenciadas, isenções, compensações e incentivos, bem como linhas de crédito e financiamento específicas de agentes financeiros públicos e privados e o desenvolvimento de linhas de pesquisa por agências de fomento.

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas III.

b) Apenas I e III

c) Apenas II e IV.

d) Apenas II, III e IV.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A assertiva I é falsa. Nos termos do artigo 4, IV, da Lei n. 12.187/2009: Art. 4o A Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC visará: IV - ao fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional –

A assertiva II é verdadeira. Conforme dispõe o art. 5, III, da Lei n. 12187/2009: Art. 5o São diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima: [...] III - as medidas de adaptação para reduzir os efeitos adversos da mudança do clima e a vulnerabilidade dos sistemas ambiental, social e econômico;

A assertiva III é verdadeira. Nos termos do artigo Art. 5, VI, c, da Lei n. 12.187/2009: Art. 5o São diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima: [...] VI - a promoção e o desenvolvimento

de pesquisas científico-tecnológicas, e a difusão de tecnologias, processos e práticas orientados a: [...] c) identificar vulnerabilidades e adotar medidas de adaptação adequadas;

A assertiva IV é verdadeira. Nos termos do art. 6, incisos VI, VII e VIII, da Lei n. 12.187/2009: Art. 6º São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima: [...] VI - as medidas fiscais e tributárias destinadas a estimular a redução das emissões e remoção de gases de efeito estufa, incluindo alíquotas diferenciadas, isenções, compensações e incentivos, a serem estabelecidos em lei específica; VII - as linhas de crédito e financiamento específicas de agentes financeiros públicos e privados; VIII - o desenvolvimento de linhas de pesquisa por agências de fomento;

QUESTÃO 95. No que diz respeito aos crimes ambientais, considere as seguintes afirmações.

I - A composição do dano ambiental é condição para o oferecimento do benefício da transação penal, salvo comprovada impossibilidade.

II - A suspensão condicional do processo poderá ter seu período de prova prorrogado caso a reparação do dano ambiental não tenha sido comprovada de forma integral.

III – A prática de delito ambiental em épocas de seca ou inundações é circunstância que agrava a pena, quando não constitui ou qualifica o crime.

IV – Não é crime o abate de animal quando realizado para saciar a fome do agente ou de sua família.

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas IV.

b) Apenas I e IV.

c) Apenas II e III.

d) Apenas I, III e N.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A assertiva I é verdadeira. Nos termos do artigo 27 da Lei n. 9.605/98: Art. 27. Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, prevista no art. 76 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, somente poderá ser formulada desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental, de que trata o art. 74 da mesma lei, salvo em caso de comprovada impossibilidade.

A assertiva II é verdadeira. Conforme dispõe o art. 28, II, Lei n. 9.605/98: Art. 28. As disposições do art. 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, aplicam-se aos crimes de menor potencial ofensivo definidos nesta Lei, com as seguintes modificações: [...]III - na hipótese de o laudo de constatação comprovar não ter sido completa a reparação, o prazo de suspensão do processo será prorrogado, até o período máximo previsto no artigo referido no caput, acrescido de mais um ano, com suspensão do prazo da prescrição;

A assertiva III é verdadeira. Nos termos do artigo 15, II, j, da Lei n. 9605/98: Art. 15. São circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: [...] II - ter o agente cometido a infração: [...] j) em épocas de seca ou inundações;

A assertiva IV é verdadeira. Nos termos do artigo 37, I, da Lei n. 9.605/98. Art. 37. Não é crime o abate de animal, quando realizado: I - em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família.

QUESTÃO 96. Assinale a alternativa INCORRETA

a) A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

b) A prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais é um dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

c) A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor, incentivar a racionalização do uso da água e obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos

d) Diferentemente da captação de água de curso hídrico, a extração de água de aquífero subterrâneo não é atividade sujeita a outorga de direito de uso.

e) Balanço entre disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade é qualidade, com identificação de conflitos potenciais e metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis integram o conteúdo mínimo do plano de recursos hídricos.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 1, V, da Lei n. 9.433/97: Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos: V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 2, III, da Lei n. 9.433/97: Art. 2º São objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos: III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

A alternativa C está incorreta. Conforme preceitua o art. 19, da Lei n. 9.433/97: Art. 19. A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva: I - reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor; II - incentivar a racionalização do uso da água; III - obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do artigo 12, II, da Lei n. 9.433/97: Art. 12. Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos: II - extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 7, III e IV, da Lei n. 9.433/97: Art. 7º Os Planos de Recursos Hídricos são planos de longo prazo, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos e terão o seguinte conteúdo mínimo: III - balanço entre disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificação de conflitos potenciais; [...] IV - metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis;

QUESTÃO 97. Sobre a ação civil pública para proteção do meio ambiente, considere as seguintes afirmações.

I - A ação civil pública poderá ser promovida pelo Ministério Público ou qualquer outro legitimado, mas o compromisso de ajustamento de conduta somente pode ser tomado pelo Ministério Público.

II – É facultativo o litisconsórcio entre Ministério Público da União e dos Estados na propositura da ação civil pública.

III - O inquérito civil é instrumento de investigação de qualquer das entidades legitimadas à propositura da ação civil pública.

IV- Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas III.

b) Apenas I e IV.

c) Apenas II e IV.

d) Apenas II, III, IV.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**

A assertiva I é falsa. Os órgãos legitimados podem assinar o TAC ambiental, nos termos do artigo 5, §6º, da Lei n. 7.347/85; § 6º Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

A assertiva II é verdadeira. Conforme previsto no artigo 5, §5º, da Lei n. 7.347/85: § 5.º Admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei.

A assertiva III é falsa. Apenas o MP pode instaurar inquérito civil, conforme se depreende do art. 8, §1º, da Lei n. 7.347/85: § 1º O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

A assertiva IV é verdadeira. Nos termos do art 5, §3, Lei 7347/85: § 3º Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.

QUESTÃO 98. Considere a disciplina do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na análise das seguintes afirmações.

I - O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

II - O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

III - O comerciante somente será considerado responsável pelo fato do produto quando o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados.

IV - o produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais sua apresentação, o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam e a época em que foi colocado em circulação.

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas III.

b) Apenas I e III.

c) Apenas II e IV.

d) Apenas II, III e IV.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, uma vez que apenas as afirmativas constantes dos itens II e IV estão corretas.

A afirmativa do item I incorreta, pois o prazo (decadencial) de 30 (trinta) dias se refere aos serviços e produtos não duráveis (art. 26, I, do CDC). Por outro lado, o prazo (decadencial) para reclamar os vícios aparentes ou de fácil constatação, de produtos duráveis, é de 90 (noventa) e não 30 (trinta) dias, conforme dispõe o art. 26, II, do CDC: “Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em: I - trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis; II - noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis”.

A afirmativa do item II correta, pois reproduziu a literalidade do art. 14 do CDC: “Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos”.

A afirmativa do item III incorreta, pois existem outras hipóteses em que o comerciante será responsabilizado, de modo que a hipótese indicada no enunciado está prevista no art. 13, I, do CDC: “Art. 13. O comerciante é igualmente responsável, nos termos do artigo anterior, quando: I - o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados;”. No entanto, existem outras duas hipóteses previstas no art. 13, II e III, do CDC: “Art. 13. O comerciante é igualmente responsável, nos termos do artigo anterior, quando: [...] II - o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador; III - não conservar adequadamente os produtos perecíveis”.

A afirmativa do item IV correta, pois reproduziu a literalidade do art. 12, § 1º, do CDC: “Art. 12. [...] § 1º O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: I - sua apresentação; II - o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam; III - a época em que foi colocado em circulação”.

Assim, as alternativas A, B, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 99. Sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento, assinale a afirmação INCORRETA.

a) **É vedado, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não, assediar ou pressionar o consumidor para contratar o fornecimento de produto, serviço ou crédito, principalmente se se tratar de consumidor idoso, analfabeto, doente ou em estado de vulnerabilidade agravada ou se a contratação envolver prêmio.**

b) **Na oferta de crédito, previamente à contratação, o fornecedor ou o intermediário deverá informar a identidade do agente financiador e entregar ao consumidor, ao garante e a outros coobrigados cópia do contrato de crédito.**

c) **O exercício do direito de arrependimento nas hipóteses previstas no Código de Defesa do Consumidor, no contrato principal ou no contrato de crédito, implica a resolução de pleno direito do contrato que lhe seja conexo.**

d) **Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial.**

e) **Incluem-se na aferição da preservação e do não comprometimento do mínimo existencial as parcelas das dívidas decorrentes de empréstimos e financiamentos com garantias reais.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, uma vez que os contratos de crédito com garantia real estão excluídos do processo de repactuação de dívidas por expressa determinação legal, vide o art. 104-A, § 1º, do CDC: “Art. 104-A. [...] § 1º Excluem-se do processo de repactuação as dívidas, ainda que decorrentes de relações de consumo, oriundas de contratos celebrados dolosamente sem o propósito de realizar pagamento, bem como as dívidas provenientes de contratos de crédito com garantia real, de financiamentos imobiliários e de crédito rural”.

A alternativa A está incorreta, pois a vedação indicada no enunciado está prevista no art. 54-C, IV, do CDC: “Art. 54-C. É vedado, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não: [...] IV - assediar ou pressionar o consumidor para contratar o fornecimento de produto, serviço ou crédito, principalmente se se tratar de consumidor idoso, analfabeto, doente ou em estado de vulnerabilidade agravada ou se a contratação envolver prêmio”.

A alternativa B está incorreta, pois o enunciado está de acordo com o art. 54-D, III, do CDC: “Art. 54-D. Na oferta de crédito, previamente à contratação, o fornecedor ou o intermediário deverá, entre outras condutas: [...] III - informar a identidade do agente financiador e entregar ao consumidor, ao garante e a outros coobrigados cópia do contrato de crédito”.

A alternativa C está incorreta, pois está de acordo com o art. 54-F, § 1º, do CDC: “Art. 54-F [...] § 1º O exercício do direito de arrependimento nas hipóteses previstas neste Código, no contrato principal ou no contrato de crédito, implica a resolução de pleno direito do contrato que lhe seja conexo”.

A alternativa D está incorreta, pois reproduz a literalidade do art. 54-A, § 1º, do CDC: “Art. 54-A [...] § 1º Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação”.

QUESTÃO 100. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei no 13.709/2018), analise as seguintes afirmações.

I- Considera-se operador a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

II -Considera-se dado anonimizado o dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

III - Os princípios de livre acesso, transparência e não discriminação devem ser observados pelas atividades de tratamento de dados pessoais.

IV- Consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais ainda que o titular, cidadão brasileiro, se encontre no exterior no momento da coleta.

Quais afirmações estão corretas?

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A assertiva I é falsa, pois conforme o art. 5º VII da LGPD, operador é pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

A assertiva II é verdadeiro, estando consoante a previsão expressa da LGPD em seu art. 5º, III.

A assertiva III é verdadeiro, estando a alternativa em conformidade a previsão do art. 6º, IV da LGPD.

A assertiva IV é falsa. Só aplicaria a LGPD se fosse para ofertar produtos e serviços ao cidadão

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)